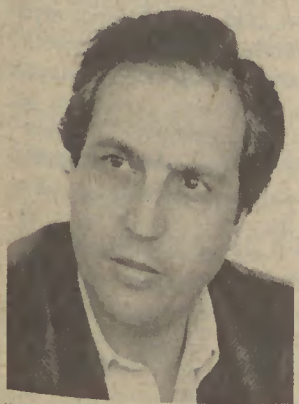


PRIMEIRAS NOTÍCIAS ELEIÇÕES 91

Cabeças de Lista da CDU



• Lisboa

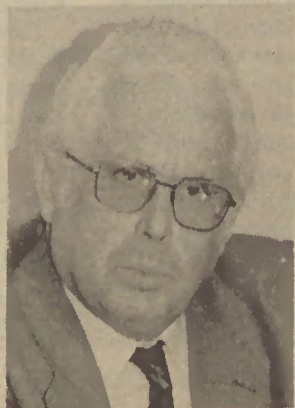
Carlos
Carvalhas



• Coimbra

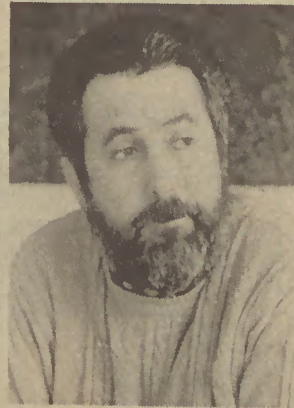
Vitor Costa

• Faro



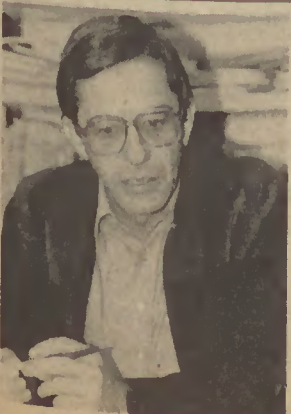
Carlos Brito

• Santarém



Agostinho
Lopes

• Setúbal



Octávio
Teixeira

• Porto



Luís Sá

Mais Democracia
Mais Justiça Social
para
um Portugal
Melhor

25 ABRIL

Lisboa
mobiliza-se
para
o 25 de Abril

Pág. 32

Oportunidade
à
Regionalização

Artigo
de Carlos Brito

Pág. 18

Um olhar sobre
a União
Soviética



Reportagem de
Miguel Urbano
Rodrigues

Págs. 20, 21 e 22

Faltam
750 mil casas

Pág. 6

Enfermeiros
em greve
no dia 7

Pág. 9

EDITORIAL

Abril
ontem e hoje

O 25 de Abril português que há 17 anos mudou radicalmente a face de Portugal é uma data imorredoura da nossa História pátria.

Uma mudança profunda de carácter revolucionário na vida de um país como o nosso - tomada aqui a Revolução no sentido progressista de uma irradiação pela via insurreccional de um regime político retrógrado, de natureza antipopular como era o regime fascista imperante em quase meio século da nossa vida nacional, com a modificação radical de instituições obsoletas e a sua substituição por um regime democrático aberto às aspirações populares mais sentidas - assume dimensões que a projectam no futuro para além do seu tempo heróico, inscreve-se indelevelmente com letras inapagáveis nos Anais do património histórico do nosso povo.

Pode, por vezes, a erosão do tempo e a não correspondência do poder político à natureza e profundidade das conquistas alcançadas delir-lhe as páginas mais exaltantes;

Pode a ausência ou o enfraquecimento de uma barreira popular e institucional consequente e firme diminuir a resistência do novo regime e quebrar ocasionalmente o ímpeto revolucionário dos dias vitoriosos às inevitáveis investidas das forças derrotadas do velho estado de coisas;

Pode a força e agressividade dos factores adversos abalar em termos mais ou menos profundos as conquistas democráticas fundamentais conseguidas no processo da revolução;

Pode mesmo a ofensiva restauracionista das velhas instituições do passado na sua expressão mais hodierna conduzir a derrotas temporárias e eclipsar por transitórios tempos a esperança em dias melhores;

Pode tudo isso acontecer - como tem acontecido em Portugal - que lá onde a chama revolucionária alguma vez se ateou e perdurou por toda uma geração, lá onde os ideais mais nobres e humanistas penetraram e ganharam raízes no coração do povo, aí jamais se extinguirá na memória colectiva das massas populares o farol da luta libertadora.

Foi assim o 25 de Abril em Portugal que hoje celebramos.

Dezassete anos são passados. Uma nova geração de portugueses ascendeu ou está em vias de ascender à idade adulta. Muitos não viveram os tempos cruéis da ditadura fascista e os dias exaltantes do seu derrubamento.

Manter vivos na memória dos portugueses os inolvidáveis dias de Abril, construir uma barreira inexpugnável contra o revanchismo das velhas forças apeadas do poder pelo heróico «Movimento dos Capitães», desalojar da direcção do Estado a direita restauracionista governante personificada pelo Governo do PSD e de Cavaco Silva, constitui um dever actual e indeclinável de todos os que em Portugal verdadeiramente prezam a Democracia e a Liberdade, de todos os democratas e patriotas a quem cabe nos dias actuais transmitir o testemunho às gerações vindouras.

Tumultuosas águas passaram debaixo das pontes. Profundas altera-

Para os comunistas, força essencial e insubstituível da democracia portuguesa, no enfrentar das novas realidades e na construção dessa necessária barreira contra o restauracionismo das forças revanchistas do passado, actuais detentoras das alavancas do poder, é uma tarefa indeclinável compreender e agir de maneira consequente nas novas condições do processo iniciado mas inacabado da Revolução de Abril e no quadro de mudanças da hora actual.

Para o PCP, ciente da sua identidade e do seu papel insubstituível na construção de um futuro de progresso para o povo português, a larga convergência, o entendimento e a unidade de acção dos democratas que tornou possível acontecer Abril e rasgar um radioso caminho ao seu processo democrático é hoje, nas condições da ofensiva de restauração do poder dos monopólios, uma exigência irrecusável.

E cumpri-la com abertura não colide antes se integra na clara afirmação da sua identidade de classe, da sua independência política.

As comemorações festivas do Dia da Liberdade neste 17º Aniversário da Revolução de Abril têm os mesmos referenciais de luta do móbil original mas insere-se numa realidade diferente porventura mais difícil e complexa.

Nos dias actuais e nas novas condições criadas é impossível dar continuidade à gesta vitoriosa dos Capitães de Abril sem considerar como tarefa prioritária e central imediata de todos os que verdadeiramente prezam a Liberdade e a Democracia em Portugal derrotar e afastar do poder nas próximas legislativas as forças restauracionistas, cuja ponta de lança mais acerada é constituída pelo Governo do PSD e do seu chefe Cavaco Silva (cujo objectivo confessado é esmagar as conquistas democráticas fundamentais alcançadas pelo povo português, apagar Abril da realidade social e política nacional, restabelecer de novo em Portugal a autocracia dos monopólios), tarefa apenas possível na base do entendimento, da convergência, da acção comum das forças democráticas para uma alternativa de governo e uma mudança de rumo na política nacional.

Hoje como ontem o 25 de Abril deve poder reunir em torno daquela tarefa prioritária e central as forças mais sãs e mais coerentes da democracia portuguesa. Só a necessária aglutinação de forças da oposição democrática ao Governo cavaquista pode, na hora actual, manter abertas as portas que Abril abriu.

*lá onde os ideais
mais nobres e
humanistas
penetraram e
ganharam raízes
no coração do
povo, aí jamais se
extinguirá na
memória colectiva
o farol da luta*

ções se produziram na estrutura económica e social do nosso país e na geografia política do mundo. Novas realidades emergiram, tomaram corpo e se impõem nos dias actuais às forças da democracia, da paz e do progresso social.

Postulados que moveram montanhas na História do Homem perderam validade. Outros mantiveram uma actualidade essencial, adquiriram novas formas, enriqueceram-se de conteúdo. Novos outros surgiram no entretecer das malhas da vida.

Destriçar o que perdeu valor e o que - enriquecendo-se - continua vigente, identificar e compreender os novos fenómenos, enterrar decididamente as verdades axiomáticas, não dar guarida ao dogma e ao mesmo tempo valorizar o que permanece actual e vivo, no processo histórico, reformular a teoria e a prática, não são actos de vontade alheios à necessária revitalização e perenidade do 25 de Abril.



O PCP pôs em causa as medidas do Governo contra as Assembleias Distritais

RESUMO

17
Quarta-feira

O CDS condena a tentativa de bipolarização do País por parte do PSD e do PS ■ Trabalhadores da EDP cumprem um dia de greve com um nível de adesão entre os 80 e os 90 por cento ■ Uma equipa do Hospital de Santa Maria realiza com êxito o primeiro transplante cardiopulmonar em Portugal num jovem de 17 anos ■ Encerra em Lisboa o I Congresso da Geografia Portuguesa, concluiu que reuniu cerca de 350 especialistas e onde esteve particularmente em foco a organização do território nacional ■ Um contingente de forças norte-americanas entra no Norte do Iraque alegadamente com o objectivo de prestar assistência aos refugiados curdos ■ Trabalhadores ferroviários dos EUA iniciam uma greve por aumentos salariais e melhores condições de trabalho e assistência social.

18
Quinta-feira

PSD recusa subscrever pedido de inquérito ao Centro Cultural de Belém, assinado por deputados de todos os partidos da oposição ■ Um estudo tomado público revela que Portugal é o último na Comunidade em pensões sociais e salário mínimo ■ Acidente num prédio em construção no Porto provoca a morte de um operário e ferimentos noutros três ■ O presidente Mitterrand inicia uma visita à Roménia ■ O secretário-geral do PAICV manifesta em Lisboa a vontade de o seu partido integrar a Internacional Socialista ■ A Amnistia Internacional denuncia em relatório «detenções arbitrárias, torturas e assassinios» contra palestinianos no Koweit ■ Iraque e ONU assinam acordo sobre curdos visando a instalação de campos de refugiados ■ ANC e PAC recusam plano de Pretória para analisar a onda de violência nas cidades negras.

19
Sexta-feira

No discurso de posse do novo ministro da República para os Açores, Mário Pinto, o Presidente da República, Mário Soares, destaca a originalidade do modelo de autonomia regional português ■ Os comunistas contestam as alterações à legislação cinegética por serem criadas zonas especiais que na prática tornam a caça proibitiva ■ A Associação Nacional dos Municípios Portugueses considera ilegal a retenção de verbas próprias das autarquias feita pelo Governo, num processo que já mereceu sentença favorável por parte do Supremo Tribunal Administrativo ■ Na segunda ronda negocial sobre a base aérea, o Governo português apresenta novas propostas de compensações pelo uso norte-americano da base das Lajes ■ O presidente soviético Mikhail Gorbachov termina a sua visita oficial ao Japão assinando uma declaração conjunta e quinze documentos de cooperação bilateral ■ No final da sua visita à Roménia, o presidente francês, François Mitterrand, defende aquilo a que chamou o direito da Roménia de ser reintegrada na «grande família europeia».

20
Sábado

São anunciadas medidas da Câmara Municipal de Lisboa que visam a abertura de espaços para circulação exclusiva de peões, a limitação das cargas e descargas. Para o Bairro Alto também são anunciadas medidas de protecção aos moradores do ambiente nocturno ali vivido quase diariamente ■ Mikhail Gorbachov visita a Coreia do Sul enquanto ocorrem manifestações estudantis contra o governo que geram confrontos com a polícia de choque e provocam vários feridos ■ O secretário de Estado norte-americano prossegue os seus contactos no Médio Oriente encontrando-se desta vez com o rei Hussein da Jordânia ■ O Governo soviético diz que procederá a um bloqueio económico à Geórgia se esta República não terminar com a paralisação dos caminhos-de-ferro e dos portos.

21
Domingo

Números divulgados pela Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho dizem que só às companhias de seguro são participados mais de 600 mil acidentes de trabalho por ano havendo 300 mil trabalhadores deficientes em Portugal ■ Carlos Carvalhas anuncia que o PCP pretende fazer uma proposta de aumento das pensões mínimas dos reformados aproveitando o excesso cobrado no imposto petrolífero ■ A Associação Nacional das Freguesias reúne em Lisboa e anuncia que vai enviar à Assembleia da República uma petição com o objectivo, entre outros, de ser reconhecida como parceiro social ■ O secretário de Estado norte-americano visita o Cairo e a Arábia Saudita enquanto o Governo de Israel diz que estuda uma resposta às propostas dos americanos ■ Tropas turcas entram em conflito com refugiados curdos e provocam um morto e cinco feridos ■ A CDU alemã, do chanceler Helmut Kohl, sofre uma pesada derrota em eleições no Estado da Renânia-Palatinado em favor dos sociais-democratas.

22
Segunda-feira

PCP anuncia ir pedir a declaração de inconstitucionalidade da nova lei que regulamenta as assembleias distritais, por considerar que estas ficam «completamente depauperadas de meios materiais próprios para o seu regular funcionamento» ■ PS acusa Governo de continuar a comandar completamente a RTP, «a sua gestão, a definição e controlo da informação e programação» ■ James Baker discute com governo do Koweit a realização de uma conferência regional de paz para o Médio Oriente ■ Vários chefes de governo (incluindo os primeiros-ministros norueguês e sueco), e antigos dirigentes, lançam um apelo a favor da reforma da ONU ■ Mandela adverte países ocidentais contra reatamento precipitado das relações comerciais com a África do Sul ■ Coreia do Norte reafirma que um regime federal será a melhor solução para a reunificação da Península.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64
ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47059. NIF — 500 090 440
DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's CDL, Central Distribuidora Livreira, SA Serviços centrais — Av. Santos Dumont, 57, 2º, 1000 Lisboa — Telef. (01) 793 22 75/795 02 10
Alterações de última hora: Até às 17 horas — Telef. (01) 97 39 65
Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto — R. Miguel Bombarda, 578, 4000 Porto — Telef. (02) 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra — R. Fernandes Tomás, 55-A, 3000 Coimbra — Telef. (039) 20753
— DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição
Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04
Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77
Delegação Norte: R. Monte dos Pisos, 326, Guilfoes, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50
ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 67 01 93/7
PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 67 01 93/7
Composto e Impresso na Heská Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 4.500\$00; 25 números: 2.325\$00
REGIÕES AUTÓNOMAS E ESPANHA — 50 números: 7.090\$00
MACAU — 50 números: 11.140\$00
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 12.190\$00
EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA E TODO O TERRITÓRIO DA URSS) — 50 números: 13.350\$00
EXTRA-EUROPA — 50 números: 16.450\$00
Nome _____
Morada _____ Telef. _____
Código Postal _____

Seis distritos

CABEÇAS DE LISTAS
PARA AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

Lisboa



Carlos Carvalhas, 48 anos, natural de S. Pedro do Sul, economista, secretário-geral adjunto do PCP. Deputado à Assembleia da República, foi deputado no Parlamento Europeu e candidato do PCP à Presidência da República nas eleições de 1991.



Domingos Abrantes, 55 anos, natural de Vila Franca de Xira. Operário, é membro do Secretariado, da Comissão Política e da Comissão Executiva Nacional do Comité Central do PCP. É deputado à Assembleia da República.

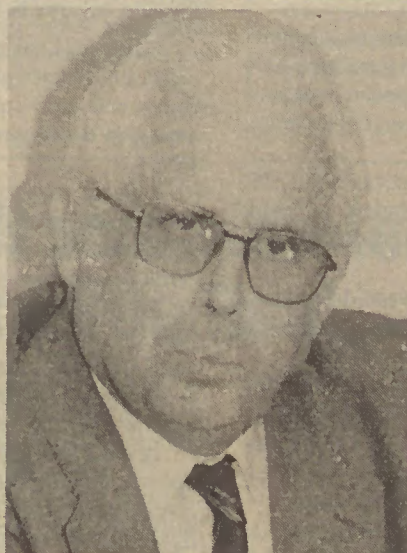


Jerónimo de Sousa, 44 anos, natural de Santa Iria de Azóia, Lisboa. Operário metalúrgico, é membro da Comissão Executiva Nacional do Comité Central do PCP. Deputado à Assembleia da República e vice-presidente do Grupo Parlamentar. Membro do Secretariado do Grupo Parlamentar. Membro da DORL.

Faro



João Amaral, 47 anos, natural do Porto, licenciado em Direito. Membro Suplente do Comité Central do PCP. Deputado à Assembleia da República, é membro do Secretariado do Grupo Parlamentar. Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa.

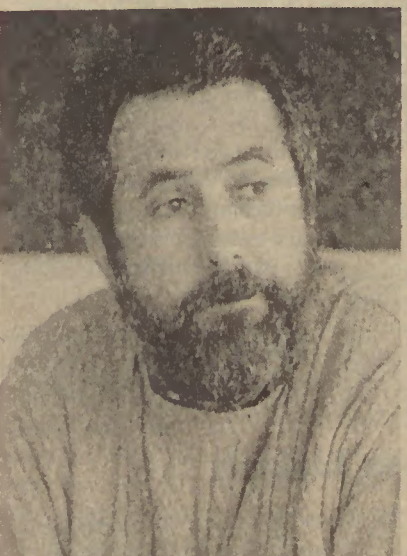


Carlos Brito, 58 anos, natural de Lourenço Marques (Maputo). Empregado. Membro da Comissão Política do Comité Central do PCP. Presidente do Grupo Parlamentar do PCP.



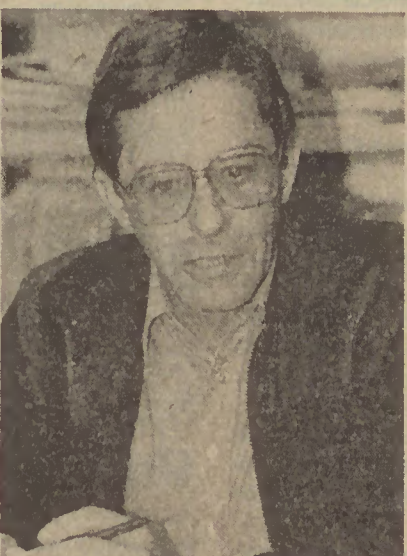
Carlos Luís Figueira, 47 anos, natural de Campo Maior. Empregado. Membro da Comissão Executiva Nacional do Comité Central do PCP e do Secretariado da DOR do Algarve.

Santarém

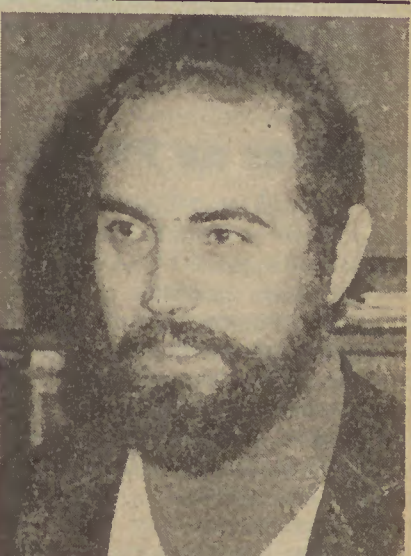


Agostinho Lopes, 46 anos, natural de Santo Tirso. Engenheiro. Membro da Comissão Política e da Comissão Executiva Nacional do Comité Central do PCP.

Setúbal



Octávio Teixeira, 47 anos, natural de Mogadouro. Economista. Membro da Comissão Política do Comité Central do PCP. Deputado à Assembleia da República, vice-presidente do Grupo Parlamentar do PCP.



José Manuel Maia, 45 anos, operário. Membro do Comité Central do PCP. Deputado à Assembleia da República, é vive-presidente da AR. Presidente da Assembleia Municipal de Almada.

O «Avante!» publica hoje em primeira mão os nomes dos cabeças de lista e candidatos indicados pelo PCP para os primeiros lugares das listas da CDU às próximas eleições legislativas em seis dos mais importantes círculos eleitorais.

O facto de desde já o PCP estar em condições de proceder a esta divulgação constitui um significativo índice da atenção concedida a uma atempada e cuidadosa preparação da intervenção eleitoral, do dinamismo, serenidade e confiança com a qual se propõe participar no processo e debate eleitorais. A possibilidade de com esta antecedência se encontrarem já definidos aspectos importantes da composição das listas permite, por outro lado, corresponder ao objectivo de estabelecer uma forte relação e comunicação entre candidatos e eleitores.

Prossegue entretanto em bom ritmo, nomeadamente ao nível das Direcções das Organizações Regionais do Partido, em articulação com o Partido «Os Verdes» e com a Intervenção Democrática, o processo de elaboração das listas para cada círculo eleitoral.

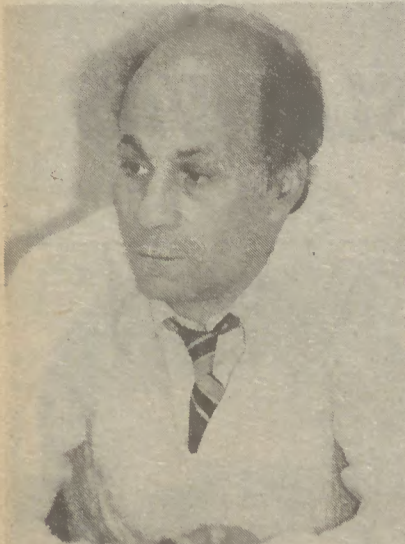
Em numerosas intervenções públicas, dirigentes do PCP têm sublinhado alguns critérios sobre a composição das listas que traduzem e concretizam a orientação estabelecida nas Resoluções aprovadas sobre o tema pelo Comité Central do PCP. O objectivo de assegurar uma composição social diversificada tem sido sublinhado, lado a lado com o de incluir candidatos com participação destacada nas organizações sociais, movimentos de massas e autarquias, bem como de quadros com preparação técnica especializada, habilitando o grupo parlamentar do PCP a uma eficaz intervenção na vastíssima temática dos trabalhos parlamentares a par e passo com uma sólida e constante ligação aos problemas e realidades regionais e à actividade geral do Partido.

Na definição da composição das listas será igualmente tida em conta a necessidade de assegurar a indispensável articulação da direcção e actividade do Grupo Parlamentar com o trabalho geral de direcção do Partido, designadamente através da eleição de um conjunto de membros da Comissão Política e do Secretariado do CC.

No momento em que se inicia a divulgação de aspectos da composição das listas da CDU, é adequado salientar novamente que, a par da preparação da intervenção eleitoral, é firme orientação do Partido o prosseguimento e fortalecimento da sua vasta e dinâmica presença e intervenção na vida social e política do País, centrada no combate à política do Governo, energicamente voltada para a defesa de prementes interesses e aspirações populares, audaciosamente dirigida para uma ampla irradiação da sua mensagem e das valiosas propostas que o PCP apresenta para a solução dos problemas nacionais.

CABEÇAS DE LISTAS PARA AS ELEIÇÕES

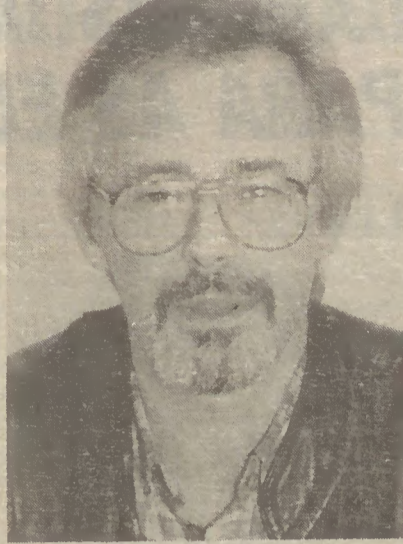
Coimbra



Vítor Costa, 52 anos, natural de Alijó. Geólogo. Deputado à Assembleia da República, membro da Direcção da Organização Regional de Coimbra do PCP.



António Avelãs Nunes, 51 anos, natural de Pinhel. Independente, membro da Comissão Coordenadora da CDU. Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Membro do Conselho Científico e presidente do Conselho Pedagógico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.



Carlos Fraião, 43 anos, natural da Horta. Estudante de Direito. Membro da Comissão Executiva Nacional do Comité Central do PCP e membro do Secretariado da DOR de Coimbra.

Porto



Luís Sá, 39 anos, natural de Angola. Licenciado em Direito. Membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.



Informações segundo telegramas da LUSA

Conversações PCP-UDP na Madeira

Dirigentes do PCP e da UDP da Madeira deverão reunir-se na próxima semana para debater a possibilidade de se coligarem nas eleições legislativas.

Em conferência de imprensa, o dirigente comunista Leonel Nunes disse que a Direcção Regional do PCP mandou hoje (Sábado, 21) o seu Executivo para «encetar negociações com a UDP a fim de se encontrar uma solução de convergência para as próximas legislativas».

«Gostávamos que esta coligação englobasse também o PS, mas este partido manifestou indisponibilidade», afirmou, adiantando que o PCP «pretende que a aliança com a UDP não morra nas próximas eleições».

O dirigente comunista manifestou-se convencido de que a coligação pode eleger um deputado pela Madeira à Assembleia da República.

A UDP também já manifestou publicamente a vontade de se evoluir para uma solução de aliança eleitoral. (LUSA)

Escolhidos candidatos de «Os Verdes»

O Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV) designou hoje (Domingo, 21), em reunião do Conselho Nacional, os seus candidatos a deputados a integrar nas listas da CDU para as próximas eleições legislativas.

Isabel Castro e André Martins serão os dois candidatos do PEV a concorrer pela CDU em lugar elegível nos distritos de Lisboa e Setúbel, respectivamente, disse à agência LUSA Luís Cardoso, da Comissão Executiva do partido.

O Conselho Nacional do PEV nomeou também a comissão que vai elaborar, em Maio, o seu manifesto eleitoral para as próximas legislativas.

Na reunião de hoje, «Os Verdes» analisaram a situação do Ministério do Ambiente, considerando a substituição do ministro Fernando Real por Carlos Borrego como «uma recauchutagem eleitoralista» que não resolverá os problemas do Ministério». (LUSA)

Escolhas no PS/Algarve...

O advogado Luís Filipe Madeira é o cabeça de lista do PS pelo Algarve às próximas eleições legislativas, disse hoje (Sábado, 20) à agência LUSA uma fonte partidária.

Nos lugares imediatos constam os nomes de Fialho Anastácio (presidente da Câmara de Tavira), António Esteves, considerado um «histórico» do PS algarvio, o deputado José Apolinário e Ana Barros, que foi a mandatária regional de Mário Soares para a juventude.

Segundo a mesma fonte, a composição da lista de candidatos para o Algarve foi conseguida já esta madrugada, após «muitas horas de debate em torno dos nomes propostos pelos dirigentes distritais».

«A escolha não foi pacífica» uma vez que dos nomes apresentados não constam elementos pertencentes à concelhia de Faro, adiantou.

Este facto levará a que a estrutura concelhia de Faro do PS vá ainda ponderar sobre o assunto, «uma vez que não aceita de ânimo leve a exclusão de elementos locais na referida lista», acrescentou o dirigente partidário. (LUSA)

... e zangas no PS/Algarve

O grupo minoritário saído do último congresso da Federação de Faro do Partido Socialista vai solicitar a intervenção de Jorge Sampaio no processo de constituição da lista de deputados pelo Algarve às legislativas.

Francisco Leal justificou aquela posição considerando que a lista apresentada pelo secretário coordenador Joaquim Vaerinhos «não teve em conta a representatividade proporcional emergida do congresso socialista realizado em Outubro de 1990».

O porta-voz da minoria do PS/Algarve acrescentou que a lista de candidatos foi elaborada com a marginalização dos elementos da comissão política do grupo que representa 43 por cento dos militantes socialistas algarvios.

Para Francisco Leal, a não inclusão do líder da minoria, Carvalho Afonso, em lugar «consentâneo com os resultados obtidos viola os princípios da democracia interna e a prática do consenso que sempre esteve presente quando da elaboração da lista de deputados».

A reacção do grupo liderado por Carvalho Afonso surge após o malogro das negociações entre as duas linhas existentes no PS/Algarve, tendo-se registado o abandono da reunião realizada na madrugada de sábado por parte da totalidade dos elementos da minoria.

Francisco Leal comentou ainda que a manter-se a exclusão de Carvalho Afonso da lista a candidatos a deputados poderá levar à desmobilização de metade dos militantes socialistas algarvios na próxima campanha eleitoral. (LUSA)

Comissão Eleitoral do PCP

A Comissão Eleitoral do PCP, que vai «traçar as grandes linhas de orientação da campanha» do partido para as legislativas, é constituída por dez elementos, oito dos quais membros da Comissão Política dos comunistas.

Segundo uma fonte próxima da direcção do PCP contactada hoje (Quinta-feira, 18) pela agência LUSA, integram o grupo o líder da bancada parlamentar dos comunistas, Carlos Brito, o deputado Octávio Teixeira e ainda Domingos Abrantes, Edgar Correia, Francisco Lopes, José Casanova, Luís Sá e Vítor Dias, todos da Comissão Política do Partido.

José Gouveia Monteiro e Ruben de Carvalho, ambos da Comissão Executiva do PCP, completam este órgão eventual que tem por objectivo «programar e tratar da execução prática da campanha e pré-campanha» do partido para as eleições de Outubro, segundo a mesma fonte.

Também a «aprovação do material da campanha, como cartazes, folhetos e slogans, embora elaborado por outros grupos de trabalho, vai ser sujeito à apreciação da Comissão Eleitoral», acrescentou. (LUSA)

Listas PS em Lisboa

O líder do Partido Socialista considerou que a inclusão do guineense Fernando Ká nas listas de candidatos a deputados do PS reflecte a realidade de que há uma «forte componente populacional de minorias étnicas residentes» na região de Lisboa.

Em declarações à agência LUSA, Jorge Sampaio, líder do PS, disse que «o lugar de Fernando Ká é elegível». Ká é o presidente da Associação Guineense de Solidariedade Social.

Rejeitando a candidatura como uma correcção da insuficiente representação da comunidade africana no poder político, Sampaio considerou-a «um elemento positivo de afirmação pública da consciencialização sobre a existência desse tema». (LUSA)

O «país de sucesso»

A mais de cinco meses de eleições legislativas, o PSD iniciou já as primeiras acções de propaganda com o envio a todos os militantes de um folheto onde aposta na frase «Portugal mudou e muito».

O folheto, que esta semana começou a ser enviado, tem um cartão de visita assinado pelo secretário-geral do partido, Falcão e Cunha, onde se afirma: «Apostamos nos portugueses. Temos razões para nos sentirmos orgulhosos. Vamos ganhar 91.»

Quanto ao conteúdo do desdobrável, profusamente ilustrado e com a predominância do verde, amarelo e laranja, citam-se vários números que atestam o alegado desenvolvimento do País e frases como «um país novo» ou «Portugal país de primeira».

«Serviço militar obrigatório vai ser reduzido», «preparamo-nos para ser os melhores», ou «somos um país de sucesso» são outras das frases em destaque no folheto dos social-democratas. (LUSA)

A polémica das listas PS no Porto

A «comissão das listas» do PS subscreveu hoje (Quinta-feira, 18) um comunicado sobre «declarações públicas não desmentidas do secretário coordenador da Federação do Porto» em que se esclarecem os princípios de elaboração das listas de candidatos a deputados do PS.

O comunicado afirma não ser correcto «nem do ponto de vista de facto, nem do ponto de vista político», que a direcção nacional socialista não queira que as listas reflectam o peso autárquico dos socialistas.

A «comissão de listas» respondeu a declarações de Carlos Lage, secretário coordenador do PS/Porto, esta semana à comunicação social, nas quais criticava a alegada interferência da direcção nacional do PS na fórmula final da lista de candidatos a deputados pelo distrito do Porto. (LUSA)

Basílio no Porto

A Comissão Política Distrital do Porto do CDS vai convidar hoje (Segunda-feira, 22) o secretário-geral centrista para encabeçar a lista partidária local candidata às próximas eleições legislativas, disse à agência LUSA um dos seus membros.

O ex-candidato à Presidência da República foi o cabeça de lista por aquele círculo nas eleições legislativas de 1987.

A mesma fonte referiu que os lugares seguintes na lista portuense deverão ser ocupados por Rui Oliveira e Rocha dos Santos, respectivamente ex-mandatário distrital da candidatura de Basílio Horta nas eleições presidenciais e presidente da estrutura distrital do Porto dos centristas.

O CDS/Porto «define» terça-feira, em assembleia distrital, o «perfil do candidato a deputado» às legislativas de Outubro, elegendo em simultâneo os delegados portuenses ao Conselho Nacional do partido. (LUSA)

Álvaro Cunhal em Viseu e Trás-os-Montes

O secretário-geral do Partido participou no passado fim-de-semana em iniciativas nos distritos de Vila Real, Bragança e Viseu

Bragança está a perder jovens

Durante a tarde e a noite de sábado, nas iniciativas em que participou o secretário-geral do PCP, a emigração dos jovens do distrito de Bragança, devida à falta de empregos locais, foi por várias vezes referida como um dos problemas que mais preocupam a população.

Assim foi na Casa do Povo de Carvalhais, pequena aldeia, nas proximidades de Mirandela, onde a influência do Partido é grande e onde Álvaro Cunhal foi recebido com entusiasmo. Aqui realizou-se uma sessão, a que assistiram mais de uma centena de pessoas, e onde o camarada Germano Correia, membro da Assembleia de Freguesia, depois de manifestar a satisfação da organização concelhia do PCP pela presença do secretário-geral, abordou alguns dos problemas que preocupam a população, em particular a emigração de jovens por falta de emprego, e a diminuição de alunos da Escola Agrícola.

Álvaro Cunhal falou sobre aspectos da situação política nacional, referindo a impor-

tância da luta pela resolução dos problemas, bem como a necessidade de, nas próximas eleições legislativas, se criarem as condições necessárias à substituição do actual Governo. Respondeu depois a questões acerca da situação internacional, a política de privatizações e os problemas da agricultura (a electrificação rural, entre outros).

Na Junta de Freguesia de Vilas Boas (concelho de Vila Flor), de presidência CDU, Álvaro Cunhal participou numa recepção onde estiveram os presidentes da Junta e da Assembleia de Freguesia e outros eleitos, bem como habitantes da aldeia. De destacar a presença do presidente da Associação Desportiva e Cultural (membro do PRD), que trocou algumas impressões com o secretário-geral do PCP.

O camarada Rui Tadeu, presidente da JF, saudou Álvaro Cunhal e referiu aspectos do trabalho em que se encontra empenhado o executivo autárquico, salientando a contribuição da Associação de Eleitos Comunistas e

Outros Democratas: a AECOD ofereceu à freguesia uma verba que possibilitou completar as obras da Casa da Junta, a recuperação de um parque infantil em Vilas Boas e a aquisição de outro (e respectivo terreno) para ser instalado em Meirelê.

O secretário-geral do PCP agradeceu o convite para visitar a freguesia e realçou a importância do poder local democrático. A propósito da referência à AECOD, salientou que os eleitos da CDU não exercem o poder em proveito pessoal.

Seguiu-se uma visita ao Cabeço, local com uma panorâmica de rara beleza numa área que abrange perto de uma dezena de concelhos de Trás-os-Montes.

Na escola secundária de Mirandela Álvaro Cunhal esteve numa festa-convívio onde actuaram o Rancho Folclórico de S. Tiago de Mirandela e João Baptista (do «Tribo Nordeste»). Numa curta intervenção, referiu a importância da cultura popular, elogiando a dedica-

ção ao folclore dos jovens que, no essencial, constituem o grupo folclórico local.

O secretário-geral do PCP participou ainda num jantar comemorativo dos 70 anos do Partido, com a presença de centena e meia de militantes e amigos, bem como uma dezena de representantes dos órgãos de informação do distrito. Serafim Brás da Silva, da CEN do Comité Central, destacou a importância desta deslocação de Álvaro Cunhal, na altura em que se comemora o 70º aniversário do PCP e menos de um ano após a criação da Direcção da Organização Regional de Bragança. Na sua intervenção de encerramento o secretário-geral salientou a necessidade da convergência dos partidos democráticos e criticou a actuação do Governo PSD/Cavaco, nomeadamente medidas gravosas que pretende tomar, como o pacote laboral e a legislação para retirar baldios aos povos.

Antes da partida, Álvaro Cunhal concedeu ainda uma entrevista a duas rádios locais.

SB

O segredo de Molelos

A visita de Álvaro Cunhal ao distrito de Viseu, no domingo, iniciou-se em Armamar, com uma sessão de boas-vindas onde, na presença dos muitos populares que enchem o salão, usaram da palavra o secretário-geral do PCP e os eleitos da CDU Afonso Bernardo, presidente da Junta de Freguesia, e António Lareiro, secretário. Ofereceram a Álvaro Cunhal a medalha do concelho, um conjunto de garrafas de vinho do Porto «muito antigo» e um ramo de cravos.

Em Figueiró (freguesia de S. Cipriano, concelho de Viseu), o secretário-geral do PCP visitou a Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Figueiró, a convite da sua direcção. Aqui, na presença de um grande número de jovens, usou da palavra o presidente da associação, José Teles, e Álvaro Cunhal, que respondeu a perguntas dos presentes. O dirigente comunista visitou ainda os Teares, onde um grupo de mulheres trabalha na recuperação de costumes antigos na área da tecelagem, bem como o campo de futebol e as instalações da Junta de Freguesia, cujo presidente (eleito pelo CDS) lhe ofereceu uma medalha da freguesia. José Teles, em nome da Associação, ofereceu a Álvaro Cunhal uma peça de artesanato.

Num hotel da cidade de Viseu realizou-se um almoço-convívio, com cerca de 150 pessoas (militantes do Partido e outros democratas), onde intervieram Fernando Rodrigues, da CEN do Comité Central e responsável da organização no distrito, e Álvaro Cunhal. A Direcção da Organização Regional de Viseu do PCP ofereceu ao secretário-geral uma bilha de segredo de barro de Molelos.

Pelas 15 horas, no salão da Assembleia Municipal (Solar dos Peixotos), teve lugar um debate público muito participado, quer pelo número de presentes (mais de duas centenas), quer pelas perguntas colocadas. A visita ao distrito de Viseu terminou com um encontro com a comunicação social.

BV



Álvaro Cunhal, no debate realizado em Viseu, no quadro da participação em iniciativas nos distritos de Vila Real, Bragança e Viseu

LAR sem bilhetes para Vila Real

Num passo de magia, as reservas desapareceram e não havia bilhetes para o voo Lisboa-Vila Real. O secretário-geral do PCP foi assim forçado a tomar o caminho do Porto e acabou por chegar com mais de duas horas de atraso ao encontro com a juventude que estava programado para as 16.30 no Centro Cultural de Vila Real.

Será provavelmente uma mera coincidência o facto de o presidente da LAR (Linhas Aéreas Regionais) ser o Dr. Armando Moreira, presidente PSD da Câmara de Vila Real. Se é verdade que qualquer computador depende do software, isto é, da sua parte «lógica», o que é certo é que não tem lógica nenhuma que as reservas tenham desaparecido.

Mesmo assim, 45 jovens aguentaram a pé firme, e o debate com Álvaro Cunhal desenrolou-se, sob o tema «Juventude - presente e futuro». Daí partiu-se para um jantar, mais informal, onde a discussão prosseguiu, num clima em que as questões giravam em torno de aspectos mais concretos da vida e das terras de origem de cada um. A Universidade de Vila Real (UTAD), com os seus cerca de 4 mil alunos, começa a pesar bastante numa cidade que tem cerca de 14 mil eleitores: pesa no ambiente da cidade, pesa também no agravamento de problemas, como

a habitação e outros, e pesou igualmente, como seria de esperar, nos temas da conversa.

Uma sala cheia aguardava-nos em Chaves, onde se realizou uma sessão com 150 participantes. Não faltaram as perguntas e opiniões em defesa do Governo, produzidas por um militante do PSD, que não deixou de reconhecer a importância e os méritos da actividade do PCP. As suas afirmações, ilustradas com os números fabricados pela propaganda governamental e que quase recordavam o mito do jardim à beira-mar plantado, foram desmontadas pelo realismo do testemunho dos flavienses presentes, que trouxeram para a discussão os exemplos vivos do desemprego, das reformas de miséria, dos estrangulamentos na agricultura, do regresso aos caminhos da emigração para quem (a maioria) não encontra emprego na sua terra.

Nas suas intervenções, o camarada Álvaro Cunhal abordou os problemas sociais e políticos do momento, equacionando as tarefas que se nos colocam para este ano, nomeadamente a necessidade de derrotar o PSD e a direita e de se alcançar um reforço da votação na CDU.

A agricultura e, no concreto, os problemas da agricultura transmontana voltaram a estar presentes no debate que sábado de manhã se realizou

em Vila Pouca de Aguiar, com a presença de 50 agricultores, em representação das organizações da lavoura que foram convidadas pela direcção regional (DORVIR) do PCP. A intervenção viva dos agricultores levou ao encontro as dificuldades de venda do gado, os baixos preços da carne ao produtor, já sujeitos às importações a mais baixo preço de outros países da CEE. Foram também referidas questões como as quotas leiteiras, o futuro dos baldios, os problemas dos pastores, dos produtores de batata e de vinho. Agostinho, um pastor que passou parte da sua vida em terras de França, com *passaporte de coelho*, fez questão de frisar que é o PCP que defende os agricultores e que é preciso que nas próximas eleições o Partido alcance uma maior votação.

O programa de Álvaro Cunhal no distrito encerrou com uma intervenção no final do almoço de confraternização realizado na cidade de Vila Real, com cerca de 200 participantes, entre os quais numerosos independentes.

A notícia ficaria incompleta, se não referíssemos o interesse manifestado pelas rádios locais, que colheram depoimentos e entrevistas e que, será justo dizê-lo, cobriram honradamente a deslocação de Álvaro Cunhal.

VP

Das pirâmides egípcias ao limiar do século XXI

Foi pelas pirâmides do Egipto e outras grandes obras da civilização humana que Álvaro Cunhal iniciou a sua intervenção na Aula Magna do ISCTE, perante mais de uma centena de jovens, numa iniciativa da organização de Lisboa do Ensino Superior da Juventude Comunista Portuguesa dedicada ao 70º aniversário do PCP.

O secretário-geral do Partido salientou o papel histórico daqueles que trabalhavam para a realização dessas grandes obras e o significado que teve o surgimento da ideia de transformação da sociedade com o objectivo de pôr termo à divisão entre explorados e exploradores, e que levou à criação da Comunidade de Paris e à Revolução de Outubro na Rússia. Esta rápida retrospectiva, considerou Álvaro Cunhal, é importante para compreendermos este século, rico em transformações e com mudanças profundas em toda a vida social, e a formação do Partido em 1921.

Referindo-se às derrotas no Leste europeu, apontou como suas causas o afastamento

entre a prática política e os ideais socialistas, como foi referido no XIII Congresso do PCP.

Lembrando que o projecto do PCP tem sofrido transformações, Álvaro Cunhal deu o exemplo da evolução dos conceitos de liberdade e democracia nos programas do Partido aprovados em 1965, 1974 e no XII Congresso.

O secretário-geral do PCP respondeu depois a perguntas dos estudantes, reafirmando ser a base ideológica do Partido o marxismo-leninismo, entendido como teoria em movimento, e detendo-se detalhadamente em aspectos concretos da situação portuguesa que mostram a sua validade. Abordou ainda questões como as propostas do PCP para a economia e o papel do mercado, a integração de Portugal na CEE, a nova ordem internacional, a situação no Golfo, o problema do Curdistão, a democracia interna no Partido, as mudanças nos países africanos lusófonos, a autodeterminação de Timor-Leste, e a passagem de Macau para a soberania chinesa.



Iniciativas Legislativas do PCP

Escola de Enfermagem de Aveiro

Concretizando os compromissos assumidos durante as recentes Jornadas de Trabalho do Grupo Parlamentar e da Direcção da Organização Regional de Aveiro, deu já entrada na Mesa da Assembleia da República o projecto de lei que prevê a criação da Escola Superior de Enfermagem de Aveiro. Os dois artigos do projecto de lei determinarão, se aprovados, a criação da Escola Superior de Enfermagem e a responsabilização do Governo pela sua entrada em funcionamento a breve prazo.

Entre as razões que justificam plenamente esta iniciativa legislativa encontram-se o elevado défice em pessoal de enfermagem que se verifica nas instituições públicas prestadoras de cuidados de saúde no Distrito (907 enfermeiros para quase 700 mil habitantes em Outubro de 1990); a elevada percentagem de população jovem e a necessidade de saídas profissionais; a situação geográfica da cidade de Aveiro e a sua capacidade em receber e instalar jovens estudantes e dar resposta às suas necessidades lúdicas; a existência de um Hospital Distrital relativamente moderno e equipado para dar apoio à Escola e a viabilidade de soluções para a sua instalação concreta.

A criação da Escola Superior de Enfermagem é assim uma necessidade e uma aspiração de largos sectores da opinião pública, invocada também por instituições do Distrito. A Organização Regional de Aveiro do PCP, correspondendo a tal necessidade, incluiu nas conclusões da sua 2.ª Assembleia tal reivindicação.

Com esta iniciativa legislativa, o PCP manifesta inequivocamente a sua vontade de que a Escola se torne realidade. O Governos e as outras forças políticas, particularmente as que ainda ocupam a maioria dos lugares do Parlamento, têm agora a oportunidade para juntarem actos às palavras.

Faltam 750 mil casas

Interpelação ao Governo comprova que este não tem política habitacional e desbaratou oportunidades para suprir as carências existentes

Um défice habitacional que, segundo dados de 1989, se estimava em cerca de 750 mil fogos (o défice líquido anual situa-se acima dos 30 mil), a que importa juntar as carências qualitativas que afectam cerca de um terço do parque habitacional construído, o que equivale a dizer que cerca de 45 por cento da população portuguesa é atingida neste campo por problemas de habitação de gravidade variável, tais são, em síntese, alguns números elucidativos da dura realidade com que se confrontam os portugueses no domínio da habitação.

Números para os quais a bancada comunista voltou a chamar a atenção da Câmara na recente interpelação ao Governo sobre esta problemática, agendada por iniciativa do PS, e que constituem um verdadeiro libelo acusatório contra uma política governamental cujos resultados se saldaram por um rotundo fracasso.

António Guterres, em nome do PS, recordou a este propósito os 20 696 novos fogos que o PSD prometera no seu programa, dos quais apenas foram aprovados 2231, afirmando que tal facto é revelador de como o Governo traiu não apenas o seu programa como também as preocupações com habitação social que reclamava como suas desde os Governos de Sá Carneiro.

Ao cingir-se a medidas «avulsas, ineficazes, descoordenadas e não raras vezes contraditórias», como sublinhou Octávio Teixeira, o Governo mostrou-se assim incapaz de adoptar medidas de fundo para a solução progressiva das carências habitacionais — isto apesar de dispor de cinco anos consecutivos de governação e de uma conjuntura económica favorável onde abundaram os recursos económicos e financeiros.

Esta incapacidade do Executivo em promover uma efectiva política habitacional, como fez questão de salientar o deputado Luís Roque, pode aliás ser comprovada pelo facto de a produção anual de novos fogos ser não só largamente inferior às necessidades decorrentes da constituição de novas famílias e das novas demolições como se situar abaixo do que se construía em 1985.

A este respeito, foi ainda lembrada pelos deputados comunistas que intervieram no debate a diminuição do número de licenças concedidas desde 1987 para construção de novas habitações, face à crescente penúria da procura, enquanto o mercado de arrendamento não existe para a maioria das famílias portuguesas e a promoção de habitação social se encontra quase paralisada.

Documentando bem as suas intervenções — contrariamente ao Governo que pela voz de Ferreira do Amaral se limitou a reconhecer as dificuldades do problema e a devolver culpas para os governos PS —, os deputados comunistas referiram ainda a diminuição do crédito concedido (passou de 165 milhões de contos em 1988 para 125 milhões em 90), a falta de resultados positivos da iniciativa Crédito Poupança/Habitação e do Crédito Jovem e o fiasco dos contratos de desenvolvimento de ha-



bitação feitos com empresas do sector da construção.

O caso dos insolventes em relação às regras de crédito propostas pelo Governo foram também lembrados por Luís Roque, que citou a este respeito o exemplo dos bairros do ex-FFH, ditos sociais, cujas

rendas foram aumentadas em 1989 em mais de mil por cento, abrangendo cerca de 40 mil famílias.

«Mas o verdadeiro retrato da política deste e de outros governos que o antecederam é a proliferação de barracas como cogumelos», frisou o deputado do PCP,

antes de assinalar que só no concelho de Lisboa existem 15 730 barracas onde se alojam 48 121 pessoas, no que se refere apenas às barracas numeradas, não englobando casas abarracadas que existem noutros núcleos, como o Casal Ventoso, Tarujo e outros.

Ilusões eleiçoeiras

As recentes medidas anunciadas pelo Governo alegadamente tendentes a facilitar o acesso ao crédito à habitação, mereceram de Octávio Teixeira um breve comentário alusivo ao carácter demagógico de tal anúncio destinado a criar em sua opinião, a poucos meses das eleições, novas ilusões em muitas famílias carentes de habitação.

«Até agora não havia nem fogos nem famílias com possibilidade de acesso à bonificação de juros; a partir de agora passará a

haver fogos nessas condições, mas continuam a não existir famílias com rendimentos que, por um lado, sejam tão baixos que lhes permita beneficiar de juros e, por outro, sejam suficientes para poder pagar o nível das prestações mensais, assinalou a propósito o deputado do PCP, sublinhando ainda que duas questões fundamentais na problemática do acesso ao crédito não foram tocadas: o elevadíssimo nível das taxas de juro e as entradas iniciais não financiadas pelo crédito.

Vidigueira Terra de contrastes

O Concelho da Vidigueira foi recentemente visitado por uma delegação constituída pela deputada do PCP, Lourdes Hespagnol, acompanhada de Miguel Ramalho e Ivo Góis, da Direcção da Organização Regional de Beja do PCP.

As honras da casa couberam a Carlos Góis e António Teles, presidente e vereador da Câmara Municipal, respectivamente, tendo a visita começado com uma deslocação às instalações da Câmara Municipal, a que se seguiram as freguesias e a Adega Cooperativa, concluindo-se o programa com um encontro com os trabalhadores da Autarquia.

Os problemas mais sentidos, pelas populações contactadas, prendem-se com as reformas de miséria e com o elevado custo dos medicamentos, colocando-se frequentemente o dilema: «este mês compro os medicamentos ou a alimentação?».

Ainda no âmbito da saúde outras questões apare-

cem: as longas horas de espera (desde as 5 horas da manhã ao frio e à chuva) para apanhar uma consulta — problema colocado em Marmelar onde desde Janeiro a Câmara Municipal da Vidigueira tem concluído, e à disposição da população e da Administração Regional de Saúde de Beja, um óptimo posto médico, com boas condições para estas esperas em madrugadas longas mas que se encontra fechado.

A falta de médicos e pessoal de enfermagem é também uma «chaga» que torna mais penosos os dias a quem já é doente, tornando às vezes as esperas infrutíferas, pois a consulta, por não haver vaga, terá de esperar mais 8 ou 15 dias.

No plano da agricultura, as preocupações referenciadas pela deputada do PCP vão para a produção cerealífera — «como poderão os alentejanos competir com as suas culturas de cereais, com os preços da CEE?», foi-lhe dito —, e para o es-

coamento de alguns produtos, como a laranja, com uma produção significativa no concelho, e que este ano ficou em muitos casos na árvore.

No concelho da Vidigueira, como em todo o Alentejo, a população está envelhecida, as casas são habitadas por idosos, os mais novos têm que sair em busca de emprego. Não há fixação dos jovens à sua terra. É a «chaga da desertificação!», constatou Lourdes Hespagnol, que no contacto com os trabalhadores da autarquia pôde ainda ouvir queixas relativas às questões ligadas ao Pacote Laboral e à progressão nas carreiras.

A contrastar drasticamente com o abandono a que o Poder Central vota a região, a deputada do PCP teve ainda ensejo de se aperceber do importante papel da Câmara local e respectivas Juntas no sentido de proporcionar às populações do concelho todas as condições para uma vida melhor e mais digna.

Há soluções

Apesar de poder ser considerada dramática, a situação actual da habitação no nosso país pode a breve trecho sofrer alterações substanciais se, para tanto, forem adoptadas medidas no quadro de uma correcta política para o sector. Esta, uma ideia central a reter do debate deixada por Luís Roque, em nome da bancada comunista, quando enumerou um conjunto de acções com vista à solução do problema, à cabeça das quais colocou a elaboração de um plano nacional de habitação a médio prazo que defina o número de habitações a implementar por forma a reduzir ou extinguir o défice habitacional.

A definição de uma política de solos capaz de responder à necessidade de criar bolsas de terrenos a preços razoáveis e a redução dos impostos sobre a construção de habitação (representa 40 por cento do seu custo final) são outras medidas defendidas pelo PCP que reclama, por outro lado, a definição e acabe com as desigualdades de acesso à mesma.

Para os parlamentares comunistas, urgente se torna ainda a resolução do problema dos insolventes, bem como dotar as autarquias de empréstimos a fundo perdido ou sem juros para a construção de habitação para arrendamento social e criar condições objectivas para o relançamento do mercado de arrendamento.

Retrato da política do Governo são as barracas que proliferam como cogumelos, existindo só em Lisboa 15 730, onde se alojam 48 121 pessoas

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Faltam apoios na Galiza



A falta de apoio consular e de professores de língua e cultura portuguesas constituem dois dos problemas mais sentidos actualmente pelos nossos compatriotas que vivem na Galiza e Astúrias.

Deste e de outros problemas se deu conta o deputado António Mota no decorrer de uma curta estadia naquelas duas províncias de Espanha, ocasião aproveitada para falar com dirigentes associativos, responsáveis consulares e outros membros activos na comunidade portuguesa.

Severamente criticado pelos portugueses ali residentes foi ainda o despacho que regulamenta a formação dos Conselhos de País, conforme com o Decreto Lei 101/90. Um dirigente associativo caracterizou-o como um «processo de dedocracia», numa alusão o facto de em vez de haver membros eleitos se assistir a nomeações de pessoas feitas pelo embaixador em Madrid.

Monumentos e Sítios



O Dia Mundial dos Monumentos e Sítios foi assinalado no passado dia 18 com a apresentação de um voto de congratulação subscrito por vários deputados do Grupo Parlamentar do PCP. No texto, lamenta-se que «essas pedras solenes» e «lugares onde ressoa a força da imaterialidade» estejam em regra votados a uma «desoladora solidão», por virtude de um «governo de horizontes baixos», reiterando-se simultaneamente a vontade de tudo fazer no sentido de contribuir para a alteração do actual estado de coisas.



Viana do Castelo



Na sequência de uma recente visita de trabalho ao distrito de Viana do Castelo, onde contactaram com diversas entidades e organizações para melhor conhecimento da realidade local, os deputados Ilda Figueiredo e António Mota elaboraram quatro requerimentos dirigidos ao Governo onde focam alguns dos problemas detectados.

Apresentados ao abrigo das disposições regimentais, os requerimentos referem-se à defesa da Duna dos Caldeirões em Vila Praia de Âncora; a problemas das populações que habitam no Parque Nacional da Peneda/Gerês; ao encerramento da passagem de nível da via férrea Valença/Espanha; junto da fronteira; e à reparação e prolongamento do Portinho de Vila Praia de Âncora.

Povoação exige respostas



O Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia Regional dos Açores vai requerer ao Executivo de Mota Amaral uma «resposta para as carências do concelho da Povoação», ilha de S. Miguel.

Anunciada pela Comissão Concelhia do PCP da Povoação, esta iniciativa surge na sequência da realização no concelho de uma «presidência aberta» de Mota Amaral.

«Ao fim de 15 anos à frente do Governo Regional, Mota Amaral já deveria conhecer bem as dificuldades do nosso concelho, que há muito se arrastam sem que o Governo dê uma resposta adequada», refere a Comissão, que cita como principais problemas a ausência de um centro de saúde, de uma escola para os ensinos preparatório e secundário e de estruturas de apoio a idosos do Porto de Pesca da Ribeira Quente.

Objectores

A consciência não se julga

Após um longo trabalho em Comissão especializada, considerado globalmente positivo, em torno do qual foi possível estabelecer consenso nos aspectos fundamentais, os deputados aprovaram por unanimidade, em votação final global, faz hoje oito dias, o diploma que define o Estatuto de objecção de consciência face ao serviço militar obrigatório.

Solucionada fica assim com esta iniciativa legislativa a situação que se arrastava há vários anos dos 17 mil cidadãos que tendo requerido o reconhecimento da sua condição de objectores de consciência antes da Lei n.º 6/85 ficaram abrangidos pelas disposições transitórias aí estabelecidas.

De acordo com o novo texto legislativo, abandonou-se a via judicial para o reconhecimento da situação de objector de consciência, facto que constitui um enorme passo no exercício deste direito, uma vez que — esta é uma alteração decisiva que merece consenso — a consciência não se julga, importando por conseguinte, como referiu António Filipe, «não fazer depender o reconhecimento da objecção da consciência de juízos subjectivos seja de quem for».

Nesse sentido, e para obviar a uma eventual má aplicação da lei, afigura-se indispensável que o reconhecimento da situação de objector de consciência asseste o mais possível «na



verificação de elementos objectivos», como defende a bancada comunista.

«A dignificação da objecção de consciência — salientou a este respeito António Filipe —, passa não apenas pela letra da lei mas

também pelo bom senso dos que a hão-de aplicar, dos que hão-de ser seus destinatários e da capacidade do Governo para estar desta vez à altura das responsabilidades que lhe são confiadas».

Centro Cultural de Belém

De que tem medo o PSD?

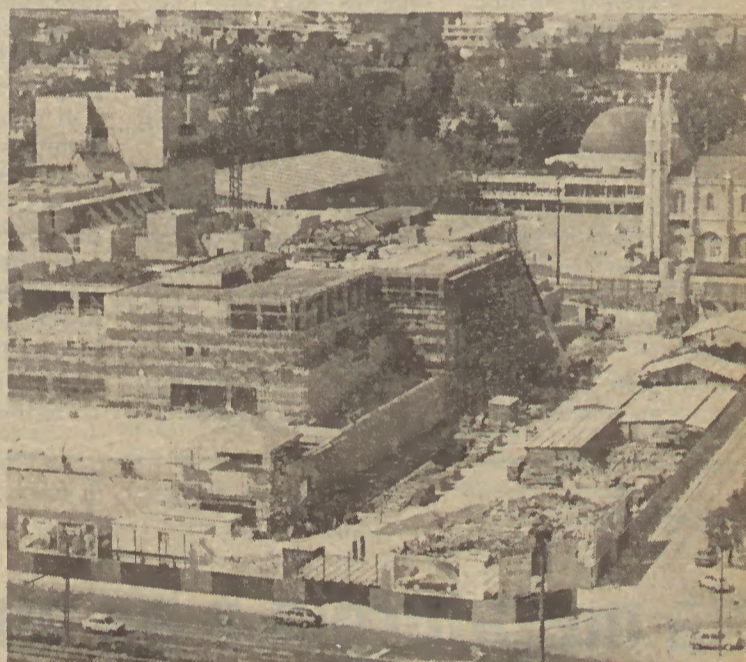
Nenhum deputado do PSD aceitou subscrever o pedido de inquérito às condições de legalidade e de regularidade financeira e técnica que envolve a construção do Centro Cultural de Belém.

Com esta recusa, na linha da postura obediente e acrítica que tem pautado o comportamento da maioria face à actuação do Governo, o PSD mostra não estar interessado em esclarecer um assunto que tem sido objecto de forte polémica, nomeadamente quanto às condições que têm rodeado todo o processo de execução da obra.

Ainda na passada segunda-feira novos dados vieram a lume em órgãos de comunicação social, chamando a atenção nomeadamente para o avolumar dos custos de execução da obra, e para imperfeições e falhas existentes ao nível da própria concepção do projecto que estão a colocar problemas, por exemplo, ao nível das instalações telefónicas e eléctricas.

Assinado por deputados de todas as bancadas da

Verdadeiro elefante branco, o Centro Cultural de Belém já absorveu 27 milhões de contos, prevendo-se que o seu custo atinja os 40 milhões de contos dentro de um ano



oposição, o pedido de inquérito pretende que seja apreciada, designadamente, a adequação legal do decreto-lei que cria a Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário Centro Cultural de Belém e, bem assim, a sua conformação com a lei-quadro das sociedades de gestão e investimento imobiliário no que respeita aos fins que se propõe, estatuto e objecto.

De acordo com o texto que requer a constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito, procura-se também que seja apreciada a conformação da referida Sociedade de Gestão ao Código das Sociedades Comerciais no que se refere ao número de sócios, transmissibilidade de acções, natureza dos capitais que a compõem e sua subscrição.

O regime de concurso pú-

blico, o processo de expropriações e a regularidade financeira na execução do Centro, em função do sucessivo agravamento do seu custo global (de 1988 a 1991 subiu de 6 para 27 milhões de contos, esperando-se que atinja os 40 milhões dentro de um ano), são outras tantas matérias que os autores do pedido de inquérito pretendem ver esclarecidas.

Valpaços quer justiça!

Os lamentáveis acontecimentos ocorridos entre populares e forças da GNR na vila de Valpaços, no passado dia 14, de que resultaram alguns feridos e várias detenções, foi objecto de um requerimento dirigido ao Governo subscrito pelo deputado comunista Victor Costa, no qual se solicita o rápido e cabal esclarecimento da verdade sobre o sucedido e o apura-

mento das correspondentes responsabilidades.

As causas imediatas de tais graves e violentos acontecimentos, segundo informações veiculadas pelos órgãos de comunicação, recorde-se, parecem residir em factos ocorridos durante um encontro de futebol disputado nesse fim-de-semana, nomeadamente a agressão de que foi alvo um reformado semi-invisual

por parte do sargento da GNR de Valpaços.

A actuação deste elemento daquela força policial, pautada de há vários anos a esta parte por uma inusitada prepotência e agressividade, longe de serenar os ânimos, parece tê-los agravado, havendo um sentimento entre a população de que estes acontecimentos poderiam ter

sido evitados caso tivesse sido outro o comportamento da GNR.

Apurar a verdade dos factos, neste contexto, afigura-se assim como a única saída possível no sentido não apenas de alterar o ambiente de indignação existente, como de restabelecer a confiança mútua entre os cidadãos de Valpaços e as forças da GNR concelhias.

TRABALHADORES

Mais uma morte na construção civil

O acidente podia ser evitado

— afirma o sindicato

«Enquanto se aplicavam janelas, tiravam-se as espigas dos andaimes; é lógico que os andaimes teriam que cair; é como uma cadeira apenas com duas pernas; a pressa é sinónimo de asneira e, na nossa profissão, a asneira muitas vezes paga-se com a vida» — advertia mais uma vez o Sindicato, depois do acidente de quinta-feira passada na obra do Hotel Ipanema, no Largo do Lordelo, no Porto. A falta de segurança provocou um morto e quatro feridos

(três segundo a Lusa, e todos graves).

A obra é da responsabilidade da empresa Engil.

Como muitas outras, a Engil não tem uma comissão eleita para a prevenção e segurança, nem encarregados de segurança, como manda a cláusula 53.ª do CCTV para a Indústria da Construção e Obras Públicas.

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção, Madeiras, Mármore e Pedreiras do

Distrito do Porto protesta veementemente contra as condições que favorecem acidentes deste tipo.

O desastre poderia, aliás, ser evitado. Basta reparar nas causas que o provocaram. Pressa, negligência...

E a precariedade do emprego. Como sempre — sublinha o Sindicato — essa precariedade, essa insegurança, estão entre as maiores causas dos acidentes. Como neste caso, em

que as vítimas «tinham vínculo contratual precário».

Assim morreu José Fonseca Bagueiro, de 30 anos. Quinta-feira passada continuavam em observação no Hospital de Santo António, no Porto, Ricardo Silva Lopes e Domingos Augusto Silva Peixoto. Carlos Cabral, um dos feridos na derrocada do andaime, encontrava-se em estado de pré-coma no mesmo hospital.

O prédio tem 16 andares e a empresa construtora emprega 400 trabalhadores.

Tribunal decide

Braz & Braz recorre

Despedido sem justa causa, conforme decidiu o tribunal, João Peres Barata, não foi readmitido na Braz & Braz.

Além de trabalhador desta firma comercial, Barata é dirigente do CESL — Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa.

Os patrões não readmitiram o trabalhador dizendo que iam recorrer da decisão judicial.

Entretanto, enviaram 28 cartas a um primeiro grupo

de empregados anunciando a sua suspensão (lay-off) — primeiro passo para o despedimento.

Segundo o CESL, a empresa prepara-se para proceder a despedimentos em massa.

Até agora, tem havido repressão laboral, despedimentos selectivos, descapitalização sistemática e mesmo — como na altura noticiámos — uma agressão a um dirigente sindical.

Apoiados pelo seu sindicato, os trabalhadores de-

fendem-se. Criaram, ao abrigo da lei, uma comissão representativa dos trabalhadores para assumir a direcção da luta contra a vaga de despedimentos.

A comissão de cinco membros será contactável pela comunicação social.

Para exigir a melhoria das condições de trabalho nos supermercados Pingo Doce e Pão de Açúcar, reuniam-se entretanto e marcavam plenários os delegados sindicais daquelas empresas no distrito de Setúbal.

A administração prepara despedimentos em massa, revela o sindicato

As reivindicações principais dizem respeito à actualização do subsídio de almoço para 500 escudos, redução do horário de trabalho, com dois dias de folga semanal, actualização do subsídio por trabalho aos domingos, passagem a efectivos e a tempo inteiro dos trabalhadores contratados a termo e a tempo parcial.

Greves

Na metalurgia e na música é a mesma atitude

A recusa frontal das «atitudes» sociais e perante a cultura de que é responsável este Governo têm levado à adopção de formas de luta idênticas em sectores tão distintos como a metalurgia e a música.

Ao mesmo tempo que, no Teatro de São Carlos, os músicos mantêm a paralisação de trabalho (caso do «Amor das Três Laranjas», de Prokofief; em 18 do corrente, o Sindicato mantinha o pré-aviso de greve), os metalúrgicos dos Estaleiros do Mondego vêem-se obrigados a voltar à greve, enquanto todo o sector — nomeadamente a parte ainda nacionalizada — se agita e prevê formas de luta, depois das já desencadeadas este ano.

É certo que os estaleiros da Figueira da Foz não dependem directamente da tutela governamental. Mas é mais que evidente a «con-

vergência» da direcção dos estaleiros com as orelhas moucas do Governo quanto a reivindicações, sobretudo no plano salarial, obrigando sindicatos e trabalhadores a recorrer à greve.

Na Figueira, foi decidido em 17 do corrente voltar a parar uma hora por dia entre 22 e 30 deste mês.

Em causa continua a simples discussão de um caderno reivindicativo a que a administração dos estaleiros se recusa a dar andamento.

A administração da empresa Mondego, tal como o Governo, recusa-se a dialogar.

Fonte do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Coimbra disse à Lusa que em 2 de Maio haverá outro plenário para decidir novas formas de luta, caso a admi-

nistração «persista em recusar o diálogo».

No plenário de 17, com a presença de um membro da comissão executiva da CGTP-IN, foi decidido manter a luta «até que a empresa negocie».

O sindicato afirma que as pretensões dos trabalhadores «não são difíceis de satisfazer».

O caderno reivindicativo foi apresentado em 13 de Março. Nele se propõe a redução do horário de trabalho, aumentos salariais de 15 mil escudos por trabalhador, um acréscimo de 14 por cento no subsídio de refeição e um complemento do subsídio de doença, nos casos de acidente de trabalho ou doença profissional.

O caderno foi subscrito, diz o Sindicato, por 157 dos cerca de 180 trabalhadores dos Estaleiros Navais do Mondego, na Figueira da Foz.

Encontro Nacional

Com a participação de 200 delegados, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública programou para 10 de Maio o 2.º Encontro Nacional dos Trabalhadores das Escolas.

A efectuar em Lisboa, no Instituto Franco-Português, a iniciativa destina-se a debater a gestão democrática das escolas e o papel do pessoal não docente.

Será aprovado um novo caderno reivindicativo.

A FNSFP lembra que efectuou o primeiro encontro desse género em 7 de Março de 1985.

Na altura foi aprovado um caderno reivindicativo que contemplava algumas propostas mais tarde incluídas na lei (Decreto-Lei 223/87).

Os pormenores da preparação deste Encontro serão revelados pela FNSFP em 3 de Maio próximo.

Centenário da «Carta-de-lei»

Apesar dos direitos fundamentais reconhecidos aos trabalhadores, continuam a existir hoje em dia situações de exploração do trabalho feminino e infantil.

No entender de Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP, que intervinha em 15 do corrente no Fórum Picoas, em Lisboa, na comemoração do 1.º centenário da publicação de uma lei sobre o assunto no nosso país, continuam a existir bolsas de pobreza, desemprego e precarização de emprego, baixos salários, trabalho clandestino e insuficiências do sistema educativo, que criam uma situação favorável à exploração do trabalho infantil e das mulheres.

E isso apesar de «profundas mutações» registadas nos últimos anos criarem «legítimas perspectivas» de progresso social e de bem-estar para os trabalhadores.

Manuel Carvalho da Silva criticou as teses de raiz neoliberal que se têm desenvolvido e tendem a precarizar valores sociais aparentemente incompatíveis com o progresso científico e tecnológico, quando este deveria contribuir para

a satisfação das necessidades mais profundas das populações.

O coordenador da CGTP-IN defendeu que é possível a harmonização do progresso social com o desenvolvimento económico.

O Provedor de Justiça, Mário Raposo, que presidiu à cerimónia dos cem anos da «carta-de-lei», garantiu aos trabalhadores portugueses um «permanente apoio» em tudo que se relacione com «os seus interesses e legítimas aspirações».

Intervieram ainda na sessão comemorativa, a mulher do Presidente da República, Maria Barroso, Jorge Leite e Ana Vale.

Em representação de Mário Soares, Maria Barroso leu uma mensagem felicitando a CGTP pela iniciativa.

A mensagem do Presidente da República lembra a actual Constituição, designadamente no que respeita à protecção devida aos menores.

Maria Barroso recordou ainda as condições em que as mulheres e as crianças trabalhavam no início do século e o «árido caminho» percorrido desde então.

Discriminação

Trabalhadoras discriminadas na admissão e no trabalho nos bancos Comercial Português e Borges & Irmão motivaram a apresentação de uma queixa contra o Estado português no Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, em Estrasburgo.

O eurodeputado e secretário-geral da UGT, Torres Couto, e Barbosa de Oliveira, presidente da direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, portadores daquela queixa, entregaram idêntico documento na Comissão das Comunidades Europeias.

O presidente do Banco Comercial Português, Jardim Gonçalves, dizia entretanto à Rádio Renascença que o facto de existir um número muito menor de mulheres do que de homens na empresa se deve à falta de disponibilidade por parte das mulheres para responderem à «grande disponibilidade e exclusividade» que o Banco requer.

O presidente do BCP negou qualquer discriminação.

Eleições nos Jornalistas

A revisão do acordo colectivo de trabalho, o debate sobre os aspectos éticos e deontológicos da profissão, o desenvolvimento da componente cultural e de tempos livres do Sindicato, bem como a regionalização da estrutura sindical fazem parte das principais linhas de acção da lista única concorrente às eleições no Sindicato dos Jornalistas (SJ), com sede em Lisboa, marcadas para 30 do corrente.

A eleger para o próximo biénio, a lista para a direcção é encabeçada por João Mesquita, que se recandidata ao mesmo lugar.

Oliveira Figueiredo é o candidato número um da mesa da assembleia geral.

Daniel Reis candidata-se à frente da lista para o conselho técnico e deontológico.

João Paulo Oliveira encabeça os colegas propostos para o conselho geral, novo órgão criado na última revisão dos estatutos do SJ.

O lema da lista única é «Mais longe na liderança» e adopta em geral como programa de acção as conclusões do 1.º Encontro Nacional dos Jornalistas recentemente efectuado em Lisboa.

TRABALHADORES

Enfermeiros em greve dia 7

A 24 e 25 param de novo os museus. Marcada concentração nos Impostos (DGCI). Educadores de infância vão para a greve. Solicitadas audiências a órgãos do poder

As 24 horas de greve dos enfermeiros inicialmente marcadas para 30 do corrente vão ter lugar em 7 de Maio próximo, segundo decidiu a comissão negociadora sindical.

Esta CNS é formada pelo Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP) e pelo Sindicato dos Enfermeiros da Região Autónoma da Madeira.

A transferência da data da greve verificou-se depois de a Federação Nacional

dos Sindicatos do sector ter decidido aderir à paralisação.

José Carlos Santos, da direcção do SEP, disse à Lusa que a alteração da data se deve unicamente à vontade de convergência de «acções de luta».

Na base dessas acções estão a revalorização económica da carreira, a reforma aos 30 anos de serviço, a saída de legislação específica para admissão da Função Pública e regime de ex-

clusividade para todos os profissionais.

As associações promotoras da greve comprometeram-se entre si a não assinar qualquer acordo com o Governo que não contemple as reivindicações que obrigaram à adopção da greve.

Está marcada para hoje, 24, uma reunião (plenário nacional) para debate da situação no sector.

De acordo com a comissão negociadora sindical dos enfermeiros, «o Governo continua cego e surdo às propostas dos profissionais da enfermagem». Tem apresentado «contrapropostas vergonhosas, não valorizando a função».

Filiados na Federação Nacional dos Professores, os educadores de infância marcavam por sua vez uma greve para Maio.

Segundo a Lusa, trata-se da defesa da aplicação do calendário escolar ao respectivo sector.

A mesma fonte acrescenta que os educadores reivindicam também a publicação imediata das portarias de criação de lugares de jardim de infância e o início das negociações sobre contagem do tempo de serviço.

Fonte governamental dizia entretanto à Lusa, em 18 do corrente, que o Conselho de Ministros aprovara nesse dia um Decreto-Lei que descongela os escalões dos funcionários e agentes da Administração Pública, desde 1 de Janeiro de 1991.

No mesmo dia, a Federa-

ção Nacional dos Sindicatos da Função Pública marcava para ontem, 23, às 16 e 30, uma concentração de trabalhadores das carreiras de regime geral e informática da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos (DGCI) em frente ao Ministério das Finanças.

De acordo com a Federação, «há 19 meses que cerca de 3000 trabalhadores da DGCI aguardam a sua integração no Novo Sistema Retributivo».

O Governo deve milhares de contos a esses trabalhadores.

Hoje e amanhã, feriado do 25 de Abril, voltarão a encerrar os museus e palácios de todo o País.

Os motivos da greve (ver caixa) são os mesmos das lutas anteriores desenvolvidas este ano.

A Federação e os Sindicatos pediam entretanto audiências ao Presidente da República, chefe do Governo, ministro das Finanças, Secretaria de Estado do Orçamento e Comissão Parlamentar para a Educação e Cultura da Assembleia da República.

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores acusa o secretário de Estado da Cultura, Santana Lopes, de tudo ter feito «para que a cultura esteja mais pobre».

Nos museus e outros edifícios patrimoniais são péssimas as condições de trabalho e, segundo aquele Sindicato, nem sequer se garante o pagamento dos salários aos trabalhadores.



A TAP é um local de trabalho com fortes tradições reivindicativas e momentos de grande mobilização. Na foto: um plenário no aeroporto de Lisboa, em 1988

Êxito no Aeroporto após 7 dias de greve

Continuar, se necessário, na EDP • Sindicatos anunciam adesões de 80 a 90 por cento na EDP e superiores a 90 por cento na Torralta

Aumentos salariais que ultrapassam em muitos casos os 20 por cento foram conseguidos pelos trabalhadores dos bares e restaurantes do aeroporto de Lisboa.

Após sete dias de greve, afirma a direcção do Sindicato da Hotelaria, a recusa da administração da ESTA, que não queria negociar aumentos e outras reivindicações, foi vencida.

Segundo Rodolfo Caseiro, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul, com sede em Lisboa, as restantes reivindicações tiveram também seguimento.

No horário de trabalho haverá um avanço progressivo para as 40 horas semanais.

Para tratar desse assunto e da passagem a efectivos dos trabalhadores a prazo vai constituir-se um grupo de trabalho.

Para aquele dirigente sindical, que assina uma nota à Imprensa em nome da direcção, «mais uma vez os trabalhadores demonstraram que só através da luta é possível alcançar a solução dos seus problemas».

Na EDP, embora a greve não se destinasse «a pôr o País às escuras», como disse à Lusa o dirigente sindical Raul Guedes, a adesão rondou os 90 por cento.

Esta percentagem, na distribuição, levou ao encerramento de uma centena de locais de atendimento ao público — sublinha a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas de Portugal. Na produção, os níveis de

adesão aproximaram-se dos 80 por cento.

Embora a distribuição da energia eléctrica se tenha efectuado sem grandes interrupções em 17 do corrente, «por todo o país» refere a mesma Federação — centenas de povoações estiveram sem energia eléctrica devido a avarias que não afectaram serviços impreteríveis e que, por isso, não foram reparadas».

Para a Federação, o conselho de administração da EDP deve tirar desta greve «os devidos ensinamentos».

Se assim não for, os trabalhadores serão obrigados a prosseguir, nas «formas mais apropriadas, o combate contra o desmantelamento da EDP, pela defesa dos direitos conquistados e dos postos de trabalho, pela livre negociação, contra as alterações à legislação laboral».

À greve na EDP aderiram sindicatos da CGTP e da UGT.

Registaram-se violações à lei da greve. Segundo a Federação vão ser adoptados os procedimentos judiciais contra os responsáveis.

Na Torralta, a greve em Lisboa e em Tróia registou uma adesão superior a 90 por cento, em 19 do corrente.

O dirigente sindical já citado, Rodolfo Caseiro, referiu que a maioria dos que estavam a trabalhar são contratados a prazo.

A greve, que prosseguiu sábado e domingo (pessoal das recepções) é por aumentos salariais de 20 por cento. Entre outras reivindicações conta-se a recusa do desmembramento da empresa.

O SEC não ouve

Pelos vistos o secretário de Estado da Cultura faz que não ouve.

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores diz que aquele membro do Governo também faz que não vê.

Com efeito, «o conjunto de lutas aprovadas em Fevereiro» quanto aos museus e palácios, deveria ter sido suficiente para que qualquer coisa se movesse no rosto do SEC.

Mas nada. Santana Lopes — citamos o Sindicato — mantém a sua atitude de «intransigência e autoritarismo».

O secretário de Estado «persiste em não cumprir acordos firmados em Abril e Novembro do ano passado, em não garantir os vencimentos de Março» (a nota do Sindicato é de 17 do corrente) «aos trabalhadores contratados — situação que se arrasta desde 1 de Outubro de 1989 — em não pagar os prémios de produtividade aos trabalhadores oriundos do Ministério das Finanças, em não promover concursos para as vagas existentes».

E estas são apenas e pela rama algumas das coisas que o SEC não ouve, embora os sindicatos continuem a reafirmar a sua disposição para o diálogo com esse e outros membros do Governo, já que o SEC sozinho nada parece decidir.

Professores têm direito a juros — considera o Provedor

Os atrasos nos pagamentos da progressão nos escalões aos professores dos ensinos básico e secundário é passível de juros de mora, no entender do Provedor de Justiça, Mário Raposo.

O ministro da Educação, Roberto Carneiro, tinha entretanto proferido declarações públicas, transmitidas nomeadamente pela rádio, segundo as quais essa questão estaria completamente posta de parte.

O ministro comparava, sumariamente, o que se passou com os professores com um caso vulgar de re-tractivos...

A agência Lusa teve no entanto acesso ao despacho de Mário Raposo sobre o caso. Nele é fixado um prazo de oito dias para o Ministério da Educação «dizer qual a posição que assume quanto ao pagamento não atempado da componente remuneratória» dos docentes.



Na aula magna em assembleia geral, 4 do corrente

Alarcão Troni dizia em 17 do corrente à Lusa que o Ministério da Educação vai estudar «com toda a boa-fé» a questão jurídica levantada em torno do pagamento daqueles aumentos salariais.

A Fenprof vinha a públi-

co entretanto responsabilizar o Estado «pelas inúmeras situações de dívida aos professores e que significam para estes centenas de milhares de contos de dívida acumulada».

Aquela Federação, que emitiu um extenso comuni-

cado sobre o assunto em 16 do corrente, reafirma que «os professores tinham razão», comprovando-se assim «ter sido claramente difamatória e injusta» a campanha pública contra eles «orquestrada» pelo Ministério da Educação.

SUBSTITUIÇÃO NO AMBIENTE

A substituição do ministro do Ambiente, a seis meses da realização de eleições legislativas, foi comentada a semana passada pelo gabinete de imprensa do PCP, que a considera como «uma operação de cosmética e político-eleitoral», e de alguma forma «o reconhecimento da inépcia e fracasso da política do Governo também nesta importante área». A nota indica ainda que a continuação de tal política é visível na permanência no Governo do secretário de Estado Macário Correia, «que se tem caracterizado pela tentativa de esconder a falta de medidas para proteger o ambiente e pelo recurso a acções de fachada, a iniciativas de mero espalhamento e a campanhas de insultos e acusações injustas contra as autarquias locais».

O PCP salienta que a «incúria e o desprezo com que o Governo trata o direito dos portugueses a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado» é consequência da orientação global do Executivo e dos interesses a que está vinculado, deixando claro que «uma nova política de protecção do ambiente depende não de retroques na composição do actual Gabinete do PSD, mas da sua derrota nas próximas eleições e da construção de uma alternativa democrática».

PROJECTO DE TRANSPORTES

O agravamento contínuo das condições de transporte é uma realidade que resulta em muito de opiniões sectoriais das várias entidades da administração, empresas públicas e operadores, não existindo uma efectiva coordenação, nem uma estratégia que permita alcançar os objectivos. Esta posição foi divulgada pela DORS do PCP numa nota emitida a semana passada em que dá conta de várias propostas para melhorar o sistema de transportes na península de Setúbal e na área metropolitana de Lisboa. O projecto apresentado defende o aproveitamento ferroviário da Ponte 25 de Abril, a abolição da portagem e a criação de um corredor «Bus» nos dois sentidos. É também proposto um novo atravessamento do Tejo com localização em Alcochete/Montijo, uma linha ferroviária Pinhal Novo/Pragal, um anel urbano de transporte rápido de passageiros entre as duas margens do Tejo, bem como intensificar horários, aumentar rapidez e conforto no atravessamento fluvial do Tejo e do Sado, indicando-se a necessidade da construção de um terminal rodo-ferro-fluvial do Barreiro. A DORS considera ainda necessária a abertura de várias vias estruturantes, como a via rápida Coina/Alcochete, o prolongamento da auto-estrada de Setúbal, a melhoria dos acessos rodoviários ao porto de Setúbal, bem como a construção de um novo aeroporto de Lisboa em Rio Frio.

FÁBRICA FECHA NAS FLORES

O anúncio do encerramento da fábrica de lacticínios da Martins e Rebelo a partir do próximo dia 16 de Maio, na Ilha das Flores, surpreendeu os agricultores que terão prejuízos incalculáveis caso venha a concretizar-se. O alerta vem do deputado regional do PCP, Paulo Valadão, que acusa o Governo dos Açores de ser o responsável pela situação, por falta de apoios à fábrica que labora mais de 90 por cento do leite industrializado daquela ilha. Por outro lado, segundo o deputado, o Governo regional não está a cumprir os compromissos que assumiu, nomeadamente, em apoiar a União das Cooperativas das Flores, na construção da fábrica de lacticínios e na resolução dos problemas relativos à industrialização do leite. O PCP já exigiu informações precisas às autoridades sobre as medidas que

tomou ou tomará com urgência de modo a evitar uma nova crise na lavoura de consequências desastrosas. Recorde-se que só no ano passado as Flores registaram uma produção destinada à indústria de lacticínios que se cifrou em um milhão e seiscentos mil litros.

POSEIMA SIM, MAS MELHOR

José Decq Mota, coordenador da DORAA do PCP, de recentemente uma conferência de imprensa, onde expôs a posição dos comunistas sobre o POSEIMA, programa integrado comunitário, que vem finalmente reconhecer os principais



estrangulamentos e as especificidades da economia insular e distante dos Açores, prevenindo medidas de carácter normativo e ajudas financeiras importantes. Neste sentido, o PCP considera que deve ser feito tudo quanto for possível para aprovar o POSEIMA rapidamente. Contudo, refere-se mais adiante, que mesmo assim o programa fica muito aquém das necessidades, o que demonstra não estar a CEE ainda completamente disposta a ter em conta a situação particular das economias insulares. Neste sentido, deu entrada no Parlamento Europeu, para apreciação da Comissão de Política Regional, um conjunto de 17 propostas do PCP com vista a melhorar o POSEIMA.

SEGUROS

A organização dos trabalhadores de Seguros de Lisboa do PCP promoveu ontem, num hotel da capital, uma sessão-debate sobre o sector segurador. Foram analisadas as profundas transformações ocorridas e em curso na sequência da privatização das empresas públicas, que vieram colocar numerosas questões relacionadas, designadamente, com níveis salariais e dignificação dos trabalhadores e do trabalho. Foi objectivo da iniciativa auscultar e debater opiniões para definir com rigor a intervenção do Partido face à realidade actual dos Seguros, no âmbito da defesa dos direitos dos trabalhadores.

Governo quer espoliar assembleias distritais

Em Janeiro deste ano o Governo procurou por todas as formas retirar a favor do Estado os bens móveis e imóveis que são património das assembleias distritais

A situação das assembleias distritais foi motivo para uma conferência de imprensa promovida segunda-feira, na sede do PCP em Lisboa, em que participaram Abílio Fernandes, presidente da Assembleia Distrital de Évora e da CM de Évora, João Amaral, deputado do PCP e presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, António Raposo, presidente da Assembleia Distrital de Beja e presidente da Assembleia Municipal de Aljustrel, e Manuel Conceição, secretário da Assembleia Distrital de Beja e Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria da Feira.

Na declaração de Abílio Fernandes, o Governo de Cavaco Silva foi acusado de procurar reduzir à «insignificância as assembleias distritais» que constituem os órgãos de maior representatividade na área do Poder Local enquanto não são criadas as Regiões Administrativas.

As assembleias distritais são órgãos representativos das populações, previstos na Constituição da República desde 1976 e mantidos na última revisão de 1989 até que sejam criadas as Regiões Administrativas. Estes órgãos são compostos por todos os presidentes das câmaras e presidentes das assembleias municipais do distrito e por um presidente eleito de entre os presidentes das juntas de freguesia de cada município. Com a última revisão constitucional as assembleias distritais deixaram de ser presididas pelos governadores civis e passaram a sê-lo por autarcas eleitos de entre os seus membros. Porém, o Governo de Cavaco Silva, em Janeiro deste ano, ao regulamentar a transferência dos poderes dos governadores civis, procurou por todas as formas, até recorrendo à ilegalidade, retirar a favor do Estado todos os móveis e imóveis que são património das assembleias distritais e



deixá-las completamente depauperadas de meios materiais próprios para o seu regular funcionamento, uma vez que os meios humanos estavam já reduzidos ao mínimo. De facto em resultado de um decreto do Governo PS/PSD de 1985, muitas assembleias distritais foram obrigadas a prescindirem do quadro de pessoal, por passarem a ter de suportar a totalidade destas despesas à custa dos orçamentos dos próprios municípios.

João Amaral denunciou as «malfeitorias que o Governo pretende praticar» contra estes órgãos, nomeadamente a tentativa de «saquear o seu património, agora que são exclusivamente compostos de autarcas». Segundo referiu, «parece que os governadores civis se vão embora mas não querem ir de mãos a abanar».

O presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, salientou no entanto que «continuamos a considerar a prioridade da criação e instituição concreta das regiões administrativas». Contudo, o menosprezo que o Governo revela pelos órgãos que constitucionalmente subsistem enquanto não há regiões, «mostra que é pouco claro o seu posicionamento quanto ao processo de regionalização», afirmou. O Executivo PSD apresentou o seu projecto de lei quadro das regiões quase no fim do seu mandato, e segundo João Amaral «concede-as como entes tutelados

por uma superfigura, o governador regional, dotado de poderes que chegam à requisição das Forças Armadas, o que é completamente inconstitucional».

Interrogando-se sobre se «quer mesmo o Governo avançar com o processo», João Amaral desafiou o Gabinete de Cavaco Silva «a apresentar de imediato a lei de delimitação das regiões e da sua criação concreta».

No decorrer do encontro, foram ainda divulgadas medidas face à situação criada, onde se refere a disponibilidade do PCP de cooperar a nível das assembleias distritais em todas as iniciativas tendentes a defender o seu património e a eficácia dos trabalhos. O PCP, segundo foi anunciado, está também a preparar um pedido de declaração de inconstitucionalidade, em relação ao decreto-lei citado, por violação da lei de autorização legislativa. Por outro lado, será neste sentido requerida a cópia integral e autenticada do texto do Decreto-Lei, que foi objecto de posterior rectificação com o objectivo de espoliar as assembleias distritais do seu património. Esta acção tem em vista requerer judicialmente a declaração de ilegalidade da tal pseudo, rectificação publicada no *Diário da República* de 31 de Janeiro.

25 de Abril e 1º de Maio

O Executivo da DORAL do PCP divulgou no início da semana um comunicado a propósito das comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio, indicando que estas «se realizam este ano num momento em que o Governo de direita do PSD/Cavaco Silva intensifica a sua ofensiva destruidora das conquistas democráticas da revolução, agrava as desigualdades e injustiças sociais, hipoteca e utiliza sem pudor os recursos do Estado, como instrumentos para a sua política e a sua descarada demagogia eleitoralista». A DORAL considera que no Algarve esta política se tem traduzido «no aumento do desemprego e da precariedade do emprego, no acentuar das assimetrias regionais e na ausência de um verdadeiro plano de desenvolvimento, na degradação dos serviços de saúde, do ensino e da habitação, no bloqueio à regionalização e à instituição da Região Administrativa do Algarve».

O PCP critica vivamente as tentativas da maioria das autarquias PSD e PS de desvalorizar as comemorações do 25 de Abril, «esbatendo o seu importante significado político e procurando apagar esta data histórica da memória do nosso povo». A nota saúda e apoia as comemorações distritais do Dia dos Trabalhadores, que terão lugar em Faro, por iniciativa da União dos Sindicatos do Algarve, com destaque para a manifestação na tarde do dia 1 de Maio.

CAMARADAS FALECIDOS

ANTÓNIO CÂNDIDO

Faleceu recentemente em Vila do Conde o camarada **António Cândido**, pequeno comerciante com passado antifascista, que prestava grande colaboração à comissão concelhia.

EDUARDA DOS SANTOS

Após prolongada doença, faleceu no dia 5, com 70 anos, a camarada **Maria Eduarda dos Santos**, que militava na organização concelhia de Ovar.

JOSÉ MATOS DA CRUZ

Após prolongada doença, faleceu no passado dia 15, **José Matos da Cruz**, com 73 anos, litógrafo reformado da «Litografia Portugal». Membro do PCP desde 1974, militou ultimamente na organização de freguesia de Cacilhas, Almada. O funeral realizou-se no cemitério de Almada, acompanhado por muitos camaradas e amigos.

JÚLIO SANTOS

Faleceu no passado dia 14 o camarada **Júlio Santos**, de 84 anos, que estava organizado na freguesia do Lavradio, Barreiro.

LUÍS DE SOUSA

Faleceu no passado dia 7 **Luís Meireles de Sousa**, membro da organização dos Olivais, que contava 79 anos de idade.

MARIA MANUEL BOURBON

Faleceu aos 32 anos a camarada **Maria Manuel dos Santos Caldeira Bourbon**, engenheira agrónoma, natural do Cacém. Foi militante da JCP e eleita do PCP na AM de Sintra. Era membro da Direcção Nacional do Conselho Português para a Paz e Cooperação.

SALVADOR MOURINHO

Faleceu na semana passada **Salvador Rodrigues Mourinho**, com 76 anos de idade, natural de Silves. Militante do Partido desde a década de 40, foi preso nos anos 50 pela sua actividade antifascista. Estava organizado em São Bartolomeu de Messines, onde foi membro da comissão de freguesia do Partido.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Para viver melhor no distrito de Lisboa

No final das jornadas legislativas de Lisboa e Loures, o PCP anunciou que os candidatos pelo círculo da capital às próximas legislativas apresentarão um programa de compromisso com a população, que aponta soluções para os principais problemas do distrito

Terminaram no passado fim-de-semana as jornadas legislativas de Lisboa e Loures do PCP, que decorreram de 18 a 20 de Abril e culminaram uma série de iniciativas semelhantes que dezena e meia de parlamentares comunistas levaram a cabo desde Dezembro último em todos os concelhos do distrito. A criação dos concelhos de Odiveiras e de Sacavém constituiu uma proposta a apresentar no Parlamento, que irá dividir em três o actual concelho de Loures, que manterá a zona norte da área que hoje ocupa.

No encerramento das jornadas, realizado no sábado e em que participou o secretário-geral adjunto do PCP, Carlos Carvalhas, os deputados defenderam o desaparecimento das portagens na auto-estrada do Norte, localizadas em Sacavém e Alverca, as quais, como referiu João Amaral, «limitam a sua utilização, causando dificuldades enormes no trânsito».

A linha de Sintra foi outro dos problemas levantados, onde, segundo o deputado António Filipe, «morrem todos os anos várias dezenas de pessoas, para além dos muitos feridos». Para alterar esta situação, foram apontados a quadriplificação daquela via férrea, a instalação de uma sistema de segurança,

prometido há vários meses pelo ministro dos Transportes, a criação de mais dois comboios nas horas de ponta e a realização de melhorias nos cais de embarque, bem como o aumento da dimensão das actuais composições.

Jorge Cordeiro, membro da DORL, recordou que as carruagens mais novas em circulação naquela via têm 30 anos e chamou a atenção para o ridículo da CP exigir indemnizações às famílias das vítimas da linha, alegando prejuízos provocados pelos acidentes. Os deputados denunciaram ainda o facto de terem sido investidos em melhoramentos no nó ferroviário da região apenas trinta por cento dos seis milhões previstos para o período entre 1988 e 1990.

Foi igualmente contestada pelos eleitos comunistas a instalação do mercado abastecedor, junto à escola secundária da Paiã, em Loures, pretendida pelo Poder Central, e defendida a sua cons-

trução na zona norte do concelho, na Manjoeira, perto do local onde irá ser construída a circular regional externa de Lisboa. Esta posição baseia-se no facto de a intenção do Governo ir contra a opinião de sete municípios da região, que consideram a zona em causa já bastante congestionada, para além de 160 hecta-

res do terreno fazerem parte da reserva agrícola nacional e estarem a ser utilizados pela escola secundária para o ensino agrícola.

No encontro foi evocada a necessidade de se alargar o programa de financiamento para a recuperação das habitações aos proprietários de habitação própria, como forma de contribuir para, solução dos 240 mil clandestinos existentes no distrito. No campo da saúde, afirmou-se que 90 por cento das instalações dos centros de saúde são inadequadas e foi anunciado que em breve o PCP vai propor a construção de um hospital em Loures.

Segundo os deputados comunistas, o distrito de Lisboa possui «das piores condições de ensino em todo o País», com destaque para o concelho de Sintra onde o

problema atinge um aspecto dramático. A situação do Conservatório Nacional, cuja biblioteca está encerrada e as carências existentes obrigam os pais a ter de emprestar instrumentos para que os alunos possam aprender, vai ser um dos motivos para justificar um pedido de comparencia do ministro da Educação e do secretário de Estado da Cultura no Parlamento para prestar esclarecimentos. Também motivo para exigir a comparencia dos governantes no hemiciclo é a situação no Teatro de S. Carlos.

De referir por último que as jornadas legislativas do PCP concluíram ainda ser necessário reforçar o papel das juntas de freguesia através do desempenho a tempo inteiro dos seus presidentes, medida que será proposta na Assembleia da República.

PCP felicita maratonistas

O PCP enviou um mensagem à Federação Portuguesa de Atletismo, em que felicita a FPA, os técnicos e os atletas portugueses presentes na Maratona de Londres, pelos excelentes resultados obtidos na Taça do Mundo.

Foi igualmente dirigida uma mensagem pessoal à atleta Rosa Mota e ao seu téc-

nico José Pedrosa, pela brilhante vitória naquela competição e consequentemente na Taça do Mundo. Foram ainda saudados em particular os atletas Manuel Matias, Joaquim Pinheiro e António Godinho, que com os 2º, 5º e 43º lugares da classificação geral obtiveram para Portugal um honroso 2º lugar por equipas.



No decorrer das Jornadas Legislativas de Lisboa e Loures os deputados do PCP encontraram-se com a administração do Hospital de S. José

Extractos da intervenção de

Carlos Carvalhas no encerramento das Jornadas Legislativas de Lisboa e Loures

Extractos da intervenção de Carlos Carvalhas no encerramento das Jornadas Legislativas de Lisboa e Loures

(...) Em ligação estreita com as direcções regionais, as Jornadas Legislativas permitem detectar problemas e dificuldades das populações, permitem uma visão mais completa dos estrangulamentos e carências que afectam as diferentes zonas do País.

(...) Há uma conclusão a tirar: os deputados do PCP não precisam de muitas para cumprirem as suas obrigações para com os cidadãos, para com as populações.

(...) A aproximação dos deputados aos eleitores não se realizará por mudar o sistema eleitoral. Realiza-se sim quando os deputados põem todo o empenho no seu trabalho e defesa dos interesses do Povo e do País, quando se dedicam a tempo inteiro à sua tarefa, quando têm inteira disponibilidade para realizar as funções para que foram eleitos.

(...) Há que sublinhar que os muito referidos índices de crescimento divulgados pelo Governo não têm correspondência em ganhos na qualidade e condições de vida de 2 milhões de habitantes que vivem no distrito.

(...) Quatro anos volvidos, constata-se que, no fundamental, mantêm-se, em alguns casos agravados, os principais problemas que marcam o quotidiano desta região.

(...) A degradação dos serviços de prestação dos cuidados de saúde onde a carência é superior a 30 centros de saúde (...) a ruptura no sistema de transportes e na rede viária (...) a dramática situação do quadro habitacional, mais de 20 mil barracas, 100 mil fogos em estado de degradação, 50 mil famílias vivendo em sobrelocação (...) o alastramento de manchas de pobreza e de marginalidade expressas em números recentemente divulgados que indicam a existência de mais de 4 mil pessoas sem tecto e 500 crianças abandonadas só na cidade de Lisboa (...)



Jornadas de trabalho começam em Maio

As jornadas de trabalho voluntário para a construção da Festa do «Avante!», na Quinta da Atalaia, têm início no fim-de-semana de 18 e 19 de Maio. Estas jornadas sofrerão um interregno no fim-de-semana seguinte, devido à realização da Conferência Nacional para as questões eleitorais, começando logo nos dias 1 e 2 de Junho.

A comissão nacional da Festa do «Avante!» apela desde já a todos os camaradas e amigos para colaborarem na construção da Festa e, em particular, aos residentes nos distritos mais próximos, designadamente de Setúbal, Lisboa, Santarém, Évora, Portalegre e Beja.

Proximamente será dado conhecimento sobre os transportes que vão estar disponíveis para os que desejem participar nas jornadas de trabalho.

Direcção Nacional da JCP responsabiliza Governo

11 por cento dos jovens estão desempregados

A Direcção Nacional da JCP, reunida no fim-de-semana, acusou a política governamental de manter um índice de desemprego que atinge os 11 por cento dos jovens. Em declarações à imprensa, José Morais, do secretariado da DN da juventude comunista, denunciou o Executivo de Cavaco Silva de fazer «propaganda em torno da política global da juventude» e considerou como «ridículas» as afirmações feitas pelo ministro da Indústria, Mira Amaral, de que alegadamente «não há desemprego em Portugal». Aquele dirigente da JCP citou dados da OCDE, segundo os quais Portugal continua a ser um dos países da CEE com maior

número de desempregados.

O acesso ao ensino superior foi outra temática abordada no decorrer da reunião, onde ressaltou a preocupação de que no próximo ano lectivo se repita a situação deste ano, em que ficaram de fora 50 mil candidatos às universidades.

A JCP protesta ainda contra a intenção do Governo de aprovar na AR a proposta para reduzir o serviço militar obrigatório para quatro meses, que será discutida no parlamento na próxima semana. Para os jovens comunistas, o Governo pretende que lhe passem um «cheque em branco, pois baseiam-se em estudos que não foram

ainda divulgados, apesar da insistência dos deputados comunistas, para que sejam dados a conhecer os fundamentos da redução». A JCP manifestou-se contra a profissionalização das forças armadas, por forma a evitar que se transformem em «tropas de elite» e consequentemente num «elemento de pressão sobre a sociedade portuguesa».

Foi também anunciado que, até ao final da legislatura, os dois deputados da JCP deverão apresentar no parlamento cinco projectos de lei sobre a educação sexual e o planeamento familiar, medidas de prevenção da SIDA e ainda sobre o estatuto do tra-

balhador-estudante. Por outro lado, será reapresentado um projecto já entregue em 1989, onde se propõe o fim do regime do *numerus clausus* para acesso ao ensino superior.

A Direcção Nacional da JCP discutiu igualmente o acampamento de juventude, marcado para os dias 11 e 12 na Quinta da Atalaia, no Seixal, denominado «Em Festa». Espera-se que cerca de um milhar de jovens de todo o País adira à iniciativa no âmbito da qual se realizarão um festival de música moderna, debates sobre temas da actualidade onde participará o secretário-geral do PCP, e encerrará com um concerto do «Rádio Macau».

Comunistas insistem no combate à discriminação das mulheres

O PCP desenvolve uma série de iniciativas exigindo o fim da discriminação das mulheres, na sequência de uma actuação que o colocou, neste campo, à frente de todos os outros partidos

Depois do seminário nacional sobre a mulher na comunidade local, em Outubro, tiveram lugar dois importantes encontros regionais, em Estremoz e em Lisboa, onde foram denunciados factos e situações concretas de discriminação. A par dos êxitos pontuais já conseguidos, foi sublinhada a necessidade de prosseguir o combate pela efectiva igualdade de oportunidades de homens e mulheres.

No dia 11 de Maio, quando se realiza no Porto o seminário nacional do PCP «A participação das mulheres em igualdade - uma condição de progresso, um desafio à sociedade», vai ser lançado o livro do seminário de Outubro. Para Junho está marcado um debate regional no Algarve.

O debate organizado pela DORL decorreu num hotel da capital, no passado sábado. No primeiro painel («A igualdade de oportunidades, uma necessidade para o desenvolvimento do distrito de Lisboa»), participaram quase uma centena de pessoas. De tarde, no painel («Uma política de igualdade exige uma política alternativa»), a sala encheu e o interesse também aumentou.

O seminário de Estremoz (nas instalações da JF de Santa Maria, autarquia que



No debate organizado pela DORL

tem mulheres na presidência da Junta e da Assembleia de Freguesia) reuniu no dia 13 de Abril mais de uma centena de mulheres do distrito de Évora, que discutiram a intervenção feminina na comunidade local.

Em ambas as iniciativas se fez sentir a proximidade das eleições legislativas e a necessidade de exprimir pelo voto o protesto contra a actual política, que agrava em várias esferas as discriminações de que as mulheres são alvo, e a exigência de uma política alternativa e um Governo comprometido com a realização de medidas para a efectiva igualdade entre os sexos.

O documento-base da discussão em Lisboa, melhorado com o conteúdo das intervenções e as propostas feitas ao longo do dia, foi aceite como instrumento de trabalho futuro. No seu texto insere-se já uma série de propostas que o PCP se propõe defender na AR, através dos deputados e deputadas que eleger no Outono pelo distrito: defender o estatuto de parceiro social para as organizações de mulheres, criar um centro de estudos sobre a mulher, reinstalar a Comissão Parlamentar da Condição Feminina, acções concretas em áreas como a educação, a saúde, o trabalho e emprego,

os direitos, liberdades e garantias.

A importância dos resultados do debate para a intervenção política no período eleitoral e no dia-a-dia, junto das mulheres do distrito por onde a CDU elegeu em 1987 um terço dos seus deputados, foi sublinhada na intervenção de José Casanova, da Comissão Política do PCP, no final dos trabalhos.

Este foi também um aspecto realçado em Estremoz por Luísa Araújo, do Secretariado do CC e da Comissão Central de Controlo e Quadros, bem como o apelo à participação nas iniciativas do 25 de Abril e do 1.º de Maio.

Números, factos e responsabilidades

Embora contrariando disposições constitucionais, leis e normas portuguesas e internacionais, situações de discriminação deparam-se-nos todos os dias, de modo mais ou menos aberto. Nas iniciativas promovidas pelo PCP em Lisboa e Estremoz foram referidos números e factos concretos.

Como principais responsáveis foram apontados os executores de uma política que, defendendo os interesses de uma minoria em busca do lucro máximo, deixa para segundo plano os interesses do desenvolvimento equilibrado e o combate às desigualdades sociais.

Luísa Araújo referiu alguns dados a nível nacional: as mulheres constituem 43 por cento da população empregada, mas representam 63 por cento no total de desempregados; em 1990 o salário mínimo abrangeu 4,8 por cento dos homens e 9,5 por cento das mulheres; o salário médio mensal das mulheres é 29 por cento inferior ao dos homens; são semiqualficadas ou não qualificadas 39,2 por cento das mulheres trabalhadoras, enquanto nos homens este índice é de 25,8; enquanto 4,7 por cento dos homens são quadros médios ou superiores, só 1,6 por cento das mulheres ocupam lugares destes níveis.

Mesmo em empresas onde as mulheres são a esmagadora maioria dos trabalhadores, os cargos de chefia são, na maior parte, exercidos por homens. Eulália Miranda, do CC e da direcção regional do Partido, denunciou em Estremoz o facto de haver mesmo casos em que, sendo mulheres a executar efectivas funções de chefia, não são nomeadas para o lugar em aberto no quadro.

Em Lisboa foram apontados casos de discriminação de mulheres na banca (66 por cento das mulheres estão em funções administrativas qualificadas, mas apenas 3,1 por cento são quadros superiores), nas telecomunicações (a forma como foi feita a reconversão para as centrais digitais levou à diminuição do peso das mulheres no total de trabalhadores), na hotelaria, na administração pública (as mulheres são 53 por cento dos trabalhadores, mas apenas 14 por cento em lugares de direcção), no ensino (quer a nível de professores, com quase 98 por cento de mulheres no infantil e apenas 27 por cento no superior, quer no que respeita aos alunos, com apenas 25 por cento de presença feminina nas faculdades e institutos), como foi referido por Dulce Rebelo.



MULHERES NÃO

DIZEM OS BANCOS COM PRECONCEITOS

Um caso de discriminação recentemente denunciado pelo Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas

Que se passa em Évora?

Segundo a própria CEE, o Alentejo é a 5.ª Região menos desenvolvida da Europa.

As 2.ªs Jornadas de Évora do PCP viram os «porquês»

O Desenvolvimento Económico e Social do Distrito de Évora foi tema de reflexão no passado sábado, nesta cidade, numa iniciativa promovida pelo PCP. Cerca de 150 participantes e duas dezenas de intervenções construíram esta iniciativa, proposta pela Organização Regional de Évora do Partido.

Esta 2.ª edição das Jornadas de Desenvolvimento do Partido surge no seguimento de um trabalho iniciado em Novembro de 1988, com a realização das 1.ªs Jornadas, que traçaram, na altura, um diagnóstico preciso para a Região.

Dois anos e meio depois, a análise da situação deste Distrito alentejano contempla, nas conclusões das Jornadas, dois momentos destacados:

Um primeiro momento informa que, após cinco anos de presença na Comunidade Económica Europeia, os indicadores económicos e sociais do Distrito continuam a apontar níveis inferiores à média de desenvolvimento do resto do País e da Comunidade.

Um segundo momento impõe a definição de um conjunto de linhas estratégicas de intervenção para um desenvolvimento seguro e sustentado do Distrito de Évora.

As críticas à política do Governo do PSD visaram, em particular, a não existência de uma estratégia visível de desenvolvimento integrado para o Distrito, aliada à aposta em actividades não directamente produtivas, como a caça, agroturismo e desenvolvimento florestal, consideradas actividades, só por si, incapazes de gerar volume de emprego suficiente para cobrir o défice existente.

Indicadores apresentados atribuem ao Alentejo 12,4% de desempregados, a mais alta taxa de desemprego do País, superior à Comunidade em 41%. No período de 1981 e 1989 o aumento da taxa de desemprego no Distrito de Évora foi situado em mais de 60%, enquanto este agravamento no País desce aos 8,6%.

O Alentejo foi classificado, entre 171 regiões, como a 5.ª menos desenvolvida da Europa, segundo o recente estudo da Comissão das Comunidades «Regiões na Década de 90», citado durante os trabalhos das Jornadas.

Face a um quadro amplo

de indicadores desfavoráveis à Região, as Jornadas deliberaram pugnar por uma política alternativa, que privilegie o desenvolvimento integrado da Região. Para viabilizar este objectivo foi definida uma estratégia que visa valorizar os recursos humanos, alterar o sistema agrário, criar uma base industrial, dinamizar o turismo e reforçar as actividades de investigação e desenvolvimento.

A urgência da Regionalização

Foi também defendido nas Jornadas um programa de desenvolvimento como instrumento de planeamento do desenvolvimento integrado, condutor de uma utilização mais racional dos fundos comunitários, de um melhor aproveitamento das economias de escala, de melhor articulação e aprovação dos projectos de âmbito intermunicipal, distrital e regional.

«Urgente», foi o carácter atribuído à Regionalização. Aprovar ainda na actual legislatura a Lei Quadro das Regiões Administrativas e a sua instituição concreta, é uma reivindicação saída deste encontro, destacando-se como condições para um efectivo processo de desenvolvimento regional, integrado e participado.

O deputado do PCP, Lino de Carvalho, considerou na intervenção de abertura que «é necessário criar regiões com viabilidade e credíveis do ponto de vista da sua dimensão e base económica, com unidade cultural». E adiantou que o Alentejo corresponde a estas condições.

A esta ideia associou-se André Espenica, técnico da Associação de Municípios do Distrito de Évora, ao afirmar que «o Alentejo como uma Região é claramente assumido pelo Plano de Desenvolvimento do Distrito de Évora, recentemente apresentado em Bruxelas».

«Riqueza, Diversidade, Rigor e Conhecimento» foram as palavras usadas por José Soeiro, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, na sua intervenção de encerramento, para caracterizar o nível das intervenções apresentadas no decorrer destas 2.ªs Jornadas de Desenvolvimento do Distrito de Évora.

Mais democracia e menos armas

Comércio de armas deve ser controlado

«Há um campo imediato para a Europa política - o do controlo da produção e da exportação de armamentos tendentes à sua supressão, nomeadamente através da elaboração de um Código de Conduta comunitário prevendo sanções para os Estados membros que violem os embargos à exportação de armamentos».

Quem o afirmou foi Barros Moura, no Parlamento Europeu, na discussão conjunta sobre a Guerra do Golfo e política de produção e exportação de armamento, na sessão plenária da semana passada. Para o eurodeputado

do PCP, o caminho a seguir não deve ser o da criação de um mercado comum que promova a produção e a venda de armamento, mas antes a promoção de «uma política comum que a reduza, associada a uma política industrial comum que assuma a necessidade de reconversão das indústrias actuais de armamento tendo, nomeadamente, em conta as implicações sobre o emprego».

O que exige uma outra inspiração para a Europa. «Não uma superpotência militar, subalternizada aos EUA», mas «uma força autónoma, agindo a favor do desenvolvimento com base

na paz e na cooperação, num mundo que, após Yalta, desejamos multipolar e apto a não repetir os erros trágicos do passado».

No mesmo sentido se pronunciou o PE, numa resolução comum que o Grupo Coligação de Esquerda, em que se inserem os deputados do PCP, também subscreveu. Aquele documento insta a Comunidade a tomar iniciativas imediatas com vista ao controlo e redução das exportações de armamentos, bens e tecnologias susceptíveis de serem utilizados para fins militares, e à elaboração de uma regulamentação comu-

nitária de política de exportação de armas que preveja sanções contra os Estados membros que não respeitem os embargos em matéria de exportação dos mesmos.

Os Doze são exortados a harmonizarem a sua legislação penal naquela matéria, ao mesmo tempo que o PE defende a necessidade de uma «interdição total da exportação de tecnologias e de matérias-primas que possam ser utilizadas na produção de armas nucleares, biológicas e químicas».

O documento a que nos vimos reportando solicita também a interdição da ex-

portação de armento e tecnologia militar para os países que «não respeitem as normas internacionalmente reconhecidas em matéria de direitos do homem, em particular a IV Convenção de Genebra», bem como o desenvolvimento da cooperação no domínio da tecnologia civil e das ajudas económicas com os países «que renunciem a equipar-se com arsenais militares ofensivos, tecnologicamente avançados, que reduzam as despesas militares e sujeitem a sua política interna aos princípios da democracia».

Por outro lado, o PE considera que a Comunidade

deve apoiar a proposta de estabelecimento, ao nível da ONU, de «um registo de vendas de armamento», como primeiro passo para o controlo do comércio internacional de armamento, bem como contribuir para a reconversão, para actividades civis, das indústrias de armamento.

Neste domínio, alerta-se para a necessidade de a Comissão zelar para que tais ajudas não se transformem numa forma «encoberta de subvencionar o relançamento de outros sectores», e de ter em conta a manutenção dos postos de trabalho no domínio das tecnologias de ponta.

Fome em África

PE pede anulação da dívida dos países ACP

Mais de 20 milhões de pessoas estão ameaçadas de morte pela fome em África. O alerta, repetidamente dado pela Cruz Vermelha Internacional e outras organizações, designadamente através do Programa Mundial para a Alimentação, não pode ser ignorado. A menos que se intensifique e acelere a ajuda alimentar para aquele continente, não será possível evitar a catástrofe.

As causas desta situação estão bem definidas: queda dos preços das matérias-primas, o peso brutal da dívida externa, fenómenos climáticos, têm contribuído para o empobrecimento e subdesenvolvimento crescente de África, agravado por outro lado pela instabilidade, a guerra civil e o excesso de armamento. Não se trata de um problema de que a Comunidade Europeia se possa dissociar, quer por razões morais quer sobretudo pela quota parte de responsabilidade que lhe cabe na situação. Isso mesmo foi salientado por Perez de Cuellar, secretário-geral da ONU, na sua intervenção no Palácio da Europa, a semana passada, ao chamar a atenção da Europa desenvolvida para a necessidade de

contribuir para o desenvolvimento dos países e regiões que nem sequer conseguem alimentar a sua própria população.

Já em 1986 a Comunidade Europeia respondeu às necessidades do Corno de África, com o lançamento do «Plano de Dublin», que forneceu ajuda alimentar de urgência às populações vítimas da seca e da fome. Mas atacar os efeitos sem liquidar as causas nunca foi grande remédio. Sem um activo empenhamento da Comunidade na construção de uma nova ordem económica internacional mais justa e numa verdadeira cooperação para o desenvolvimento, o drama da fome em África não poderá ser resolvido.

Esse o entendimento do próprio Parlamento Europeu, que na sua última sessão plenária analisou a questão, sublinhando a «necessidade de prosseguir com os projectos de longo prazo destinados a combater a degradação ecológica e a aumentar a produção de alimentos a fim de quebrar o ciclo da fome, insistindo por conseguinte na necessidade de proporcionar ajuda em matéria de desenvolvimento e de assistência». No mesmo contexto, o PE

decidiu solicitar ao Conselho, uma vez mais, a anulação da dívida dos países ACP (África, Caraíbas e Pacífico) para com a Comunidade.

A par de tais medidas de fundo impõe-se, naturalmente, a ajuda imediata. Por isso o PE apelou à Comissão e ao Conselho para que estabeleçam um plano especial de emergência e respectivo orçamento para África, através dos quais as populações ameaçadas pela fome possam ter acesso a recursos adicionais às dotações normalmente destinadas à ajuda alimentar. Insistindo na urgência de tais medidas, o PE fez ainda notar que «não voltará a permitir que as dotações destinadas à ajuda alimentar em 1991 sejam desviadas dos países em desenvolvimento para a Europa de Leste», como ainda recentemente sucedeu.

Na resolução sobre a matéria, subscrita pela generalidade dos grupos com assento no PE, considera-se ainda importante analisar a relação entre o aparecimento do fenómeno da fome, por um lado, e, por outro, a existência de conflitos, quer no interior quer entre Estados do continente africano.



O desvio de verbas para a Europa de Leste afectou a ajuda alimentar aos países africanos

NACIONAL

Estado aluga e tira terras aos rendeiros

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) reuniu em Conselho Nacional alargado no passado domingo aprovando um plano de actividades válido até Março de 1992 e algumas acções reivindicativas a desencadear no ano em curso face ao agravar dos problemas das organizações da lavoura.

Dias antes, Amândio de Freitas, um dos membros do executivo da CNA, havia alertado numa conferência de

imprensa sobre a situação da agricultura no Ribatejo e Oeste, para o problema de 22 rendeiros de Coruche, aconselhando estes a colocarem o Estado português em Tribunal, por este ter dado ordem de despejo de terras nacionalizadas, quando faltam ainda sete meses para terminar o prazo dos contratos de posse de terras entre estes rendeiros e o Ministério da Agricultura assinados desde pelo menos 1987.

Também mais de 30 rendeiros de terras intervencio-

nadas pelo Estado em Salvaterra de Magos foram intimados no passado dia 9 pelo Tribunal de Benavente a saírem das terras que exploram, sob pena de pagamento de indemnizações aos proprietários, criando-se uma situação em que Amândio Freitas sublinha não terem os agricultores qualquer tipo de responsabilidade pois não se trata aqui, sequer, de um problema de terras ocupadas.

Criam-se assim problemas gravíssimos a estes ren-

deiros que investiram em maquinaria e na terra com os próprios incentivos dados pelo Ministério da Agricultura e que agora são despejados sem saberem qual o seu futuro.

Também a questão dos baldios afecta esta região, depois de o PSD ter pela décima sexta vez levado à Assembleia da República uma proposta sobre a posse de gestão destas terras, conseguindo que ela passe dos secretariados distritais e conselhos di-

rectivos eleitos pelas populações para os Governos Civis. «Roubar os baldios aos povos» é a denúncia feita pela CNA que espera que o diploma venha a ser chumbado pelo Tribunal Constitucional.

Entretanto uma delegação da Federação de Agricultores do Distrito de Leiria foi recebida pelo chefe da Zona Agrária da região reclamando, deste a comunicação ao ministro da Agricultura, algumas reivindicações de

onde se destacam as seguintes: pagamento de indemnizações compensatórias dos bovinos em atraso; pagamento imediato do subsídio do gásóleo e mudança na forma de atribuição desse subsídio; abertura de linhas de crédito fortemente bonificadas; aumento dos preços à produção do vinho e ainda outras no domínio das vacinas dos bovinos, ajudas comunitárias, fruticultura, leite, arroz e importações nacionais de produtos agrícolas.

Alemanha

Kohl contestado a Leste e a Ocidente

O Partido Social Democrata Alemão (SPD) venceu claramente as eleições regionais na Renânia-Palatinado. Os Cristãos-Democratas (CDU) estavam há 44 anos à frente da administração desta «Land», Estado natal do chanceler Helmut Kohl.

A vitória social-democrata dará ao SPD a maioria na Câmara alta do Parlamento alemão.

Segundo os resultados provisórios, o SPD obteve 44,8% dos votos contra 38,7 da CDU.

Os comentários na televisão alemã eram unânimes quanto a estes resultados eleitorais constituírem um severo aviso a Kohl, reflectindo o descontentamento da população, em particular devido aos aumentos dos impostos. Além disso, e segundo um inquérito do Ins-

tituto de sondagens «Infas», 72 por cento dos eleitores pensa que a política do chanceler não é social.

Se a Ocidente o descontentamento começa a traduzir-se também nos resultados eleitorais, na ex-RDA sucedem-se manifestações de protesto contra a dramática situação social que se tem vindo a instalar, com perspectivas de desemprego para 4 milhões de pessoas, o que corresponde a um terço da população activa.

Dia 17, mais de 30 mil alemães de Leste concentraram-se na Porta de Brandeburgo, exigindo «trabalho e não esmolas».

A concentração foi convocada pelo Sindicato «IG Metall», a maior organização sindical da Alemanha. Os manifestantes exigiam salários iguais nas duas par-

tes da Alemanha e denunciaram o encerramento de muitas empresas na Alemanha de Leste, com centenas de milhares de despedimentos.

O desemprego tende aliás a agravar-se de forma dramática. Em 9000 empresas, falta ainda privatizar ou encerrar 8000. Um porta-voz do patronato da RFA, Klaus Murmann, prevê 540 000 despedimentos na metalurgia leste-alemã, 150 000 nas fábricas de produtos químicos, 160 000 na indústria têxtil, 150 000 nas minas, 400 000 na agricultura e 700 000 nos serviços públicos.

Na Alemanha de Leste, a decepção com a política de Kohl é ainda maior que a Ocidente.

Como se afirma nas páginas do «Berliner Zeitung»,

a maioria dos eleitores «acreditou em que os problemas internos poderiam ser rapidamente resolvidos e que a segurança que existia no domínio social na RDA poderia ser associada à eficácia económica e ao nível de vida da RFA, assim como à aspiração de democracia e liberdade».

Um inquérito desenvolvido pelo mesmo jornal indica que hoje 96% dos alemães de Leste estão desiludidos; apenas 4% consideram que as suas esperanças não foram traídas.

Uma outra sondagem colocava a seguinte questão: em que sentido mudaram as suas condições de vida num ano? 38,7% das pessoas disseram que elas são piores; 35,9% que não mudaram muito; 22,4% afirmam que há melhoria.

Brasil

Populações índias em vias de extinção

O Brasil celebrou oficialmente, dia 19, o dia nacional índio, enquanto, na realidade concreta da vida, a situação das populações índias é verdadeiramente dramática, em alguns casos podendo-se mesmo falar de extermínio.

Há cinco séculos, por todo o território do que actualmente é o Brasil, mais de 5 milhões de índios de 900 nações povoavam a zona.

Entretanto, os índios foram confinados a reservas e só em 1988 a Constituição brasileira reconheceu idoneidade ao índio, que deixou de estar sob tutela do Estado. Mas entretanto a sua situação não melhorou.

Nos últimos cinco anos, pelo menos um milhão de ianomamis morreu, vítima da invasão das suas terras por milhares de garimpeiros.

Mais a sul, no Pará, caiapos e outros povos continuam sob a ameaça de concretização do «plano 2010», elaborado pelos governos anteriores, de construção de seis dezenas de barragens, que inundariam parte das suas terras nos próximos 20 anos.

O prático extermínio a que têm vindo a ser sujeitas as populações índias, está intimamente ligado à exploração da Amazônia (muito embora hoje seja reconhecido o seu valor ímpar para a própria vida na Terra)

Actualmente, 40% do território amazónico (mais de 6 milhões de quilómetros quadrados, correspondendo cerca de 5 milhões ao Brasil) é explorada por companhias norte-americanas e europeias.

Este um dado a que há que somar outros, como a verdadeira invasão das terras dos índios ianomamis por cerca de 50 mil garimpeiros.

Os índios ianomamis — actualmente reduzidos a cerca de 10 mil — vivem no Estado brasileiro de Roraima (fronteira com a Venezuela) em plena selva amazónica.

As suas terras ancestrais estão totalmente invadidas por dezenas de milhares de garimpeiros que, com a sua presença e actividade, têm

afugentado os animais de caça e os peixes, poluído os rios com o mercúrio utilizado para o tratamento do mineral, e transmitido mesmo enfermidades desconhecidas das populações locais, contra as quais não têm quaisquer defesas.

Desde a grande invasão dos garimpeiros, em 1987, morreu 15 a 20 por cento da população ianomami, vítima em particular da malária, doença antes desconhecida na zona.

Apesar da existência de reservas — em princípio destinadas a proteger as populações índias, mas profundamente contestadas, pelo isolamento e más condições de vida que muitas vezes acabam por impor a essas populações — os números indicam uma conti-

nua retracção dos povos índios.

Segundo o antropólogo Darcy Ribeiro, dos cinco milhões de indígenas que outrora povoavam o Brasil (ianomamis, guaranis, xavantes e outros), restam hoje 70 mil a 100 mil (metade dos quais na bacia do Amazonas).

Num estudo do Conselho para os indígenas Missionário da Igreja Católica, alerta-se para que, a este ritmo, por volta do ano 2000 os índios poderiam estar completamente exterminados.

Na verdade, há cinco séculos que se violam sistematicamente os direitos humanos dos índios brasileiros e que de facto se avança rumo à sua extinção biológica e cultural.

EUA

Greve nos caminhos-de-ferro

O presidente norte-americano interveio directamente na greve que mobilizou 235 000 trabalhadores dos caminhos-de-ferro dos EUA, a primeira paralisação ferroviária de há 10 anos para cá.

A greve foi o recurso utilizado pelos trabalhadores ferroviários, face ao arrastar de negociações com o patronato que se prolongam há três anos.

Na mesa de negociações: a protecção social — neste momento o factor principal das lutas laborais nos Estados Unidos —, as reduções de efectivos, as questões salariais, e ainda as normas (hoje, obsoletas) que determinam o número de trabalhadores em cada equipa e que regulam o número de quilómetros percorridos em cada turno de trabalho.

A lei — assinada pelo presidente Bush, aprovada pelo Senado depois de ter passado pela Câmara de representantes (400 votos a favor e cinco contra) — estabelece um Comité de emergência para resolver as disputas e impor um acordo em 65 dias.

A lei impõe um aumento de salários de 3 por cento a partir de Julho, outro aumento de 4 por cento em 1994, além de vários subsídios.

O documento estipula que os trabalhadores dos caminhos-de-ferro passarão a contribuir para os custos do seu próprio seguro de saúde e segurança social.

Tanto os Sindicatos como as Companhias de Cami-

nho-de-Ferro terão agora que aceitar as determinações impostas pelo Comité de emergência, caso não cheguem a um acordo entre si. Os Sindicatos não podem recorrer de novo à greve nem o patronato decretar o «lockout». Uma clara limitação da própria capacidade de os trabalhadores defenderem os seus interesses.

As greves nos caminhos-de-ferro têm profundas repercussões no plano económico, em particular na indústria automóvel, que utiliza intensivamente este tipo de transporte.

Os construtores de automóveis de Detroit, em Michigan, seriam, no caso, os mais atingidos. Se a greve não fosse suspensa, previam-se os primeiros casos de desemprego técnico na Chrysler, no fim-de-semana, assim como o encerramento de várias fábricas da Ford. A General Motors afirmara entretanto que 80% das suas operações estavam afectadas após as primeiras 24 horas de greve.

As razões da urgência em pôr termo ao conflito são assim bem claras.

Na greve dos caminhos-de-ferro de 1982, quatro dias de paralisações causaram prejuízos, no plano económico, da ordem dos milhares de milhão de dólares. A General Motors colocou então no desemprego 2700 trabalhadores. O desemprego atingiu igualmente 1400 mineiros da Virgínia.

Trabalhadores da informação Lutas e despedimentos

As agências noticiosas italianas paralisaram e os jornais não saíram para as bancas, devido a uma greve dos profissionais da informação, convocada pela Federação Nacional de Imprensa.

Esta acção grevística insere-se no quadro das negociações para a renovação do contrato colectivo de trabalho de diversas classes profissionais ligadas à informação (jornalistas, técnicos, telecomunicações).

As divergências entre a Federação de directores de jornais e os Sindicatos, centram-se na revalorização de salários, condições de trabalho e organização das empresas.

Entretanto, em Inglaterra, a BBC vai despedir 104

trabalhadores dos serviços de informação, incluindo 40 jornalistas, com o objectivo de reduzir em dois milhões de libras (cerca de 520 mil contos) as despesas com os trabalhadores.

As medidas agora tomadas elevam para 1900 os postos de trabalho eliminados nos últimos anos, dos 2400 que Michael Chekland, director-geral da BBC, pretende eliminar até 1993.

A decisão da BBC foi anunciada numa altura em que os Sindicatos dos jornalistas e dos técnicos recomendaram aos trabalhadores a rejeição do novo sistema de graduação de postos e condições de trabalho.



A tribo ianomami está reduzida a 10 000 pessoas

África do Sul

«Apartheid» é causa de violência

Pelo menos 10 pessoas foram mortas em confrontos verificados durante o fim-de-semana em cidades negras da África do Sul. Desde 1986, mais de cinco mil pessoas foram assassinadas no quadro de confrontos entre o ANC e o movimento zulu, Inkatha.

Face a esta dramática situação, de que são vítimas, em primeiro lugar, os dirigentes locais do ANC, o Comité Nacional executivo deste movimento unitário, reunido em sessão extraordinária, divulgou uma carta aberta ao presidente De Klerk.

Nesta carta, acusa-se o governo de «atitude de cínica irresponsabilidade ou de conivência com actos de terror com o objectivo de destruir o ANC», e exige-se, entre outras medidas imediatas, a demissão do general Malan, chefe das

Forças Armadas, e do ministro do Interior.

O ANC ameaça mesmo suspender as conversações com o governo sobre a futura Constituição do país, se não se registar alteração significativa da situação até 9 de Maio.

Entretanto, e no quadro destas mesmas preocupações, o ANC (Congresso Nacional Africano) e o PAC (Congresso Pan-Africanista), anunciaram em Harare a realização, em Agosto, na Cidade do Cabo, de uma grande Conferência Nacional destinada a «unir os oprimidos» do país. Serão convidados «todos os grupos organizados» favoráveis à criação de uma Assembleia constituinte.

No comunicado conjunto, as duas organizações afirmam que a criação de uma Assembleia constituinte «é o único meca-

nismo através do qual a nossa sociedade poderá ser democratizada». O ANC e o PAC rejeitaram uma proposta do governo sul-africano «de uma fórmula de multipartidarismo como solução de remodelação».

Sobre a actual onda de violência na África do Sul, o comunicado conjunto sublinha que o ANC e o PAC «chegaram à conclusão de que a principal causa da violência é o sistema de segregação racial existente no país».

As duas organizações políticas condenaram, por fim, a decisão da CEE de levantar as sanções económicas contra a África do Sul, qualificando-a de prematura e sublinhando que tal decisão suscitou «uma grande inquietude e uma profunda decepção».

De notar que vários paí-

ses se têm entretanto pronunciado pela manutenção das sanções.

A ministra do Comércio Externo da Suécia afirmou há dias que o governo sueco não seguiria a decisão das Comunidades europeias de levantar a quase totalidade das sanções económicas contra a África do Sul, e só levantará as sanções quando o sistema de apartheid for completamente eliminado.

Também a Comissão de mercados do Parlamento dinamarquês reafirmou a oposição da Dinamarca ao levantamento das sanções, considerando que os progressos conseguidos na via para a eliminação do apartheid não são ainda suficientes.

Um claro sinal de que nem todas as portas estarão abertas a De Klerk na sua viagem pela Europa.

Negociações em Bagdad

Representantes da Frente do Curdistão participam em negociações com o governo iraquiano, mas recusando «um acordo político antes do fim dos ataques contra os curdos, a instauração de um cessar-fogo e a libertação de todos os prisioneiros».

Prosseguem entretanto as operações de socorro dos refugiados curdos. O Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) considerou que o trabalho de todas as organizações humanitárias na região pode evitar «uma grande tragédia», mas frisou a necessidade de uma solução política para o Golfo. Na sequência da guerra, a população iraquiana, no seu conjunto, encontra-se numa situação dramática. Foram detectados surtos de cólera em várias regiões do país.

No quadro político, de par das negociações em que participa a Frente Curda, afirma-se a exigência de eleições livres, por parte da Assembleia Suprema da Revolução Islâmica, principal organização xiita iraquiana.

Apelo palestino

A delegação palestina que se encontrou com o secretário de Estado norte-americano Baker, com a aprovação da OLP, pediu que os EUA intervissem no sentido de impedir o estabelecimento de judeus nos territórios árabes ocupados por Israel.

Em petição divulgada enquanto decorria o encontro, os palestinos fazem um apelo especial a favor dos palestinos no Koweit, que estão a ser detidos, torturados e expulsos.

Apelam também à realização de uma conferência internacional, promovida pelas Nações Unidas, para alcançar a paz no Médio Oriente.

Plano anticrise

O Soviete Supremo da URSS está a analisar, esta semana, o programa de acção, apresentado pelo governo, para sair da crise económica.

Segundo os números divulgados no passado fim-de-semana, a economia soviética decaiu acentuadamente no primeiro trimestre deste ano. Em comparação com o primeiro trimestre do ano passado, o produto nacional bruto caiu 8% e a produtividade do trabalho 9%.

O plano anticrise visa uma dupla estratégia: atribuir a cada unidade económica um autêntico proprietário, seja colectivo ou privado; realizar a breve prazo uma reforma estrutural da economia, virada para a satisfação das necessidades do homem e uma maior eficácia.

Prisão perpétua

Um jovem de 13 anos, acusado de roubo e assassinio premeditado, foi condenado a prisão perpétua, sem possibilidade de liberdade condicional, pelo Supremo Tribunal dos Estados Unidos.

Após a sua detenção, o jovem foi interrogado na ausência do seu advogado ou qualquer familiar. Os advogados de defesa qualificaram a sentença de anticonstitucional, dada a idade do jovem.

Maioria de esquerda

A cidade de Genebra, Suíça, elegeu, no domingo passado, um executivo de maioria de esquerda (comunistas, socialistas e verdes) para os cinco assentos do Conselho administrativo.

A cidade era governada, há 50 anos, por uma coligação de centro-direita.

Greve em Marrocos

A polícia marroquina cercou as Faculdades de Medicina e Direito em Casablanca, no seguimento de uma greve de luto de três dias pela morte de um estudante, assassinado pelas forças repressivas.

A imprensa da oposição, nomeadamente socialista e comunista, fala da «repressão cega» das forças policiais e «L'Opinion» de Rabat afirma que, além do morto, há a registar dois feridos em estado muito grave. O movimento grevista estudantil dura há mais de duas semanas.

Slovo denuncia dívida do Norte para com o Sul

«A África do Sul é um país onde a disparidade entre os possuidores e os que nada possuem é a mais elevada do mundo» — afirma Joe Slovo, secretário-geral do Partido Comunista da África do Sul, em entrevista concedida a «L'Humanité», quando da reunião, em Paris, com Partidos Comunistas da CEE.

«Há hoje no país mais de cinco milhões de desempregados. No campo, as pessoas são obrigadas a viver em reservas sem terra cultivável e sem meios para produzir a sua alimentação. Relativamente à riqueza do país, a taxa de mortalidade infantil é mesmo mais elevada que em alguns dos mais pobres países de África». Um quadro que não pode deixar de ser «fonte de conflitos».

«Esta situação serve de matéria-prima explorada pelos que ganham com a escalada da violência».

Partindo desta realidade, que perspectivas se abrem à sociedade sul-africana?

«Tal como não há capitalismo abstracto, não há socialismo no abstracto» — afirma Joe Slovo.

«Na África do Sul, a relação entre o sistema capitalista e a opressão racial é muito íntima. Este modelo específico de capitalismo que se afirmou na África do Sul baseia-se na exploração racial da grande maioria das pessoas pelos privilegiados



Joe Slovo no encontro com os Partidos Comunistas da CEE

brancos. Por isso, podemos afirmar que o problema da dominação racial no nosso país não pode ser resolvido sem uma certa forma de emancipação económica. 85% de todos os rendimentos pessoais pertencem a brancos. 98% dos bens de produção igualmente lhes pertencem ou são por eles controlados».

Por isso, diz Slovo, «colocar a questão da supressão total da dominação na África do Sul, significa colocar a questão da supressão da exploração económica». E para compreender isso, não é necessário ser marxista, ou comunista. «Basta ser um simples patriota negro para constatar que não pode haver liberdade, libertação, sem a destruição do

poder da elite racial que controla a nossa economia».

Sobre as relações Norte-Sul, o secretário-geral do Partido Comunista da África do Sul sublinha a necessidade de reembolso «de uma dívida histórica que o Norte deve ao Sul. Porque a sua prosperidade foi construída sobre a exploração e o empobrecimento da maioria da humanidade que vive em condições miseráveis».

«Muitas coisas foram ditas sobre a prosperidade e os sucessos do capital mundial». Uma afirmação sem sentido para os povos do Sul. Como diz Slovo, trata-se de «uma afirmação ridícula quando a encaramos do ponto de vista do habitante do continente afri-

cano: um continente que vive sob sistemas capitalistas ou similares. Nós sabemos que é um continente em que a miséria, a fome, a ausência de dignidade fazem parte da vida quotidiana. Não podemos criticar os africanos quando afirmam que a prosperidade de que se fala no Norte é, em parte, a outra face, da miséria e da indignidade dos povos do terceiro-mundo. É vital abrir os olhos das pessoas comuns do Norte sobre esta realidade. De forma que os vastos recursos disponíveis e mal utilizados sob a forma de mísseis, bombardeiros furtivos e outros engenhos possam ser utilizados para reembolsar a dívida do Norte para com o mundo subdesenvolvido».

Concerto para cravos soldados e cantores

Quando visitou e cantou em Lisboa, em 1983, afirmou Pete Seeger, autorizado pelo seu conhecimento ímpar do panorama da música de intervenção em todo o mundo, que não conhecia país nem situação política em que a música tivesse desempenhado o papel que assumira em Portugal com o 25 de Abril. A canção de intervenção que despertara nos anos 60 constituiu um dos mais importantes elementos da agitação política e cultural que marcou os últimos anos do fascismo e constitui uma quase justa homenagem que tenha sido uma canção do nome mais importante da música popular portuguesa contemporânea que tenha vindo a constituir o sinal para o início das operações militares que devolveram a liberdade a Portugal. Após o 25 de Abril e até hoje, a música popular continua a ser um dos mais dinâmicos e criativos sectores da vida cultural portuguesa. Defrontando situações adversas, que vão de uma efectiva censura em importantes meios de comunicação social ao espartilhante domínio do mercado discográfico pelas editoras multinacionais, os compositores e cantores portugueses têm imposto uma expressão própria, profundamente ligada à realidade, à cultura e ao povo portugueses. Povo que os estima e acolhe com afecto e entusiasmo. Razão tinha Pete Seeger quando, perplexo face às sucessivas histórias de canções e 25 de Abril, exclamava: «Isto não foi uma revolução: foi um concerto!»

«Grândola Vila Morena», a canção que se tornou inteiro sinónimo da madrugada de Abril para que constituiu o sinal, teve a oportunidade de passar à História como um hino à democracia e à liberdade por uma razão verdadeiramente paradoxal: a censura fascista!

Na verdade, não era à toada que canta «o povo é quem mais ordena» que inicialmente esteve destinado, nos planos de operações do MFA, o papel de sinal para o desencadear das acções na madrugada de 24 para 25 de Abril de 1974.

Conta o capitão Dinis de Almeida no seu livro «Origens e evolução do movimento dos capitães» que, «a saída fracassada de 16 de Março de 1974 (a revolta das Caldas da Rainha) provocou na maior parte dos oficiais do movimento uma perigosa fobia em relação às saídas em falso. Vários sugeriram então, designadamente da província, que fosse dado um sinal rádio determinante do início das operações».

«Ao longo do amadurecimento desta ideia — prossegue o antigo comandante do RALIS — chegou-se a pensar que esse sinal poderia ser dado parando os emissores de FM do Rádio Clube Português, Rádio Renascença e Emissora Nacional, colocados na estação rádio em Monsanto, durante alguns minutos.

«Como tal acção se mostrasse impraticável, surgiu uma ideia que consistia na transmissão a certas horas, numa determinada emissora, duma pré-estabelecida sequência musical.»

Surtem entretanto diversos problemas quanto à estação a utilizar, acabando por haver efectivamente dois sinais: um primeiro nos Emissores Associados de Lisboa às 23 horas de 24 de Abril com a canção «E depois do adeus» de Paulo de Carvalho. Dada porém a pouca potência dos Emissores Associados, que não cobriam o país, o MFA, consegue um contacto para o programa «Limites», que se transmitia na Rádio Renascença durante a noite. O então capitão de Engenharia Santos Coelho, que conduziu o essencial dos aspectos de rádio do movimento, sugere que a canção a utilizar seja «Venham mais cinco», de José Afonso — pelo título de venham significado para a circunstância!

Outro dos capitães da «operação rádio», Mendonça de Carvalho conta o que se seguiu: «No dia 28 (de Março) eu, o Costa Neves e o Santos Ferreira fomos para casa do capitão Correia Pombinho tratar dessas ordens (as ordens de operações a serem entregues a todos os oficiais envolvidos) e escrevê-las à mão! As ordens eram metidas em envelopes e depois eram lacrados e distribuídos por diversas equipas que os entregavam nos locais combinados. Os envelopes estavam quase todos já fechados, quando me ocorreu um pormenor. Como já trabalhei várias vezes na rádio, nomeadamente em Angola, lembrei-me do index das canções. Perguntei ao Santos Coelho — prossegue Mendonça

e depois do adeus PAULO



SINGLES orfeu

Há canções que entraram na História por motivos de todo em todo inesperados para os seus autores e entre elas seguramente se conta uma que, em 1974, José Niza e José Calvário compuseram para que Paulo de Carvalho a apresentasse nessa desde sempre polémica coisa que é o Festival RTP da canção.

Os versos de José Niza não eram nem particularmente melhores, nem particularmente piores do que os de muitas outras canções de amor; a melodia e a orquestração de José Calvário eram o que um qualquer crítico da especialidade chamaria correctas e de boa oficina... E, quanto a Paulo de Carvalho, esse, claro, cantou-a com a portentosa voz que tinha e continua a ter!

Sucedeu até que «E Depois do Adeus», como se intitulava a musiquinha, obteve o 1.º prémio do festival da RTP e foi até ao Festival da Eurovisão obter uma daquelas banais classificações destinadas no europeu certame a concorrentes de países com fraco mercado discográfico como é Portugal.

Tudo teria ficado por aí se, alguns meses depois... Os operacionais que fariam o 25 de Abril procuraram a forma de através de antifascistas trabalhando na Rádio assegurarem que uma sequência de palavras e música previamente combinadas pudessem alertar todos os militares envolvidos do OK para o desencadear das operações. Sabe-se que esse papel coube a «Grândola Vila Morena», de Zeca Afonso, transmitido no programa «Limites» pela cobertura nacional da Rádio Renascença às 24 horas de 24 para 25 de Abril de 1974.

Mas o que sucedeu também é que outra senha estava preparada — e funcionou. Esta através de uma rede mais limitada, a dos Emissores Associados de Lisboa que, no plano de operações, deveria constituir um primeiro aviso, nomeadamente para o desencadear de operações nas unidades mais próximas de Lisboa.

Foi para esse 1.º sinal que João Paulo Dinis escolheu o

Ficha Técnica

Este disco foi gravado no STRAIBERH STUDIO, de Michel Meyer, Haverhill (França), de 11 de Outubro a 4 de Novembro de 1971. Captação de som e mixagem de GILLES SILLÉ - CHRISTIAN GENÉ. Arranjo e direcção musical de JOSÉ MARIO BRANCO.

Di. Baixo instrumentais foram tocados por: CARLOS CORREIA (bateria), guitarra, viola e piano; MIGUEL DELAPORTE (bateria, baixo, teclado, teclado, teclado e baixo); CHRISTIAN PADOEN (guitarra baixo (eléctrica)); JIMMY BEAVIS (bateria); LUCIEN GRASIER (voz, piano, guitarra de aço e guitarra de aço (eléctrica)); FRANCISCO FANLUS (voz, piano, guitarra de aço (eléctrica), piano, teclado); PINK ALBERTO BRANCO (guitarra).

Di. acompanhamento de guitarra foram cuidadosamente escolhidos por CARLOS CORREIA (bateria). Fotografia de PATRICK LEMAY. Capa e arte gráfica de JOSÉ SANTA BARBARA.



de Carvalho — se o «Venham mais cinco» — canção senha escolhida para a Rádio Renascença — não estaria no index daquela emissora. Isto passou-se de manhã e o Santos Coelho pôs-se em campo para averiguar. Viria a saber que, na realidade, a canção estava proibida na Renascença. Tivemos de rasgar tudo e já estávamos cansados e irritados com a falta de saliva para fechar os envelopes e com os dedos queimados do laço» — conclui Mendonça de Carvalho.

Colocado o problema, é de novo o capitão Santos Coelho que propõe a substituição por «Grândola Vila Morena» que, a 29 de Março, no Festival promovido pela Casa da Imprensa, fora cantado em coro no Coliseu dos Recreios por artistas e público.

E assim foi.

Quando o compositor e cantor inglês Henry Russel, nascido em 1812 e falecido em Londres no ano de 1900, compôs para os seus concertos populares diversas canções que não grangearam particular popularidade para além do público londrino, dificilmente podia suspeitar que uma dessas obrinhas viria, um século após ter sido composta, a desempenhar particular papel por obra e graça de um técnico de som nascido em 1938 no muito portuguesa aldeia de Cristelo-Covo, para as bandas de Valença do Minho. Henry Russel estudou canto em Itália e trabalhou como organista em Nova York até 1840. No ano seguinte regressa à Grã-Bretanha onde inicia uma série de apresentações populares para que compõe as suas próprias canções, das quais duas viriam a conquistar certa notoriedade: «Cheer, Boys, Cheer» e «A life on the ocean wave».

Esta última — cujo título se poderá traduzir por «uma vida nas ondas do oceano» — passou a fazer parte do repertório habitual das bandas militares inglesas nos seus concertos de fim-de-semana, encontrando-se incluída num LP gravado pela banda dos Her Majesty Royal Marines, ou seja, os marines de sua majestade a rainha de Inglaterra. Do referido LP existia um exemplar no Rádio Clube Português por alturas de Abril de 1974.

Após a ocupação do Rádio Clube pelos oficiais do MFA na madrugada de 24 para 25 e da utilização da emissora para difusão dos comunicados do Movimento, colocou-se o problema de que música meter nos intervalos. A primeira decisão dos capitães foi a de, evitando música clássica que poderia dar um ambiente excessivamente solene optar por marchas militares que se apresentavam como coerentes com os acontecimentos e a iniciativa tomada pelas Forças Armadas.

Já havia ido para o ar o primeiro comunicado do MFA, quando surge no RCP um dos técnicos sonorizadores que ali ocorre para dar o seu apoio após ter recebido em sua casa um telefonema às 4 da madrugada alertando-o para o que se passava. De seu nome — José Ribeiro. O seu apoio ao seguimento da emissão irá revelar-se de grande importância. A ele se deve a iniciativa de ir buscar a um armário do programa «Quando o telefone toca» (que foi necessário arrombar!) uma «molhada» de discos cuja transmissão estava proibida pela censura — e é assim que a voz de José Afonso, que dera o sinal de arranque, passa a alternar com as marchas militares. Mas a José Ribeiro se deve ainda a iniciativa de procurar entre as várias marchas uma que servisse de indicativo à leitura dos comunicados do MFA. E a escolha recaiu sobre o trecho de Russel — «A life on the ocean wave»!

Que durante todo esse dia foi ouvido anunciando as notícias sobre o derrubamento da ditadura, que se transformou de facto no «hino do MFA».

3 temas famosos

A LIFE ON THE OCEAN WAVE

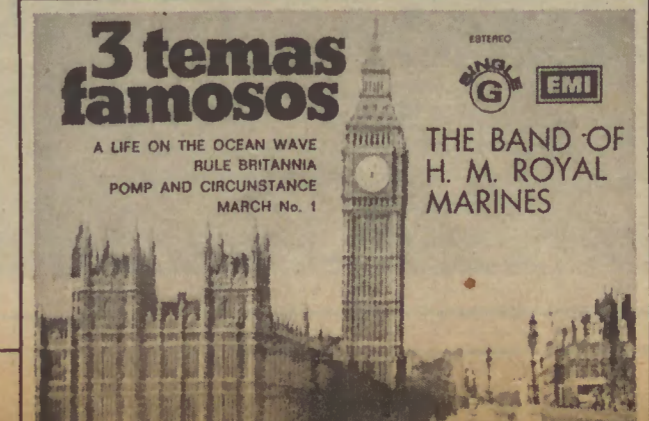
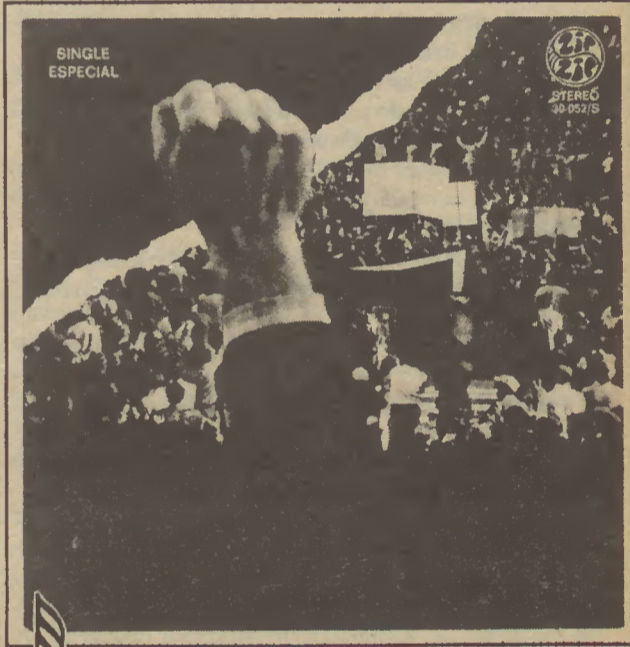
RULE BRITANNIA

POMP AND CIRCUMSTANCE

MARCH No. 1

EMI

THE BAND OF H. M. ROYAL MARINES

Foi na madrugada de 26 para 27 de Abril de 1974, quando uma multidão exigia junto aos portões da prisão de Caxias a imediata libertação de todos os presos detidos no forte pela já dominada PIDE/DGS que a ideia surgiu, entre um poeta e um compositor que se encontraram entre os manifestantes: fazer uma canção, gravá-la, já já já!

O poeta chamava-se José Carlos Ary dos Santos e arrancou para sua casa, ali à Rua da Saudade, em plena Alfama. Sentou-se à mesa e escreveu de jacto seis quadras que, no dia seguinte, discutia com o compositor — Pedro Osório. No grupo, alguém já falado para intervir na gravação, uma voz — Fernando Tordo.

Pedro Osório sugere que seja incluído um refrão que reflita a imparável presença que um slogan chileno tomara na revolução portuguesa dos cravos: o povo unido jamais será vencido.

O sentido poético de Ary dos Santos introduz uma pequena modificação que facilita a melodia: agora, o povo unido nunca mais será vencido.

Estamos a 28 de Abril, passaram 72 horas sobre a liberdade. Prepara-se a gravação para uma etiqueta que acolhera entretanto a nova canção portuguesa, o ZIP ZIP.

«O 1.º de Maio, quando centenas de milhares de portugueses confirmavam em gigantescas manifestações o seu apoio à liberdade reconquistada, em Lisboa algumas pessoas não foram até ao estádio que era então da FNAT e que passou a ter o nome do dia do trabalhador. Entre esses milhares de pessoas não se contavam o maestro e compositor Pedro Osório, o cantor Fernando Tordo, a cantora Tonicha, o cantor Fernando Girão, o actor Herman José.

A essa hora estavam todos encafuados nos estúdios da Musicorde gravando um single que recebia o nome da canção começada a gerar às portas abertas à liberdade da cadeia de Caxias: «Portugal Ressuscitado».

Feito o master, foi a corrida. Fazer a capa — que contaria com uma fotografia de um nome grande do neo-realismo, Cipriano Dourado. Preisar o disco.

E, pouco mais de uma semana decorrida sobre a manhã de liberdade de Abril e, pelas rádios já sem censura surgia a que terá sido a primeira canção feita no Portugal de Abril.

Oportunidade à Regionalização

Está à vista a possibilidade do processo legislativo da Regionalização dar um passo em frente.

Desde Maio de 1989, isto é, há quase dois anos, que está aprovado na generalidade um Projecto de Lei do PCP e projectos de outros partidos da oposição sobre a Lei Quadro das Regiões Administrativas.

No passado dia 11 de Abril, foi aprovada uma proposta de lei sobre a mesma matéria que o Governo Cavaco Silva, tarde e a más horas, tinha apresentado em fins de Novembro.

Interpelado na ocasião pelo PCP, o ministro Valente de Oliveira garantiu em nome do Governo este se ia empenhar na aprovação da lei até ao termo da legislatura.

Apesar disto, deputados comunistas e socialistas apresentaram um requerimento que foi aprovado por unanimidade para garantir que a votação na especialidade se inicie num prazo fixo e curto.

Dois esclarecimentos importantes devem ainda ser adiantados.

Se a lei não for aprovada antes da presente Assembleia terminar os seus trabalhos todos os projectos e a proposta de lei cairão e ficarão sem efeito as consultas já realizadas, todo o trabalho cairá por terra e o processo retornará à estaca zero depois das eleições de Outubro.

Se a lei for aprovada ainda assim não teremos logo as Regiões Administrativas. Na revisão da Constituição e com base no acordo PSD/PS, o princípio que obriga que todas as regiões sejam criadas simultaneamente foi confirmado e consolidado, o que implica que só depois da aprovação de uma segunda lei — de delimitação — possam ser constituídas em concreto as regiões, mesmo onde as condições estão mais adiantadas, como no caso do Algarve.

É pois a oportunidade da Regionalização avançar um passo, um passo importantíssimo, que se coloca na ordem do dia.

O risco de um passo em falso

Deve ser também salientado que existe o risco sério de em vez de um passo em frente se poder produzir um passo em falso.

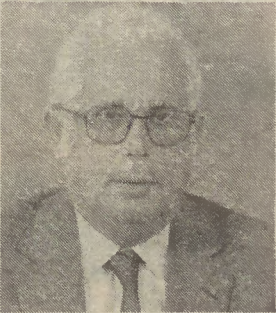
Na verdade, a proposta de lei do Governo que irá ser apreciada conjuntamente com o projecto do PCP e os dos outros partidos da oposição não aponta para Regiões Administrativas como são prefiguradas na Constituição da República.

As «regiões administrativas» propostas pelo Governo são anãs e corcundas e só podem andar pela férrea mão governamental. Ao mesmo tempo o Governo propõe que se crie, junto delas, as gigantescas figuras dos governadores regionais, com latos e inconstitucionais poderes, incluindo o de requisitar a intervenção da Força Armada.

O risco é então o de, em vez de se progredir no sentido da descentralização, se regredir com a criação de novos focos e instrumentos de centralização.

A grande tarefa que se coloca na elaboração final da lei quadro da Regionalização é a concentração de esforços para fazer respeitar os princípios constitucionais sobre a descentralização e autonomia administrativa e financeira das regiões, sem limitação das atribuições e poderes próprios dos municípios.

É imperioso estar especialmente atento e contrariar os propósitos governamentais que visam: a expropriação de atribuições constitucionalmente conferidas às re-



CARLOS BRITO
Membro da Comissão Política
Presidente do Grupo
Parlamentar do PCP

giões (plano de desenvolvimento regional); as numerosas e abusivas ingerências governamentais (definição por decreto-lei de toda a matéria relativa à competência e funcionamento dos órgãos regionais); o esvaziamento das competências das Assembleias Regionais; os expedientes obstructionistas para retardar a instituição das regiões e a sua entrada em funcionamento; o carácter controlador da tutela; a concepção inconstitucional da figura do governador regional que deve ser completamente reconvertido, a começar pela designação, optando-se pela de representante ou do delegado do Governo, como é proposto por todos os partidos da oposição.

O alarido eleitoralista

A Regionalização foi um tema central da campanha eleitoral de 1987, tudo indica que voltará a sê-lo nas próximas eleições para a Assembleia da República.

O PSD e o PS prometeram, nessa altura, a eliminação do princípio da simultaneidade e a criação das regiões administrativas. Não cumpriram a promessa, como se sabe. Pelo contrário, o PSD, com a maioria absoluta na Assembleia da República, fez flagrante obstrução anti-democrática ao avanço do processo e Cavaco Silva chegou a apelar abertamente, em princípios de 1989, ao bloqueamento da regionalização a que atribuiu conse-

Está à vista a possibilidade de dar um passo em frente (...). Existe o risco sério de se dar um passo em falso

quências desestabilizadoras. Nada disto, impede, no entanto, que o PSD volte a apresentar-se agora, como campeão da regionalização. Dirigentes do PSD no Algarve já prometem a Região Administrativa algarvia para 1993 e anunciam que já tem o seu Governo regional. Para o eleitoralismo governamental não tem limites a falta de vergonha...

O PS tem também a alma carregada de pecados contra a Regionalização. Os sucessivos Governos do PS não mexeram uma palha a seu favor e bloquearam-na tão obstinadamente como depois os Governos do PSD. Na 2.ª revisão da Constituição o PS cedeu em toda a linha as exigências do PSD, abandonou a proposta para a fixação de um prazo para a aprovação de uma lei de criação das regiões e colaborou na redigificação do princípio da simultaneidade. Como partido da oposição andou atrás do processo. O seu projecto de lei de bases da regionalização é o mais superficial de todos os projectos apresentados. De repente, com a aproximação das eleições o PS acordou, apresentou há dias um projecto de criação das regiões administrativas e quis fazer crer que isto representaria uma iniciativa determinante, um salto mágico que o levaria das últimas filas do pelotão para a camisola amarela.

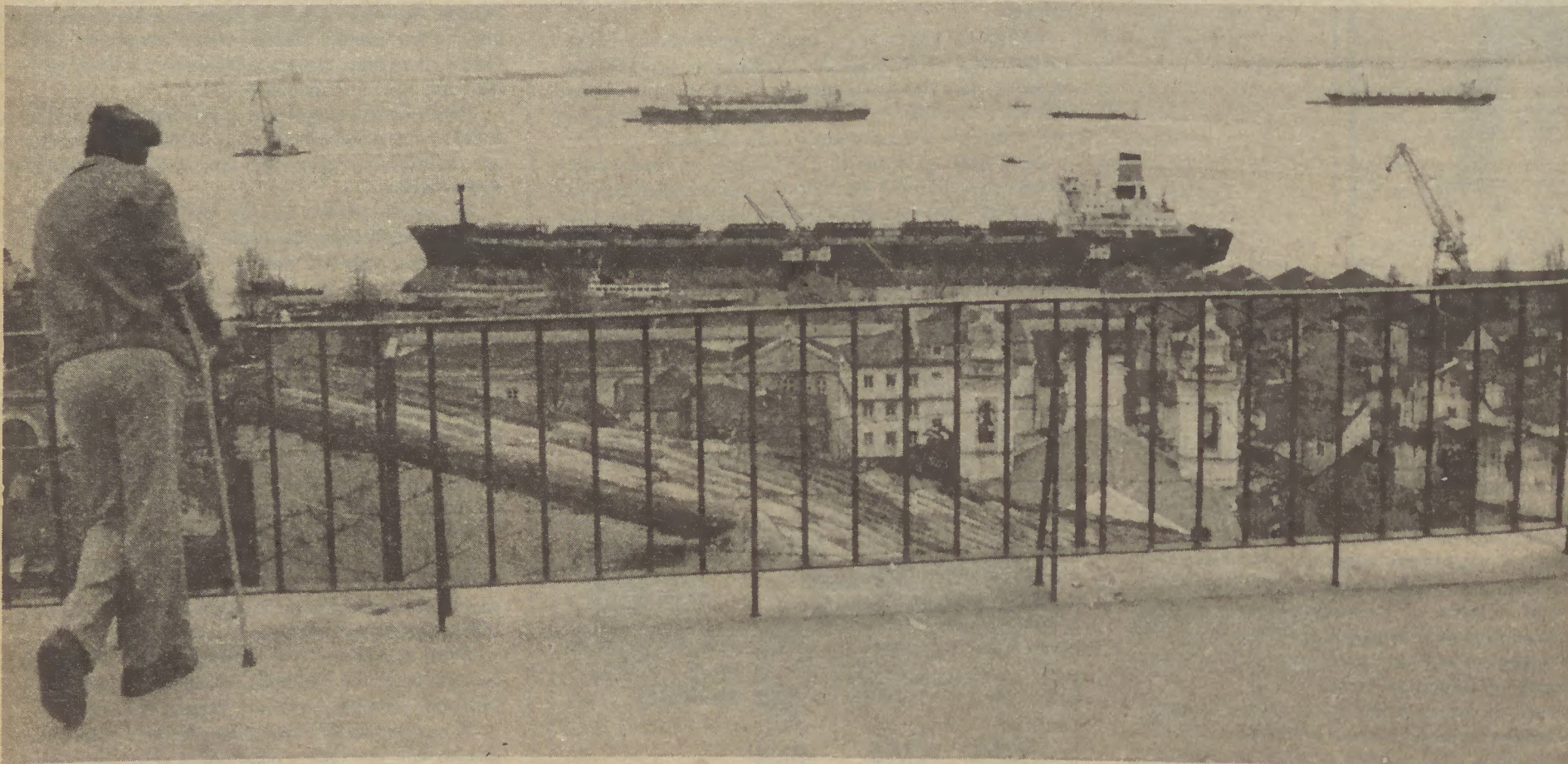
Não é nada disso. O projecto que o PS agora apresentou equivale ao projecto que o PCP apresentou em 1986 (há cinco anos) ou que o PRD apresentou há quatro anos. Não traz significativas novidades, nem mesmo em relação à delimitação das regiões, pois segue os mecanismos previstos do projecto do PCP e aproxima-se do mapa regional proposto pelo PRD. A par disso apresenta soluções perigosas em relação às atribuições regionais (planos regionais de ordenamento territorial) ou absolutamente abstrusas (eleições da Junta Regional).

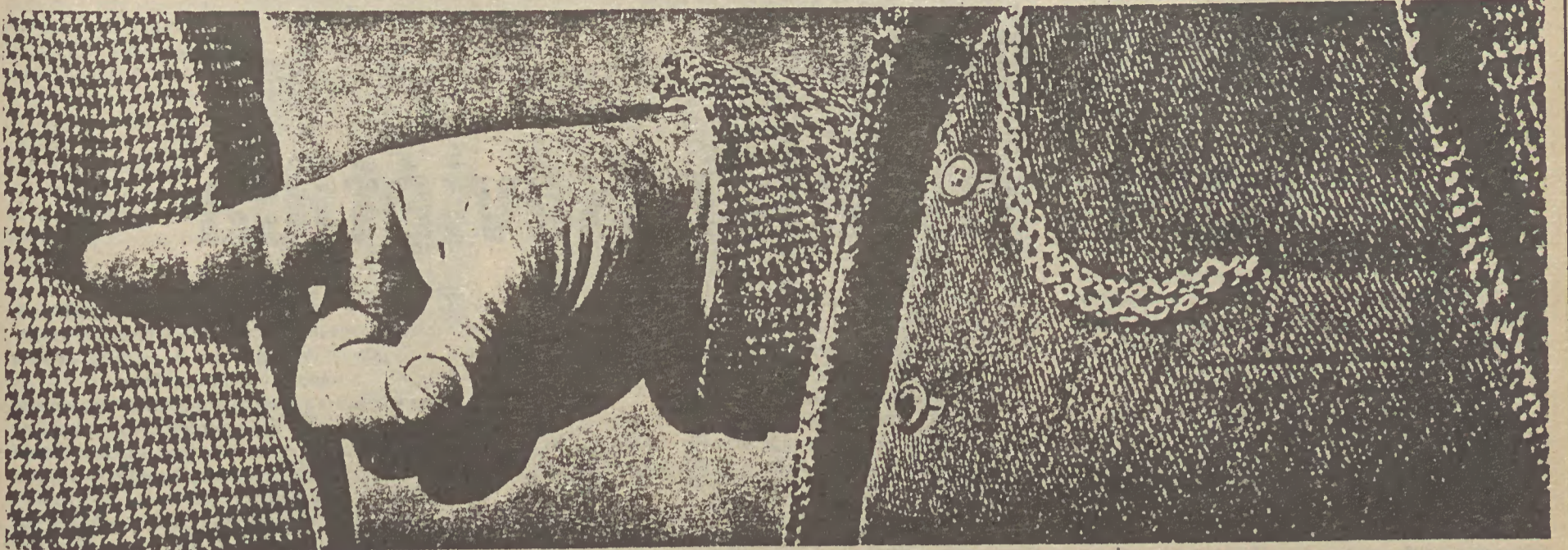
Concretizar a oportunidade

A melhor forma de não perder a oportunidade soberana de que a regionalização disfruta, não é, com certeza, tentar competir com o eleitoralismo do Governo e do PSD, mas concentrar esforços sérios na aprovação de uma lei quadro das Regiões Administrativas que respeite os princípios constitucionais e pressione no sentido de se passar ao passo subsequente — a lei de delimitação.

É com esta orientação que o PCP prosseguirá a sua intervenção, seguro como está de que a regionalização é um projecto de grande alcance para o nosso país e o bem estar do nosso povo, com reflexos especialmente favoráveis no desenvolvimento regional, no ordenamento do território, na reforma administrativa, na gestão dos fundos comunitários.

Em áreas fundamentais, a regionalização aproximará a governação dos governados e assegurará de forma mais efectiva a participação dos governos na governação.





O Polvo Laranja

Cavaco Silva na recente visita ao distrito de Aveiro, afirmou que o crescimento da Região é exemplo para o País. Tendo em conta a responsabilidade de uma pessoa como Cavaco Silva — Primeiro-Ministro e chefe do PSD — é lícito concluir que aquela afirmação significa o seu apadrinhamento de situações escandalosas que são do domínio público em Aveiro, na medida em que estas não lhe mereceram qualquer referência crítica.

Porque a realidade da vida é bem diferente daquela que a propaganda oficial procura fazer crer, é um imperativo escrever sobre os factos de um «outro crescimento», exemplos que queremos ver banidos do distrito e do País.

O «POLVO LARANJA» E A «LUTA DAS FAMÍLIAS»

Apoiado na maioria absoluta, o PSD domina a actividade económica e institucional do distrito. Tal facto gerou uma enorme clientela. Ávida de dinheiro.

É neste quadro de clientelismo e interesses muito vastos que o «Polvo Laranja» se estende, e a luta das «famílias de interesses» cada vez é mais intensa.

Num recente artigo sobre criminalidade afirma-se que esta, no distrito de Aveiro, é caracterizada pelo crime do «colarinho branco».

Muitos milhões de contos são a razão fundamental que faz mover este «polvo», em cujos tentáculos políticos, económicos, institucionais o PSD tem grande influência e decisão.

Não é necessário sermos nós a denunciar as formas e actuação deste «polvo», são as próprias «famílias», «sensibilidades» ou «tendências», que trazem para a opinião pública ao ritmo das suas conveniências e à medida das suas necessidades essas formas de actuação, (chantagem, ameaças, atentados, corrupção, abuso de poder, contrabando, tráfico de influências, etc., etc.), sempre atribuídas aos grupos rivais.

VAMOS AOS FACTOS

Aveiro Conexión

Está marcado para 28 de Maio, o julgamento deste processo de contrabando, de grande envergadura, que envolve 55 indiciados, 700 testemunhas, 33 advogados.

Como é do conhecimento público aparece ligada a este processo a «Cerâmica Campos» de Mota Figueiredo (PSD), Presidente do Beira Mar.

Registe-se que a «Cerâmica Campos» obteve um perdão fiscal no valor de 500 mil contos, alegadamente por «prejuízos na empresa», atribuído pelo Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais Oliveira e Costa, também presidente da Comissão Política Distrital do PSD.

Entretanto convém salientar notícias vindas a público indicando que entre 1984 e 1988 foi constituído em duas agências bancárias de Aveiro, uma espécie de saco azul num montante superior a 492 mil contos que resultaram, segundo investigadores, da venda fora da contabilidade oficial da «Cerâmica Campos» de mercadoria da empresa.

Em 1984 foi aberta uma conta (BPA) em nome do António Mota Figueiredo e Elói Abreu sendo deposita-

dos na referida conta 5892 contos e nos três anos seguintes 380 mil contos.

Em 1986 uma outra conta foi aberta (BPSM) em nome de Mota Figueiredo, Juvenal Oliveira Martins e do capitão da Guarda Fiscal Vasco Silva, em que foram depositados 101 mil contos (Exp. 7/7).

Distribuidora Cervejas do Vouga

Ulisses Manuel Andrade Brandão Pereira — opositor de Oliveira Costa dentro do PSD — surge implicado no desvio de 250 mil contos, após relatório preliminar da inspecção Geral de Finanças, despachados pelo Oliveira e Costa (Pub. 19/9. A oposição paga-se cara.

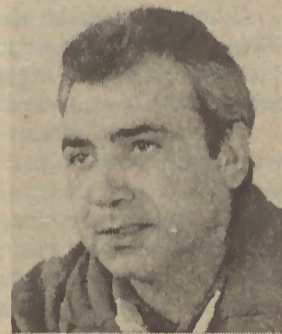
Caixas de Crédito Agrícola Mútuo

Em cinco caixas de crédito (Aveiro, Sever do Vouga, Murtosa, Vagos, Albergaria) surgem fraudes e desvios que totalizam mais de 1 milhão e 200 mil contos.

Fundo Social Europeu

Américo Amorim é acusado da utilização indevida de subsídios do Fundo Social Europeu no valor de 400 mil contos.

São as próprias
«famílias»,
«sensibilidades»
ou «tendências»
que trazem
a público
as suas formas
de actuação



SÉRGIO TEIXEIRA
Da Comissão Executiva
Nacional do CC

Fraude de 4,5 milhões de contos na aplicação de verbas do mesmo fundo. José Manuel Valente de Oliveira, PSD (irmão do ministro Valente de Oliveira), a Associação de Calçado APICCAPS, e uma empresa de consultoria (INDACA), bem como empresas do calçado do distrito são referidas neste processo (Jornal 20/10/89).

ASSALTO AO PODER E A LUTA INTERNA

Como já foi referido, não podemos dissociar todas estas escandalosas situações da maioria laranja e da progressiva partidarização e governamentalização da vida do distrito.

Oliveira e Costa e seu familiar Gilberto Madail, são as figuras de proa na influência e na intervenção do PSD.

A gula por cargos de influência, nomeadamente os públicos, têm levado o PSD a um verdadeiro reboço

sucedendo-se escandalosamente as tricas, pressões e chantagens.

Hospital Distrital de Aveiro e Centro Regional de Segurança Social são exemplos vivos desta partidarização da vida pública do distrito.

A Região de Turismo da Rota da Luz é também agora palco da tentativa de partidarização, onde o PSD e PS aparecem juntos e coligados.

A Associação de Futebol de Aveiro cujo presidente é Gilberto Madail — Governador Civil — tem tido um papel de destaque em todo o processo que envolve a Federação Portuguesa de Futebol. Convém salientar que ao lado de Gilberto Madail nas questões futebolísticas surge César Carvalheira, (também ele acusado de fraude no meio desportivo) ex-presidente da Câmara da Mealhada pelo PS e agora no PSD, cumprindo curiosamente o mesmo percurso político do Governador Civil.

Registe-se também que o ex-PS Gilberto Madail, agora PSD além de Governador Civil do distrito, é ao mesmo tempo, presidente da Associação de Futebol de Aveiro, presidente da Assembleia Geral da Associação Industrial do Distrito de Aveiro (AIDA).

Têm sido inúmeras as referências da utilização da pressão, da chantagem e da ameaça como forma de actuação dentro do PSD.

As Eleições para a AIDA revestiram-se dum cenário típico do Polvo da série televisiva. Tráfico de influências, aliciamento a empresas, pressões, fraudes houve de tudo um pouco.

As denúncias incidem fundamentalmente sobre Gilberto Madail. A sua opositora na AIDA, Helena Cerveira, ex-presidente da Associação Industrial, mulher do presidente da Câmara de Anadia (que viu recusadas verbas do FEDER), diz que agora não fala. Recebe telefonemas anónimos, pressões e ameaças de que há-de pagá-las caso abra demasiado a boca.

Outro exemplo demonstrativo da forma de actuação destes senhores: segundo um órgão da Comunicação Social o proprietário de uma empresa de Águeda foi avisado que os 180 mil contos previstos para a firma poderiam afinal não ser atribuídos caso se mantivesse ao lado de Helena Cerveira.

Estes alguns dos factos que revelam bem a outra face de um tipo de crescimento que rejeitamos.

Será que exageramos? As coisas não serão bem assim?

Registemos então as palavras de um destacado elemento do PSD Ângelo Correia, que são a confirmação pelos próprios de tudo o que aqui foi dito.

Diz Ângelo Correia que «O PSD em Aveiro, está enredado em lutas pessoais mais que em lutas políticas», que «há conexões políticas e empresariais em Aveiro que nem quero saber», que «em tempos terá lutado pelo tacho, mas hoje a sua postura política é mais orientada por razões morais e mais empenhado em adquirir autonomia financeira».

Mais palavras para quê?

As palavras de quem afirma ter apadrinhado Oliveira e Costa chegam para retirar a conclusão.

Alternativa é preciso, vamos a ela!

Não desistiremos de denunciar tais situações e lutar por uma alternativa que ponha o «Polvo» no congelador.

Um olhar sobre a União Soviética

Estive na União Soviética em Julho e Agosto de 89 quando se iniciava o terramoto político e social que mudou a vida no Leste europeu. Voltei agora em Abril de 91, após acontecimentos que alteraram as relações de força no mundo.

Ia carregado de interrogações. Para elas obtive escassas respostas. Uma das poucas certezas é a de que o país reencontrado não é o país que esperava rever. Não por mais próximo ou mais distante do **desejado**; apenas por diferente.

O desajustamento não me surpreendeu. Somos sempre influenciados pelo que lemos e pelo que a televisão nos mostra, quaisquer que sejam os nossos mecanismos defensivos.

O choque não foi imediato. Sinto dificuldade em o definir precisamente porque a **mudança** se localiza menos no discurso político do que na atitude das pessoas perante a própria existência.

O ruir de uma certa tranquilidade, incómoda e contraditória, mas concreta, abriu um estranho vazio. Não apareceram valores, projectos e confiança a preencher o espaço-cratera aberto pelo vendaval que atingiu os alicerces do sistema cujos males, erros e desvios a **perestroika** denunciou ao assumir o desafio de reconstruir o Socialismo na URSS sem romper com os seus fundamentos ideológicos e humanistas. Isso não foi possível. É suficiente recordar o discurso de Gorbachev, em Fevereiro de 86, para se ter o quadro do malogro do ambicioso projecto de reestruturação apresentado no XXVII Congresso do PCUS. Falava-se então de «regresso ao leninismo». As metas que suscitaram o entusiasmo do povo incluíam a duplicação da produção até ao fim do século e uma casa para cada família antes do ano 2000.

Hoje a produção caiu para níveis preocupantes, as tensões interétnicas explodem em conflitos sangrentos as carências materiais e habitacionais agravaram-se, as massas estão mais distanciadas do Partido do que no início do processo que se propunha a renovar a totalidade da vida na sociedade soviética. Mais grave ainda: forças heterogêneas, que não devem ser subestimadas, tentam desagregar a União; e uma parcela importante do povo apoia, embora passivamente, aqueles que preconizam, já sem disfarces, a **restauração do capitalismo**.

É certo que se vê e aprende muito pouco em dez dias. A margem de erro na apreensão da realidade é enorme nestas visitas-relâmpago. Tenho consciência disso.

Fui, entretanto, favorecido por haver visitado cidades que já conhecia. E amigos, alguns muito íntimos, ajudaram-me a entender situações e fenómenos de avaliação difícil. De outro modo, teria sido empurrado para veredas labirínticas.

Nem todos aqueles com quem, fora do mundo oficial, falei reagem da mesma maneira perante a crise que fustiga a URSS. Como é inevitável, captam e assimilam (mesmo quando membros do Partido) as realidades políticas, sociais e económicas de formas diferenciadas. Mas, ouvindo-os, registando factos, tive a oportunidade de proceder a análises e sínteses que permitiram situar-me melhor perante a problemática global de um país que enfrenta desafios colossais e dramáticos.

Não tenho resposta para a pergunta costumeira: o que vai acontecer na URSS nos próximos meses?

Não faço previsões a médio, sequer a curto prazo. Não esboço inclusive cenários. O desenvolvimento da grande crise aparece-me como imprevisível. As respostas entram no domínio da imaginação.

*
* *

Cheguei a Moscovo numa Primavera adiantada. Nunca conheci ali Abril igual a este. A neve já havia fundido, as árvores principiavam a despontar e o sol, brilhando num céu quase sem nuvens, aquecia a grande cidade (9 milhões de habitantes), pondo fim a um Inverno baço e triste.

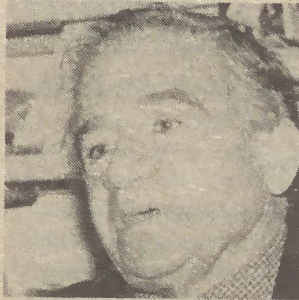
Reencontrei uma Moscovo tranquila no que se refere à imagem das ruas, com as pessoas a caminharem sem pressa, fruindo a doçura do tempo.

Na sua teimosa e quase diária exibição de imagens de arquivo, a RTP transmite a ideia de que as grandes manifestações e protestos fazem parte do quotidiano moscovita. É falso. No rolar dos dias, Moscovo é uma cidade serena, de fisionomia pacata.

A tensão é real, mas não ostensiva. O forasteiro ocidental não a capta no primeiro contacto. Ela está nos jornais, na televisão, no discurso político, mas não (habitualmente) nas ruas.

Estava preparado para descobrir um panorama de intermináveis bichas. Vi menos do que esperava. As prateleiras dos grandes armazéns apresentavam-se quase vazias. Mas nas lojas comuns que vendem **produtos** — como ali se diz — havia carne, peixe, legumes, lacticínios, mercearias variadas. Os preços tinham subido brutalmente no dia 2 de Abril, véspera da minha chegada. Assisti assim ao choque que deveria criar condições para o funcionamento da economia de mercado — hoje uma palavra-chave exaustivamente citada, mas com significados e intenções diferentes e até antagónicas.

O efeito não correspondeu minimamente à expectativa do Governo e dos consumidores. Os aumentos oscilaram entre 200 e 300 por cento. Os salários não acompanharam a alta; o fim dos preços subsidiados implicava na lógica da medida uma redução a médio prazo do consumo, na fidelidade à lógica da economia de mercado. Os reajustamentos salariais ficaram, contudo, abaixo das previsões: 60 rublos mensais para os membros da força de trabalho activa e



MIGUEL
URBANO RODRIGUES

65 rublos para os reformados (a pensão média é de 120 a 130 rublos). Muito pouco num país onde o nível da pobreza se situa, na definição oficial, abaixo dos 175 rublos por mês e o salário médio é de 240.

Pior do que a alta dos preços foi a decepção provocada pela permanência das falhas no abastecimento, sobretudo de produtos essenciais. Muita gente estava convicta de que a subida dos preços levaria a um imediato aumento da oferta. Mas os produtos mais procurados não apareceram; a abundância não chegou. Os cartões de racionamento (açúcar, certas carnes, vinho, vodka, etc.) vão persistir por tempo indeterminado. As bichas não desapareceram.

As horas consumidas nessas filas geram tensão, fadiga, e desgaste psicológico, criam problemas familiares complexos, obrigam a uma organização dos tempos livres que rouba horas ao descanso dos trabalhadores.

A insatisfação é incalculável. E, contudo, o cidadão soviético consome ainda mais carne *per capita* do que o português. A dieta alimentar continua no país a ser satisfatória, o consumo de calorias diárias não é muito inferior ao dos países da Europa Ocidental. Pode-se também afirmar que o povo se apresenta bem vestido e bem calçado. Soube que isso implica difíceis equilíbrios nos orçamentos caseiros e o recurso cada vez mais frequente ao duplo emprego ou a trabalho suplementar. Mas essa é outra questão.

Convidado a jantar por um casal de reformados (ambos intelectuais) comi optimamente. Recebem em conjunto uns 600 rublos. O apartamento é médio — sala, um quarto, escritório, cozinha, quarto de banho, marquise — e está impecavelmente arranjado. A mesa, farta, era imagem da tradicional hospitalidade russa: muita variedade de frios e saladas, um excelente *borsh*, pasteizinhos recheados, peru, um bom vinho branco, doces e chá.

No Sul encontrei a abundância. Pelo menos em Tashkent e Samarcanda é imediatamente identificável. Mas a pobreza também. A Ásia Central faz parte de outro mundo.

O discurso oficial continua ali marcado pelo optimismo. Não se ouvem queixas. Mas a insistência na promessa de que tudo vai melhorar em breve não parece impressionar a opinião pública.

*
* *

Já conhecia as polémicas na imprensa. Pude acompanhá-las melhor. Fazem estrondo, pesando na conjuntura política.

Nunca vira na URSS tantos jornais. Em bancas de

hotéis contei por vezes mais de duas dezenas de títulos, entre diários e semanários, excluindo as revistas. Assisti-se a uma inflação de jornais que deixa transparecer a violência do confronto no terreno das ideias.

A oposição acusa o governo de praticar uma política de sabotagem da liberdade de informação. Algumas folhas afirmam que tudo está a voltar à antiga e acusam o Estado e o PCUS de manobras intimidatórias contra jornalistas **democráticos e progressistas**.

O significado de qualificativos como esses varia, porém, muito na URSS. Depende de quem as usa. Os redactores dos programas de televisão «A 5ª Roda» e «Antes e Depois da Meia-Noite» dizem-se vítimas de perseguições trágicas (sic), mas nas suas críticas ao governo e ao Partido Comunista recorrem a uma linguagem destemperada, inimaginável em Portugal no debate político. O primeiro-ministro Pavlov recebe de alguns jornais um tratamento no qual o insulto se torna rotineiro. O próprio Mikhail Gorbachev é alvo de críticas devastadoras, de uma violência verbal crescente. Pelo seu lado, a imprensa próxima do governo ou com ele identificada responde quase no mesmo estilo.

A revista «Ogoniok», que em Portugal é citada como publicação «progressista», tais coisas tem escrito a respeito do marechal Dmitri Yassov que este sugeriu que o seu director, Vitali Korotitch, actua como porta-voz dos serviços secretos norte-americanos. O secretário-geral do PC da Rússia, Polozkov, reagindo a uma intensa campanha contra o Partido, escreveu no diário «Sovietskaya Rossia»: «Acreditem-me, em parte alguma do mundo existe hoje uma imprensa anticomunista tão carregada de ódio como a dos nossos **democratas**».

Os jornais vendem-se menos. A quebra das tiragens (ainda as maiores do mundo) tem muitos motivos, a principal pela falta de papel, mas o principal é o desinteresse do público. O «Pravda» caiu de 10 milhões de exemplares para 3,4 milhões. O «Izvestia» (mais incisivo nas críticas ao Poder) deu também grande tombo, descendo para 4,7 milhões. A imprensa da oposição não conseguiu, porém, ocupar o espaço perdido pelos dois tradicionais diários. A revista «Ogoniok», cuja linha editorial se caracteriza por um exacerbado anticomunismo, perdeu este ano 60% dos assinantes.

Os diários de maior tiragem sofreram menos, mas viram o seu prestígio declinar. O «Trud», órgão dos sindicatos (20 milhões), consegue segurar os leitores graças a uma informação abundante sobre problemas específicos dos trabalhadores; o «Komsomolskaya Pravda» (18,3 milhões) passou a explorar um tipo de sensacionalismo que está na moda entre a juventude. O sensacionalismo é, aliás, o grande filão do recordista das tiragens, o semanário «Argumenti e Faty» (24,1 milhões).

Dos novos jornais criados pela oposição, pouquíssimos ultrapassam o patamar de vendas que garante a sobrevivência. São gazetas instáveis. Nasceram e morreram numa atmosfera de quase anonimato. Muitos fecham por insolvência e o país não dá por isso.

Quantos foram lançados desde o início da **perestroika**? Não obtive respostas coincidentes. Talvez um milhar. O fenómeno é inseparável da mentalidade prevalecente, da atmosfera de insegurança, da ingenuidade de largos sectores da população, de frustrações pessoais que tornam o tecido social permeável a comportamentos anarquizantes e aos apelos mais absurdos.

Outra situação inédita: os jornais de domingo somente chegam às mãos dos leitores à segunda-feira porque os funcionários dos correios se recusam a distribuí-los, alegando que a jornada é de descanso.

A inflação de partidos também impressiona o visitante que retoma contacto com a vida soviética. Quantos se formaram ao abrigo da nova legislação?

Não encontrei quem me soubesse responder com segurança.

«Ninguém o poderá fazer, porque a legalidade de alguns é mais do que duvidosa» — disse-me um deputado do Soviete Supremo. «Admito que existam (excluindo as Repúblicas) uns 50 ou 60. Nasceram como cogumelos e morrem como flores em campo de trigo. São suficientes escassos milhares de assinaturas para se formar um partido político. Muitos nem emitem cartões para os seus membros. É uma confusão dos diabos.»

Que representam esses partidos na vida da União?

O peso da oposição é muito grande, mas o dos seus partidos, considerados isoladamente, é pequeno, com excepção do Grupo InterRegional constituído no Soviete Supremo e que se define como porta-voz da tendência radical da **perestroika** e da vontade de transformação democrática da sociedade. Na prática, o único denominador

EM FOCO

comum entre os seus membros é a vontade de destruírem rapidamente as estruturas da propriedade social através da privatização total da indústria, dos serviços, da agricultura. Por outras palavras, o desejo de uma sociedade inspirada por modelos do capitalismo neoliberal.

Que líderes despontam nessa autêntica direita que proclama ser a vanguarda do progresso? Até agora o único dirigente político que apareceu como alternativa a Mikhail Gorbachev foi Boris Eltsin. No início da perestroika era membro do CC e do Politburo, afirmava as suas convicções políticas e na Europa Ocidental era apresentado como «o braço direito de Gorbachev». Hoje preside como independente ao Soviete Supremo da Federação Russa. Rompeu com o PCUS, exige a demissão de Gorbachev, assume-se como inimigo do Socialismo e actua como líder das forças cujo objectivo estratégico é a restauração do capitalismo na Rússia (após a desagregação da União das 15 Repúblicas federadas).

São poucas as personalidades políticas com prestígio em toda a União. Aquelas de que mais se fala conquistaram uma audiência que em muitos casos se limita ao círculo de leitores do jornal onde pontificam. É o caso do prof. Alexander Tsipko que o «Notícias de Moscovo» se esforça por lançar como ideólogo.

Cito-o por ser um exemplo típico de oportunismo. «Tsipko — contou-me um escritor — era um obscuro funcionário, de poucas falas, incharacterístico. Sabíamos que cumpria tarefas ligadas à propáganda no sector das relações internacionais. Um simples repetidor de dogmas. De repente fizeram dele um exegeta do marxismo, um adversário do leninismo. Insistiu em pôr em causa não Stalin, mas Lénine. Fulminou a Revolução de 17 com os seus anátemas. Não tardou que a imprensa estrangeira, impressionada, promovesse esse homem a grande pensador. Agora escreve no «Notícias de Moscovo» como cardeal das forças que combatem no plano ideológico o Socialismo. Este tipo de político aparece sempre, em qualquer país, em épocas de crise.»

*
**

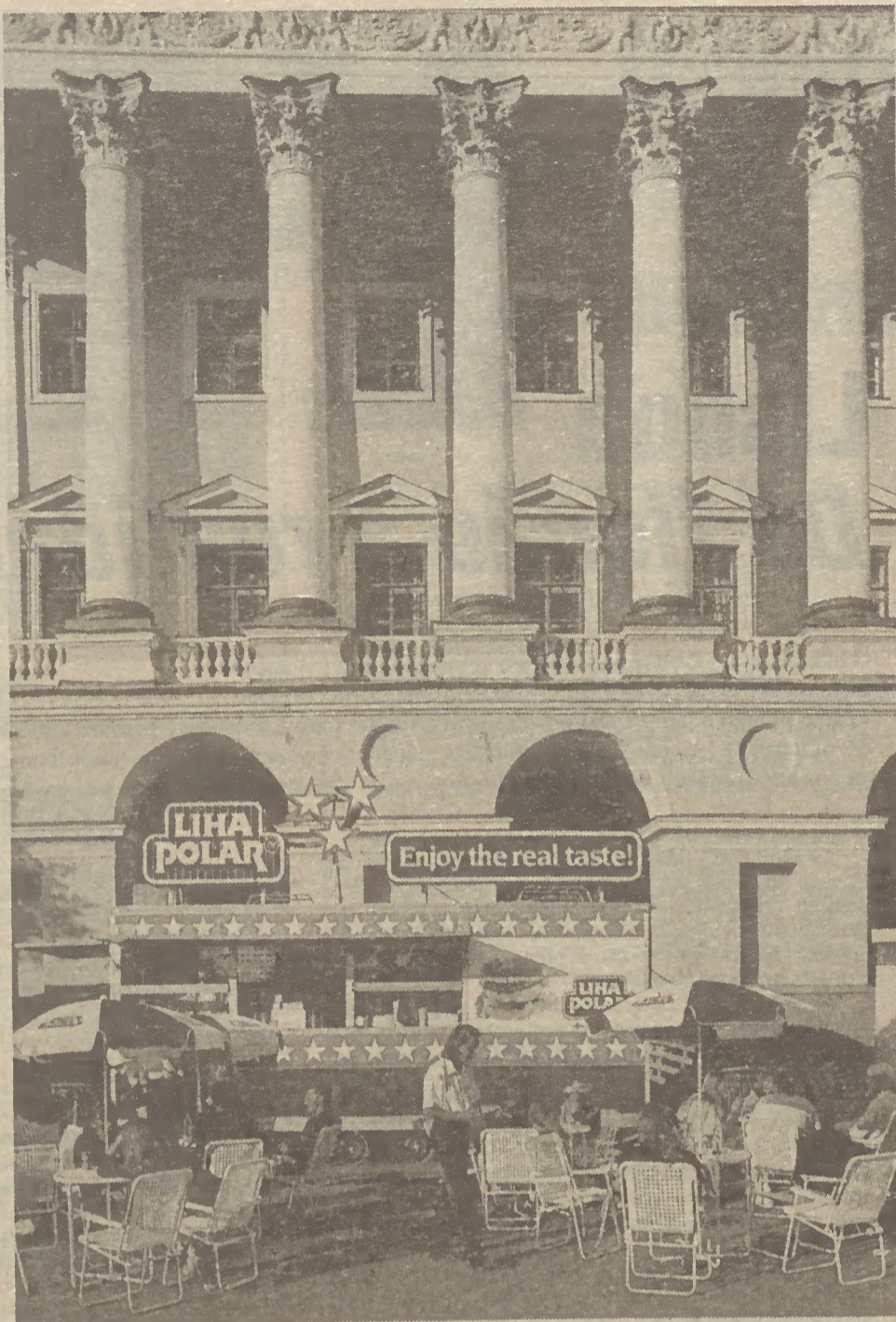
Na Páscoa russa — comemorada de acordo com o calendário Juliano, ou seja depois da Páscoa católica — houve missas e cerimónias em muitas igrejas da Rússia. Eltsin compareceu em Moscovo a uma delas.

Não se lhe conheciam tendências cristãs, mas a televisão mostrou-o num templo ortodoxo, em profunda concentração pascal.

Ao revisitar as catedrais do Kremlin vieram-me à memória essas imagens. Não sou religioso, mas sempre respeitei aqueles que o são. Respeito que não é extensivo a gente que corteja demagogicamente a Igreja, para daí extrair benefícios eleitorais.

As catedrais do Kremlin de Moscovo, como as de Zagorsk são altos lugares de Cultura onde as pedras, as colunas, os ícones, os frescos, os túmulos ajudam a compreender, quase a ver, a caminhada lenta, por vezes trágica, do povo russo nos séculos em que a nacionalidade se formou e definiu.

É um insulto à História meter a política nas naves dos templos. Agora, entretanto, isso faz-se com frequência na URSS. Aliás, o próprio discurso dos guias altera-se com frequência nos roteiros turísticos. Em Leninegrado ouvi uma senhora enaltecer as virtudes do czar Nicolau II, «preso em Fevereiro de 17 quando regressava de uma visita às suas tropas na frente de batalha, feita no cumprimento do dever». Depois afirmou que fora «assassinado em Ekaterinburgo, por ordem de Lénine». Assim se conta a História...



Ao contemplar o trono de Ivan, o Terrível na Catedral da Ressurreição, eu tinha nas mãos um exemplar do semanário «Notícias de Moscovo» onde abundavam os elogios ao capitalismo e os ataques ao socialismo. No primeiro ano da perestroika gostei do jornal. Mudou rapidamente. Agora faz da revolução cubana alvo de diatribes, não hesita em elogiar os contras de Miami... Dizem-me que se tornou uma empresa mista com participação de capital estrangeiro.

Na penumbra da catedral da Anunciação, olhando quadros de Andrei Rubliov pintados numa época em que os czares pagavam ainda tributo aos khans mongóis, lembrei-me de visitas anteriores ao Kremlin quando os guias falavam ainda com orgulho da ponte entre o passado e o presente, assumindo o legado da Revolução de Outubro. O discurso tinha notas de ingenuidade, mas não chocava, contrariamente a alguns que ouvimos hoje.

Em Moscovo os nomes de algumas ruas mudaram. A Gorki voltou, no seu trecho mais central, a chamar-se Tverskaia. Algumas cidades também retomaram os antigos nomes, como Ninji-Novgorod e Samara. Certas alterações são compreensíveis; outras reflectem a pressão ideológica, a cedência à moda.

Em Leninegrado acompanhei com interesse o debate sobre a possibilidade de a grande cidade heróica voltar a ser São Petersburgo. A oposição dispõe de maioria no Soviete local que corresponde à Câmara Municipal. Neste caso a questão do nome é muito polémica. Não falta quem invoque Pedro I para atacar Lénine. E, contudo, Pedro foi, como estadista do início do século XVIII, um notável revolucionário; pelo pensamento e pela obra, tudo o separa daqueles que hoje fulminam o socialismo com as suas diatribes.

Alguns sectores da oposição que se diz democrática e progressista também lutam pela mudança da bandeira; pretendem ver restabelecidas as antigas cores, embora sem a águia imperial bicéfala. Querem igualmente outro hino... Não percebem que Eltsin está nos antípodas de Pedro.

*
**

Rever Leninegrado é sempre uma oportunidade para o diálogo com a História. Existe ali uma interacção subtil entre os homens e as pedras. A cultura acumulada, presente nas catedrais, nos palácios, nas fortalezas e pontes, nas frontarias da avenida Nevsky, na prodigiosa pinacoteca do Ermitage faz da antiga capital da Rússia um mostruário especialíssimo do povo que, contrariando as leis da História,

passou em salto vertiginoso da Idade Média para o século das luzes sem apagar as contradições entre a barbárie e a modernidade.

Leninegrado, lição de arte, é também uma incomparável lição de política, de sociologia, de História. A dimensão do sonho de grandeza concretizado em Petersburgo não fez desaparecer na imensidão do país o obscurantismo, a violência contra o povo, uma ordem social assente na institucionalização da injustiça. Quando percorremos os salões do antigo Palácio de Inverno ou mesmo a galeria dourada de Tsarkoie Selo, os palácios da coroa portuguesa aparecem-nos como coisa pequena e pobre ao lado dos erguidos pelos czares da Rússia quando a servidão era alicerce do poder do Estado autocrático. As contradições de Leninegrado facilitam o entendimento de muitos absurdos do presente.

*
**

Dois ou três deputados que estiveram ligados ao PCUS tornaram-se recentemente membros de um fantasmático partido monárquico, defensor da reposição no trono de um rei. Ouvi contar o episódio enquanto atravessava as salas dos pintores flamengos (os Rembrandt são 29) no Ermitage. Sentia-me no século de ouro da Holanda. Foi então que, já distanciado, noutra sala, entrevi de uma janela o Neva. O rio tutelar, caudaloso, arrastava os últimos blocos brancos do degelo primaveril.

Que pensar naquele lugar da oratória de Eltsin, da futurologia de professores como Alexander Tsipko, dos parlamentares que subitamente descobrem a superioridade da realeza?

Abrangendo com o olhar a Praça do Palácio — uma das mais harmoniosas estruturas urbanas da Europa —, via nuvens esgarçadas correndo sobre a estátua de Alexandre I. Em baixo, grupos de turistas passavam sob o arco e perdiam-se na vastidão do recinto.

Não me foi necessário fechar os olhos para inverter a marcha dos ponteiros do tempo. Acudiam-me trechos de livros que contribuíram para fazer de mim um comunista. Revia sem esforço cenas da jornada do Ano 17 que mudou no mundo o rumo de uma parcela da humanidade.

Permaneciam em mim, gravadas, imagens do filme de Serguei Eisenstein, as relativas ao momento em que soldados, marinheiros e operários revolucionários de Petrogrado irromperam na Praça maravilhosa e simbólica e iniciaram o assalto ao Palácio de Inverno. Foi como se reboasse nos meus ouvidos o tiro do «Aurora» que ficou na História como instante primeiro da Revolução de Outubro; foi como estivesse a ver Antonov Ovsenko, na frente da multidão proletária, caminhando, com passada larga, para os portões de ferro da entrada lateral.

São Petersburgo-Petrogrado-Leninegrado... Nas polémicas em torno do nome da cidade-berço de Outubro, o que me choca é a estupidez dos argumentos de quem faz do desejo de mudança a catapulta da contra-revolução ambicionada.

Transcorrida uma hora, passeando no cais onde permanece ancorado o «Aurora», a minha sensação de absurdo era ainda mais forte. Os canhões do cruzador-museu, participante da guerra contra o Japão em 1905, depois personagem e testemunha da Revolução de Outubro, voltaram a troar em 1941 quando o exército alemão fechou as tenazes do cerco sobre Leninegrado. Olhava o navio e ele parecia-me um ser vivo.

O sol, em declínio, arrancava feixes de luz da agulha dourada da Fortaleza de Pedro e Paulo. Foi naquele lugar que em 1703 nasceu a cidade, como janela sobre o Báltico, durante a luta contra a Suécia na longa e sangrenta guerra do Norte. Também então não havia respostas para o futuro. Tudo era incerto. Também no início do século XVIII a Europa fazia vaticínios loucos sobre o caminhar da Rússia. Não se cumpriram.

*
**

No dia em que revi Leninegrado o rublo perdeu um quarto do valor no mercado de câmbios; o dólar turístico passou a valer 27 rublos.

No meu hotel, jovens alemães e norte-americanos festejaram o acontecimento. Sentiam-se milionários. Pensei que há meia dúzia de anos um rublo valia 220 escudos; agora a sua cotação ronda pelos 5 escudos...

«Como acontecem estas coisas?» — perguntou-me uma moça de Nebraska, estudante de História. Respondi-lhe que um dia de conversa não seria tempo bastante como prólogo a uma tentativa de explicação do rumo da perestroika. E acrescentei apenas: «Eu também saudei com entusiasmo a perestroika.»

*
**

Quando o meu grupo entrou na cripta, saía dela uma jovem loura e bonita. Enxugava os olhos, incapaz de esconder a emoção.

Que sentira ela no fundo do impressionante mausoléu que eterniza no mármore, à entrada de Leninegrado, a

gratidão da cidade aos heróis do cerco de 41-44 que travaram o avanço do exército alemão? Nunca saberei.

Por que princípios e valores se bateram os defensores de Leninegrado, com uniforme e sem farda?

Afagando o mármore e o granito do mausoléu onde arde permanentemente uma chama votiva não procurei a resposta. Reflecti sobre a contradição entre o comportamento dos visitantes que prestam, comovidos, homenagens à geração que barrou o caminho ao mais poderoso exército então existente no mundo (foram 900 os dias do cerco) mas que, simultaneamente, propõem, como coisa naturalíssima, o regresso a São Petersburgo e a mudança da bandeira e do hino da União Soviética, bem como a instauração, no país, do capitalismo.

*
* *

Assisti em Moscovo a uma sessão do Soviete Supremo da União. Discutia-se a temática da privatização.

Escutei vários discursos. Um deputado analisou demoradamente os efeitos sociais do processo privatizador. Debateram-se questões que soam estranhamente no Ocidente. Subjacente ao debate, uma entre muitas interrogações: pode ou não um empresário ser um empregador na URSS? Pode ou não extrair mais-valia de uma força de trabalho dele dependente?

Segundo apurei, pouquíssimo se avançou ainda nesse terreno movido e polémico das privatizações, não obstante as mesmas serem defendidas pela grande maioria dos deputados. A mãos privadas passaram lavandarias, alguns restaurantes, empresas de artesanato, pequenos serviços. Fez-se muito barulho, mas os resultados não têm sido estimulantes.

Não contosto, longe disso, as vantagens da complementariedade da propriedade social e da privada e as que podem resultar da privatização de certos serviços prestados por pequenas empresas. Mas na URSS, numa conjuntura de crise global, o balanço do pouco que se fez não é encorajador.

Para uma parcela significativa da população do país, a **perestroika**, tal como a definiu o PCUS em 1986, entendida como projecto revolucionário orientado para o aperfeiçoamento do socialismo, não serve. A **boa perestroika**, para esses sectores, só pode ter uma meta: a **restauração do capitalismo**.

O problema fulcral da tempestade cujas vagas abrem rimbos na grande nave soviética está nessa contradição.

A ele voltarei.

*
* *

Escrever sobre o que se sente, ouve e vê na URSS neste ano de 1991 implica, para um comunista, entre muitos outros riscos, o da impossibilidade de transmitir em sínteses breves a imagem de uma realidade social marcada pela continuidade geográfica mas também por uma evidente descontinuidade no desenvolvimento da história, da economia, de culturas que durante séculos seguiram caminhos separados e mesmo divergentes. Não escrever é, contudo, pior do que captar e transmitir com erros e insuficiências o filme da vida. Por isso, ao regressar de uma rápida visita à URSS assumo mais uma vez o risco de falar sobre um país a respeito do qual os nossos *media* (com destaque para a RTP) teimam em divulgar notícias(?) e opiniões que envolvem com frequência julgamentos absolutos. Por isso, no primeiro de dois textos tento esboçar situações e aspectos menos iluminados do quotidiano soviético tal como o captei. É um depoimento pessoal onde o subjectivo funciona como alavanca para melhor entendimento do objectivo-depoimento de quem, no esforço para apreender os problemas de qualquer povo e analisar processos de revolução e contra-revolução, se habituou a considerá-los não em função do circunstancial, mas sim na perspectiva da longa duração da História.

Por isso mesmo não sou pessimista. Mantenho, como comunista, intacta a minha confiança no Socialismo. A grave crise soviética não é, não será remédio para os males incuráveis do capitalismo. Acredito que no movimento da História o capitalismo está condenado. Não sobreviverá porque a sua lógica assenta na inaceitável exploração do homem pelo homem.



Lisboa Da ficção à realidade

«Duas horas de Lisboa ao Porto em comboio daqui a 4 anos.»

Eis a mais recente, e bem amplificada, promessa do Governo.

«Tanto quanto o tempo gasto na deslocação diária para o trabalho», pensarão, inconformadas, as centenas de milhares de pessoas que diariamente se sujeitam à viagem nas linhas suburbanas de Sintra e Azambuja ou aos intermináveis engarrafamentos nos vários acessos dos concelhos vizinhos à cidade de Lisboa.

As muito repetidas palavras do discurso oficial de Cavaco Silva e do seu Governo — «crescimento, modernização, progresso» — e a infindável lista de promessas diariamente divulgadas são, porém, incapazes de iludir a enorme e aguda concentração de problemas e carências socioeconómicas acumuladas.

Passados mais 4 anos, subsistem e agravaram-se problemas, alguns dos quais com expressão dramática que afectam o conjunto do distrito, as possibilidades do seu desenvolvimento, a vida de mais de 2 milhões de habitantes.

Desemprego, pobreza, insegurança, dificuldades de acesso aos enormes serviços de saúde, degradação das condições de ensino, enormes carências habitacionais, degradação ambiental, ruptura do sistema de circulação, acessibilidades e transportes. O distrito de Lisboa aí está para fazer esboroar o castelo de êxitos que em redor da política de Cavaco se procura construir.

Ao rol de indicadores de crescimento profusamente amplificados pela máquina de propaganda do Governo não lhe correspondem de facto ganhos de qualidade na vida da população, objectivo primeiro de uma política que se queira de desenvolvimento e justiça social.

O mundo de ficção, criado pela propaganda mistificadora do Governo, confronta-se com a real e iniludível dureza do quadro de vida diariamente suportado pelos que vivem e trabalham no distrito.

Protelamento de obras, abandono de projectos e realização, chocante inversão de prioridades nos investimentos, incuria: este é o saldo pouco invejável, resultante de quatro anos de Governo PSD.

A febril repetição, a 4 meses do termo do mandato, de promessas de obras não realizadas em 4 anos é necessário contrapor os sucessivos adiamentos a que têm sido sujeitos obras e melhoramentos indispensáveis com as inevitáveis repercussões. Três exemplos:

A ruptura nos transportes ferroviários suburbanos que martiriza diariamente mais de 150 mil pessoas nas suas deslocações, decorrente do arrastamento de obras e melhoramentos (de que são exemplo a quadruplicação da linha de Sintra, a remodelação das estações da linha de Azambuja, a instalação do sistema de segurança de circulação na ferrovia) do adiamento de investimentos (de que são exemplo os prazos de entrada em circulação das novas composições da linha de Sintra), do atraso na execução do plano de modernização ferroviário aprovado pelo Governo em 1988 e que apresenta uma taxa de execução inferior a 30%.

A caótica situação na circulação rodoviária nos acessos a Lisboa brutalmente agravada nos últimos anos com o sucessivo adiamento de obras fundamentais como sejam as Circulares Regionais (a CRIL com conclusão prevista para 1993 praticamente ainda não iniciada) e as novas Radiais de Odivelas e Pontinha.

O elevado défice da Rede Escolar devido ao persistente ignorar da inscrição de verbas para a construção de novas Escolas preparatórias e secundárias (Alto de S^{ta} Catarina, S. Julião de Oeiras, S. João da Talha, Bobadela, Moinhos da Funcheira, entre outras) ou a definição de prazos dilatados para conclusão de outras (S. António dos Cavaleiros, Camarate, Patameiras).

Ao rosário de novas promessas meticulosamente programadas para obter a maior eficácia eleitoral possível contrapõe-se uma lamentável e significativa listagem de projectos, obras e realizações necessários inexplicavel-

mente abandonados pelo Governo. Registe-se, no sector da Justiça, o abandono da construção dos Tribunais Judiciais de Loures, Cascais, Mafra e Amadora. Ou na Saúde onde, em ambiente eleitoral o ministro acaba de anunciar a construção de novos Centros de Saúde justamente no mesmo ano em que o Governo abandonou a criação de 6 dos 8 Centros de Saúde (dos 30 que o distrito carece) que até agora tinham constado das intenções expressas em Orçamento do Estado.

A apresentação pelo Governo de algumas realizações de fachada para funcionarem como montra de eficácia não pode igualmente passar sem que se denuncie a inversão de prioridades sociais que algumas constituem.

As 3 inaugurações já calendarizadas para os meses de verão do novo troço do AE do Estoril impõe-se a demonstração das vantagens incomensuravelmente maiores que teria constituído a construção das 2 circulares Regionais de Lisboa (CRIL e CREL) sacrificadas à obcecada política de Auto-Estradas do ministro Amaral.

Ou a denúncia de que as verbas até agora dispendidas na construção do Centro Cultural de Belém (de facto a primeira prioridade do Executivo de Cavaco no distrito) equivalem ao total das verbas destinadas a investimentos nos Orçamentos de Estado (PIDDAC) de 1990 e 1991 em 14 concelhos do distrito onde vive mais de 1 milhão de habitantes (exceptua-se a Cidade de Lisboa devido à incidência de investimentos de natureza estritamente nacional que aí aparecem considerados).

Para o problema social de maior dimensão do distrito, a habitação (mais de 20 000 barracas, 100 mil fogos em avançado estado de degradação e 50 000 famílias vivendo em sobrelotação, 240 000 habitantes em bairros clandestinos), o Governo destinou a ridícula verba de 340 mil contos para a promoção directa de habitação social.

Regista-se, ainda, a pia intenção de Cavaco Silva, amplamente divulgada, de aumentar em 2100 o número de camas destinadas a pobres do distrito: exemplo de uma política de anúncios caritativos visando ganhar votos e disfarçar as feridas profundas causadas pela política de classe do Governo PSD.

Desta realidade emerge a necessidade de mudar de política, de substituir esta política geradora de desigualdades, injustiça e pobreza por uma política democrática que tenha como preocupação dominante a resolução dos problemas da maioria dos portugueses.

As eleições legislativas são uma oportunidade de mudança que importa aproveitar.

De peso expressivo no todo nacional e também nos problemas que enfrenta, o distrito tem igualmente um contributo significativo a dar nas próximas eleições legislativas para a derrota do PSD, da sua política e do seu Governo.

Com mais de 20% dos eleitores e cerca de 30% da votação da CDU no conjunto do país, aos comunistas da Organização Regional de Lisboa colocam-se acrescidas responsabilidades na batalha eleitoral já iniciada.

Com consciência das dificuldades impostas pela utilização pelo Governo de meios e recursos públicos para se procurar perpetuar no poder mas também com a confiança resultante da justeza das suas posições e propostas, a OR Lisboa do PCP trabalhará para estar à altura do contributo que lhe é pedido para derrotar a direita e assegurar uma alternativa democrática à actual política. No interesse do país e da população do distrito.

«O distrito de Lisboa aí está para fazer esboroar o castelo de êxitos que em redor da política de Cavaco se procura construir.»



JORGE CORDEIRO
Suplente do CC
e membro do
executivo da DORL

O regresso das «semanas sociais»

■ Jorge André



Serviço Militar Feminino

A Constituição da República Portuguesa afirma no seu Artigo 276.º n.º 1 que «A defesa da Pátria é direito e dever fundamental de todos os portugueses» (o sublinhado é nosso).

Na C. R. P. é também reconhecida à mulher a plena igualdade de direitos e de acesso a todos os cargos e profissões.

É dentro desta lógica que os deputados comunistas, juntamente com os de todos os outros partidos, votaram favoravelmente a nova redacção do Art.º 42.º n.º 3 da Lei do Serviço Militar, onde se afirma: «O diploma previsto no número anterior fixará designadamente as classes, as armas e serviços e as especialidades em que possa ser prestado **serviço militar feminino em regime de voluntariado**» (sublinhado nosso).

Está, pois, consagrado em Lei da República mais um direito da mulher: o do acesso ao último bastião tradicionalmente reservado aos homens, as Forças Armadas.

Cabe agora ao Governo preparar as Forças Armadas para que estas possam receber elementos do sexo feminino.

Para isso há que fazer o levantamento de todos os problemas inerentes à presença de mulheres nas fileiras e estudar a melhor solução para cada um deles.

A experiência nacional é, neste campo, muito pequena: enfermeiras pára-quadistas, médicas militares e um caso de uma mulher piloto aviador.

Já a experiência doutros países é mais ampla e parece apontar para a completa igualdade de acesso de homens e mulheres a todos os postos e a todas as especialidades, excepto as que exijam entrada em combate ou considerável esforço físico.

É esta a situação, com diferentes cambiantes, em praticamente todos os países da NATO.

Os comunistas defendem umas Forças Armadas «inteiramente dedicadas à defesa da independência e soberania nacionais e da integridade do território contra quaisquer ameaças externas, apoiadas em doutrina da defesa própria, assente no serviço militar obrigatório em condições dignas que valorizam a juventude» (do Programa do PCP aprovado no XII Congresso).

Ao apresentar à Assembleia da República a sua proposta de alterações à Lei do Serviço Militar, o Governo de Cavaco Silva procurou essencialmente colher dividendos eleitorais.

Centrando a discussão na propalada que não efectiva redução do S. M. O. a 4 meses, fugindo à definição dos Conceitos Estratégico de Defesa Nacional, e Estratégico Militar, do Sistema de Forças e do Dispositivo, o PSD tinha em vista o ganhar votos e nada mais.

É natural que a abertura do Serviço Militar às mulheres siga esta mesma lógica.

A ser assim, através do pretexto da igualdade de acesso, estaríamos a assistir (e a publicidade empolada dada a esta alteração parece indicar isso mesmo) a uma tentativa do Governo em atrair as mulheres para as Forças Armadas, como se de novas profissões se tratasse, o que, além do mais, teria a vantagem de cobrir a mais que provável falta de voluntários necessários para suprir as falhas provocadas pela redução do S.M.O.

Há que estar atento!

■ MC

No âmbito das comemorações do primeiro centenário da encíclica «Rerum Novarum», o episcopado português chamou a si o relançamento das «semanas sociais», coroa de glória da antiga Acção Católica. Sem que aplaudamos ou critiquemos, importa reconhecer que a importância da decisão não pode ser minimizada. Trata-se de um indicador seguro das perspectivas ideológicas do episcopado português, na sua actual composição.

No início dos Anos 40, embora a expressão «aggiornamento» ainda não tivesse sido assimilada pela doutrina da igreja havia, nos meios católicos, a clara consciência de que alguma coisa seria necessário fazer-se para modernizar a intervenção da igreja no mundo circundante. Com um leque de documentos doutrinais extremamente reduzido (praticamente limitado à «Rerum Novarum»), a hierarquia apercebia-se da necessidade de impulsionar uma igreja que rapidamente mergulhava nas águas paradas do imobilismo, das situações de privilégio negociadas com os poderes políticos e do anacrónico passadismo religioso.

Assim nasceram, em 1940, as «semanas sociais» da Acção Católica Portuguesa. Funcionaram como preciosas escolas de formação de quadros e estabeleceram a verdadeira rampa de lançamento de estratégias que, mais tarde, viriam a desembocar na criação da Universidade Católica ou na dinamização da vida dos seminários.

As «semanas sociais» pretendiam aquilo que, alguns anos depois, foi definido como mudança na continuidade. Cultivaram uma relação a que os teólogos chamam a «dialéctica entre o púlpito e o altar». No púlpito, todos os métodos de comunicação se devem ir adequando aos tempos. No altar, tudo permanece imutável através dos séculos. Portanto, na perspectiva de mudança das «semanas sociais», a tradicional relação entre o clero e o laicado católico devia ser selvaguardada. As mudanças deviam vir «de cima», das cúpulas episcopais.

Naquela época — e em função destes princípios gerais — a Acção Católica Portuguesa conseguiu organizar o laicado em função de um esquema contraditório sabiamente equilibrado: as organizações laicas dispunham de um meio poder de decisão mas deviam obedecer rigorosamente, em última instância, à cadeia hierárquica da igreja.

Poucos anos passaram antes que os efeitos desta contradição de fundo se fizessem sentir. Nos inícios da década de 60, já a ACP era um pálido reflexo do projecto inicial. As organizações que a integravam tinham-se cindido em duas áreas distintas: umas, defendiam a autonomia laical; outras, submetiam-se inteiramente ao poder eclesiástico.

A igreja mergulhou, de novo, numa crise que, afinal, a intervenção da ACP apenas tinha feito esquecer. Foi a perda de dezenas de paróquias rurais e urbanas, a deserção maciça de dezenas de sacerdotes, a desertificação dos seminários, etc.

Foi então que sobreveio um acontecimento histórico que os católicos certamente classificarão como providencial: o Papa João XXIII convocou os cardeais para o Concílio Vaticano II e a igreja universal iniciou um processo de análise das suas próprias posições face ao mundo moderno.

A igreja portuguesa nada teve a ver com esta corajosa tomada de posição, a primeira a romper com os muros que sempre isolaram a Santa Sé. Em cerca de três anos, a igreja produziu mais documentos de doutrina social do que nos séculos anteriores.

Absurdo seria que tentássemos reproduzir aqui as principais conclusões conciliares. Digamos, somente, que o Vaticano II apontou para a urgência da igreja reatar o diálogo com o mundo e de se revivificar, ainda que com prejuízo dos privilégios tradicionais do clero, através da crescente intervenção dos leigos na vida eclesial. Nas reformas previstas pelo Concílio ressalta a criação de estruturas mistas, de eclesiásticos e leigos que deveriam receber, quando criadas, boa parte dos poderes até então atribuídos aos cleros diocesanos e paroquiais.

Ninguém, como os leigos católicos, viveu a experiência histórica do Concílio Vaticano II. Mesmo em Portugal, onde durante longos anos a abertura conciliar pareceu

ser praticamente ignorada pela hierarquia. A realização do Congresso Nacional dos Leigos, em 1987, provou que milhares de católicos portugueses continuam de olhos postos no verdadeiro «aggiornamento» da igreja. Mesmo que procuremos realizar uma análise objectiva da situação e dos anseios dos leigos católicos em Portugal, seremos obrigados a concluir serem bem diferentes entre si os cenários em que progridem, por um lado, as forças empenhadas em atingir os objectivos das «semanas sociais»; por outro lado, os movimentos laicos que estiveram na base do Congresso dos Leigos. Se assim não fosse, por que debater, agora, o que já se debateu então?

Observadores católicos amplamente divulgados pela Comunicação Social vieram trazer a lume alguns dos argumentos que estarão na base da diferente leitura resultante, quer da proposta de realização das «semanas», quer das decisões reformadoras do Concílio Vaticano II.

Afirmam aqueles observadores que, paradoxalmente, a igreja portuguesa beneficia, agora, dos atrasos relativos com que assimilou o processo conciliar. Os vinte e cinco anos entretanto decorridos teriam permitido aos bispos nacionais realizar uma conversão de mentalidades, no sentido dos propósitos e do espírito do Concílio Vaticano II. Esse processo, uma vez encerrado, permite-lhes daqui para o futuro assumir a condução das reformas eclesiais, coordenar os movimentos laicos e vigiar os eventuais excessos das minorias sociais da igreja.

Se assim for — como alguns pensam que é — estaremos em presença de uma nova tentativa, por parte da hierarquia, de retorno aos métodos que, na década de 40, permitiram o êxito relativo da Acção Católica. Veremos, portanto, acentuar-se o pendor eclesiástico da igreja.

Se assim não for — como é íntimo desejo de muitos — verificaremos que as «semanas sociais» apenas terão em comum com as anteriores o próprio nome. Funcionarão em sintonia com o Concílio e limitar-se-ão a libertar a força enorme que o Movimento de Leigos encerra. Assunto sobre o qual apenas os católicos deverão decidir.



A «nova» ordem internacional e as sanções à África do Sul

Um dos temas mais quentes na análise e no debate da problemática da vida internacional é o da «nova ordem internacional».

O tema ganhou uma actualidade fulgurante com a vitória dos EUA no Golfo.

Os projectores dos mass media iluminaram todo esse espaço geo-político, deixando na escuridão outros espaços, particularmente a África do Sul, onde no dobrar do milénio as angústias e as aspirações dos seres humanos e do povo sul-africano assumem uma dimensão pungente.

No mundo dos nossos dias critérios e valores de grande conteúdo humanista e universal correm sérios riscos de serem traficados no altar dos interesses das grandes potências ocidentais.

Ações militares, grandes campanhas em torno de certas situações como no Golfo, cujo desfecho foi favorável aos interesses de uma grande potência, e cumplicidade, silêncio, «apoio construtivo» noutros casos, não contribuem de modo algum para traçar uma nova ordem, antes se repete o traço grosso e arbitrário da velha ordem mundial.

Toda a gente reconhece a assumida cumplicidade da Administração dos EUA com a direcção racista da África do Sul. E toda a gente sabe que o apartheid foi considerado pela ONU à luz do direito internacional como «crime contra a Humanidade».

E entretanto os passos iniciados por De Klerk, após tanto sangue inocente derramado, não deixando de ser passos, são muito curtos. O mundo mediático criou a ideia que o apartheid já não existe. E no entanto existe. Ainda.

O que de extraordinário aconteceu foi a libertação de Mandela após 27 anos de cadeia. Os partidos políticos interditos foram autorizados. Mas, existem ainda milhares de presos políticos, dezenas de milhar de exilados e não está assegurado o mínimo dos mínimos da democracia, a conquista de cidadania de todo o ser humano que é o voto. Na África do Sul só votam os brancos. Ainda.

As razões que tinham levado a comunidade internacional a decretar sanções à África do Sul, no essencial, mantêm-se. Então pergunta-se: se os presos continuam presos,

se os exilados continuam sem poder regressar, se o povo não pode votar, se há sectores no governo sul-africano que continuam a apoiar a Renamo e a Unita e as suas acções militares desestabilizadoras, por que motivo se levantaram as sanções?

Em Paris, no encontro organizado pelo PCF com representantes do Partido Comunista da África do Sul, Joe Slovo, secretário-geral, considerava que o apartheid não podia prolongar o seu reinado e foi obrigado a negociar, porque por um lado o povo resistia e, por outro lado, a comunidade internacional o recusou.

A conjugação desses dois factores permitiu o início de um processo pacífico que poderá levar a África do Sul a um regime democrático multi-racial. Como gesto de boa vontade o ANC decidiu suspender a luta armada e iniciaram-se negociações. Mas não se avançou o suficiente, tendo como referência o mínimo aceitável pela ONU para se considerarem que já não se justificavam as sanções.

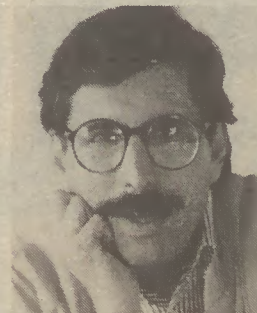
Diga-se em abono da verdade que o sistema do apartheid se mantém quase intacto: a Polícia é exactamente a mesma; as Forças Armadas mantêm-se intactas; o Serviço Civil intocável; os Tribunais como dantes; o Parlamento é igual. As estruturas básicas do sistema persistem sem qualquer beliscadura.

Ora este processo para ser assegurado com êxito necessita da pressão internacional que conduza efectivamente à destruição do apartheid.

Não é completamente líquido que as negociações conduzam ao fim do apartheid. Elas têm servido para que sectores do governo, sobretudo da parte do ministro da Polícia e do Interior, instrumentalizem acções armadas do Inkahata, desencadeando uma violenta perseguição aos militantes do ANC.

Foram criados esquadrões da morte, movimentam-se grupos armados sem que a polícia actue.

Não se trata de um conflito interétnico. O ANC é a organização mais influente entre os Zulus. Trata-se antes de uma manobra que visa desacreditar este processo de transição, tentando fazer crer ao povo sul-africano que



DOMINGOS LOPES
Suplente
do Comité Central

Existem ainda milhares de presos políticos e dezenas de milhar de exilados. Na África do Sul só votam os brancos. Ainda.

depois da libertação de Mandela e da abertura de negociações não se pode viver em paz na África do Sul e que certos passos em direcção à democracia significarão o caos naquele país.

Nestas circunstâncias a decisão da CEE de levantar grande parte das sanções à África do Sul não favorece o processo de negociações, antes vai dar força à política de meias-medidas de De Klerk.

Voltamos à reflexão inicial. O mundo em termos de direito internacional precisa de critérios indivisíveis: não há qualquer ordem internacional justa se o Presidente dos EUA defender e apoiar os dirigentes da África do Sul (Vorster, Botha, De Klerk) e simultaneamente desencadear uma campanha contra Yasser Arafat por não se ter demarcado de Saddam Hussein.

Não se pode falar em «nova ordem internacional» enquanto no extremo sul do continente africano o povo da África do Sul for perseguido, reprimido; enquanto não puder exercer os seus mais elementares direitos democráticos. Até lá as sanções fazem falta.

70 anos de vida 70 anos de história!

As comemorações dos setenta anos de vida e de luta do PCP, realizadas de norte a sul no mês de Março, permitiram-nos ler páginas saborosas e ricas de ensinamentos, mesmo algumas que nos fazem doer muito.

É a História apontando a vida real, transportando nas asas da Primavera as flores da unidade seguras pelas mãos dos homens e das mulheres.

Na página coerência vemos a imagem da dignidade, enriquecendo o ser humano e apontando o rumo certo em direcção à felicidade. Ela esquece os tráfugos porque embacia a luz do sol, empobrece e polui o ambiente.

A coerência dá estatura, portanto, verdadeira dimensão aos homens que durante longas e difíceis caminhadas não se desviaram do seu caminho.

Na página seguinte surge militância, ferramenta fundamental e indispensável para a construção de um Portugal melhor. Quem ler essa página com atenção, encontrará a dedicação e o amor, cunhados, apontando o edifício em construção do bem-estar do nosso povo.

Aos seus olhos surgirão milhares de lutas, conduzidas com visão objectiva, desde a longa marcha iniciada nos subterrâneos da liberdade até aos nossos dias.

É verdade que sentimos fortes dores, mas estas fazem também parte da história. O desfile é longo e nele vemos Alex assassinado numa estrada pela Pide; Militão Ribeiro, antes do assassinio controlado, escrever com o seu próprio sangue uma carta corajosa, num adeus de camarada-irmão; Dias Coelho baleado pela Pide no Bairro de Santo Amaro, Lisboa; José Moreira torturado até à morte na sede da Pide e depois lançado por uma janela, simulando a polícia um suicídio. E tantos outros crimes praticados.

Nessa página figurarão muitos nomes que envolveremos sempre no maior respeito: Bento Gonçalves, Manuel Rodrigues da Silva, Joaquim Pires Jorge; José



Cartas dos leitores

Gregório, Ângelo Veloso, Francisco Miguel, Alfredo Caldeira, Manuel Guedes, Pedro Soares, José Maria do Rosário, Joaquim Rafael, etc., etc.

Naturalmente, surgirão os nomes de muitos camaradas ainda vivos, felizmente, que têm dado o melhor das suas vidas a esta causa justa e bela.

Na página repressão, torturas e prisões funde-se o sofrimento com a coragem, a solidariedade e a esperança marcham com os olhos fixos no futuro. Nesses cárceres sombrios acorda o sorriso feliz quando a fuga audaz leva camaradas para a liberdade na estrada da luta.

Muitas e muitas outras páginas desfilam, são testemunhos da enorme, grandiosa e decisiva contribuição para a conquista da liberdade, marcada nos nossos corações — O 25 DE ABRIL!

Nas páginas sobre este grandioso acontecimento, há duas fases, uma inesquecível e bonita, o calor da alegria que tinha sido roubada ao nosso povo durante 48 anos de domínio fascista. Alegria que só a liberdade sabe transmitir: os comícios, a unidade, as canções, a reforma agrária e as nacionalizações, o sol aquecia todo este ambiente fraternal.

Outra, a ensombrar essas páginas surgiram pessoas que preferiram a companhia dos Carlucci, dos Freitas, dos Mota Pinto, etc. O horizonte foi-se tornando feio, a direita foi trepando, o capitalismo monopolista regressou, a reforma agrá-

ria foi machadada, a sujeira espreita avidamente.

Porém, os 70 anos de vida e de luta comemorados lembram-nos como dever derrotarmos em Outubro do ano corrente a direita no poder. Indica-nos a mensagem lançada sobre a nossa Pátria há 70 anos, isto é, avançarmos sempre para a conquista do bem-estar e da felicidade do nosso povo.

VIVA O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS!

Salvador Amália

«Baixar os braços não é solução»

A igualdade de oportunidades e a justiça social, bradada em alto som pelo Dr. Cavaco e os seus iluminados ministros na RTP, está muito longe de chegar à nossa ocidental praia lusitana.

No caso do ensino, as escolas degradam-se de dia para dia, sem que nada se faça, enquanto se investe em escolas privadas. O acesso à universidade, garantia e direito que devia ser prestado a todos os indivíduos, apresenta-se cada vez mais como uma luz no fundo do imenso túnel para os mais desfavorecidos. Entretanto agrava-se ainda mais esta situação com a tão controversa Prova Geral de Acesso,

que pretende avaliar «o desenvolvimento intelectual» e «o domínio da língua portuguesa ao nível da compreensão e da expressão» e por fim a sua «maturidade intelectual». Com este iníquo decreto, talvez o mais vergonhoso de todos os governos democráticos, vem mostrar a «maturidade intelectual» do Ministério e o «desenvolvimento intelectual» do Eng. Roberto Carneiro. A realidade é que as escolas têm falta de meios; por vezes só com certos milagres é que algumas funcionam, não conseguindo assim cumprir o seu principal papel: o de formar o indivíduo. Mas formar implica ensinar o indivíduo a pensar, e não apenas a saber ler, escrever ou contar. O Eng. Roberto Carneiro devia saber (se colocasse os seus filhos em escolas públicas e ganhasse o ordenado mínimo) que nem todas as famílias têm condições materiais para poderem dar aos seus filhos uma «estabilidade» na sua formação. Para um filho de pais analfabetos ou com um baixo nível de instrução, vítimas da mediocridade salazarista e do subdesenvolvimento espiritual do país a que foi conduzido, residente numa aldeia do interior, onde nenhum IP ainda foi construído, ou mesmo de Lisboa e Porto, conseguir atingir a meta do ensino superior é uma tarefa extremamente difícil. Qualquer menino prodígio vindo de uma escola privada, em que teve a sorte de ser exposto à informação e às polémicas, lhe passará à frente. A isto se chama a justiça social do Dr. Cavaco.

Em suma: agrava-se a justiça social, a igualdade de oportunidades enquanto o discípulo do Dr. Cavaco beneficia o fortalecimento do ensino privado em detrimento do público, dando grandes benesses aos filhos da mais alta burguesia.

Portanto, baixar os braços perante este iníquo sistema não é, decerto, a melhor solução.

O muro de Berlim caiu, mas ainda não caíram muitos outros muros. Mais grave ainda, constroem-se mais!

25 de Abril sempre!

João Paulo Ferreira Gomes
Buraca



Grã-Bretanha A herança da tia Maggie

John Major tem-se desdobrado em declarações e iniciativas com o objectivo de virar a página de onze anos de thatcherismo puro e duro, mas os números não perdoam...

Em que país da Comunidade europeia há mais pobres? Instintivamente, todos os olhares se voltam para os países da bacia mediterrânica, Portugal ou Grécia. Engano. Mais um preconceito acaba desaparecer com a publicação das conclusões de um relatório da Comissão Europeia: é a Grã-Bretanha que detém esse record pouco invejável. Em termos absolutos, é verdade; em termos relativos, o Reino de Sua Majestade é o quinto Estado mais pobre da CEE. Curiosamente, o quinto lugar é também o que o país ocupa na lista dos países industrializados mais ricos do planeta... Os critérios são, verdade seja dita, ligeiramente diferentes.

No total dos cidadãos comunitários definidos como «pobres» pela Comissão, um em cada cinco vive no outro lado da Mancha. A proporção é ainda mais reduzida à escala das famílias: uma em cada quatro. Mas isto não é o mais preocupante, consideram os autores do relatório final sobre o segundo programa sobre a pobreza europeia: enquanto que no conjunto, a CEE consegue controlar o crescimento da pobreza, o índice britânico está em queda livre. Tanto é assim que, entre 1980 e 1985, o número de pobres se manteve relativamente estável para o conjunto dos Doze, enquanto aumentava em um quarto na Grã-Bretanha, e um terço ao nível das famílias.

O presente relatório é uma actualização - um aumento - dos números provisórios publicados há dois anos e referentes ao período compreendido entre 1985 e 1989. Esses dados, já ultrapassados, davam conta da existência, em 1985, de 44 milhões de residentes europeus vivendo numa situação de pobreza relativa, dos quais 6,6 milhões na Grã-Bretanha (ou seja 12 por cento da população britânica). Na época, o padrão de medida utilizado era o das famílias que dispunham de um rendimento inferior em 50 por cento à média nacional, critério em vigor nos diferentes estudos desde 1975.

Os novos dados foram calculados com base nas despesas médias, critério mais fiável segundo a Comissão, na medida em que a experiência demonstrou que todas as fontes de rendimento não eram tidas em conta nos inquéritos. As conclusões reveladas com este novo método são ainda mais eloquentes: enquanto o número de pobres passava de 49 para 50 milhões no espaço comunitário, entre 1985 e 1989, aumentava no mesmo período de 8,2 para 10,3 milhões na Grã-Bretanha. O que equivale a uma «progressão» do sétimo para o quinto lugar na escala dos mais desprovidos, e do oitavo para o segundo lugar na escala das famílias! Pelo contrário, o índice de pobreza está em queda, segundo a Comissão, na Bélgica, na Grécia, em Espanha e em França; continua estável na Dinamarca e na RFA.

O governo de Londres, que como não podia deixar de ser rejeita as conclusões do relatório, contesta a legitimidade dos critérios utilizados e conseguiu desde já uma definição mais alargada da noção de pobreza para o terceiro programa em curso.

Este é o segundo alerta em pouco mais de um mês: em Fevereiro, o desemprego ultrapassou a barra psicológica dos 2 milhões, ou seja 7 por cento da população (comparável a uma média de 8,3 para o conjunto dos Doze). E se foram os operários a pagar a maior factura da recessão dos anos 80-81, desta vez, «os mangas de alpaca», que formavam o grosso dos batalhões *tories* na década Maggie, não são poupados. Em particular no sudeste próspero do país, bastião do sucesso thatcheriano.

M.S.

Exclusivo
libertés Avante!

Promessas, promessas

O aumento prodigioso do desemprego, o encerramento e venda de empresas mergulham a população da Alemanha oriental no desânimo. Os benefícios económicos prometidos por Bona não apareceram com a reunificação

Seis meses depois da unificação, 84% dos Alemães de Leste consideram que o chanceler Kohl e o seu governo faltaram aos compromissos respeitantes à recuperação da economia da ex-RDA. É o que revela a sondagem publicada na terça-feira (2 de Abril) pelo diário «Bild Zeitung». As mais descontentes são as mulheres, primeiras vítimas do desemprego. Apenas 9% consideram que Bona cumpriu as suas promessas, contra 18% dos homens. Revelador da mudança do estado de espírito na Alemanha oriental é o facto de 70% dos eleitores de Helmut Kohl criticarem a política do chanceler.

Os dezasseis milhões de habitantes das províncias orientais vivem hoje com medo do amanhã. Para já, um milhão de entre eles é vítima do desemprego total. Dois outros milhões são considerados como «parcialmente» desempregados; não foram oficialmente notificados de despedimento, mas muitos deles foram colocados «auf Null-Kurzarbeit», o que significa literalmente numa situação tal que o seu «tempo de trabalho» foi «reduzido a zero». Um hábil eufemismo: se dificulta a linguagem, aligeira as estatísticas. Quanto aos 180.000 artesãos e pequenos comerciantes independentes que existiam na RDA, a maioria abriu falência.

«A perda da sua dignidade, a insegurança, o futuro sem perspectivas, deixam os Alemães de Leste doentes», diz o dr. Fritz Uebelhack, um psiquiatra do Hospital Charité, em Berlim-Leste. O número dos suicídios entre os desempregados aumentou e, em certos locais, a taxa de natalidade baixou cerca de 50%.

Mas a Alemanha de Leste não chegou ainda ao fundo do abismo: de 9.000 empresas, há ainda 8.000 por privatizar ou encerrar. Entretanto, estão periclitantes. Um porta-voz do patronato da RFA, Klaus Murmann, prevê 540.000 despedimentos nas fábricas de aço e metalurgia leste-alemã, 150.000 nas empresas de produtos químicos, 160.000 nos têxteis, 150.000 nas minas, 400.000 na agricultura e 700.000 nos serviços públicos. Se estas previsões se confir-

marem, haverá nos próximos meses mais de 4 milhões de desempregados só na Alemanha de Leste.

O declínio económico desta é desde já muito grave. O produto nacional bruto baixou 20% no ano passado. Entretanto, a Alemanha Ocidental vive uma espécie de relançamento económico: a taxa de crescimento do seu PNB é de 4,5% e o desemprego tende a diminuir. Estas evoluções de sentido contrário das duas Alemanhas são interdependentes. A miséria oriental faz a prosperidade do lado ocidental; a unificação económica e monetária forneceu a este último um vasto mercado que se apressou a inundar com os seus produtos, ao mesmo tempo que, em vez de se empenhar em fazer aí investimentos, se empenhou, pelo contrário, em destruir a Leste toda a concorrência.

«Tudo se passa como se nós tivéssemos trocado o nosso trabalho por bananas», disse-me um desempregado. Antigamente, as bananas eram raras, de facto, nas lojas leste-alemãs, onde muitas outras penúrias eram gritantes. Mas se as pessoas não esqueceram as privações que sofriam, de que as mais graves eram certamente as que afectavam as liberdades democráticas, lembram-se hoje que o pleno emprego, antes de 1989, era assegurado a todos.

Descobrem-se vítimas de uma aventura sem precedentes na história: a do reestabelecimento brutal das estruturas capitalistas em todo o país. O homem que dirigiu essa tarefa extraordinária, Rohwedder, disse, quando foi encarregado de privatizar o conjunto da economia leste-alemã: «Toda esta confusão vale por junto 600 mil milhões de marcos». E sublinhou que Thacher necessitou quase de dez anos para fazer a privatização de empresas que, no seu conjunto, representavam seis a sete vezes menos.

O Treuhand (departamento encarregado das privatizações na Alemanha de Leste) agiu por conta do governo de Bona e de acordo com as suas intenções, que consistiam em fazer desaparecer da Alemanha de Leste tudo o que pudesse contrariar a expansão das grandes firmas industriais e comerciais alemãs ocidentais, e em reprimir qualquer aspiração a outras estruturas sociais para além da lei capitalista do lucro. O patronato não tem de que se queixar, bem pelo contrário. Segundo os dados que acabam de ser publicados, o volume das exportações realizadas pela Alemanha - 421 mil milhões de dólares - colocam-na no primeiro lugar. Os EUA - 394 mil milhões - ficam em segundo, antes do Japão - 286 mil milhões - e da França - 216 mil milhões. A (re)união da Alemanha de Leste à RFA contribuiu evidentemente para estes resultados.

Yves Moreu

Exclusivo
l'Humanité Avante!

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Conselho

Nogueira foi passear com deficientes no alto mar. Ah, aquele sorriso, entre dentes quando um ministro anda em mar de propaganda!

Deficiente, amigo, vê lá com quem saís, se és deficiente, podes ficar mais.

O protesto

Cavaco prometeu em certa altura (de eleições, está claro...) ajudar a agricultura...

Sabemos como foi. Vamos ao resto: produtores do Norte, de protesto, quatro mil litros, em desassossego, de leite, despejaram no Mondego...

Afogado na água é um destino fraco. Mas afogado em leite, só Cavaco...

Ai que bom!

Por obra e graça da economia do mercado o desemprego sobe na Europa. Noutro lado nos Estados Unidos a TV soube

que o número dos operários despedidos sobe, sobe, sobe...

Ai que bom, John, Jean, Fritz, Tadeuz, Zé viver-se na Economia do mercado, n'ê?...

Não se incomode...

É magro o salário do nosso operário. Um estudo topa que ele assim na Europa é o que vai no fim...

São casos, são, perfeitamente obscenos: comemos menos aprendemos menos vivemos menos.

«Isto há-de melhorar mas devagar...» Cavaco nos confessa. Homem, não se incomode, não é pressa...

A alternância deles

PS e PSD foram à televisão falar sobre a Habitação que é a miséria que se vê a chorar seu triste fado. Com a alma posta a nu um diz: tu és o culpado. Diz outro: o culpado és tu...

PS e PSD na TV, com amplitude, falaram sobre a Saúde que é a miséria que se vê de tristeza em todo o lado. E de verbo aceso e cru um diz: tu és o culpado. Diz outro: o culpado és tu...

PS e PSD travaram-se de razões a respeito das pensões que é a miséria que se vê no bolso do reformado. São dois moncos de peru. Um diz: tu és o culpado. Diz outro: o culpado és tu...

Vê-se nesta circunstância de pumpampim pimpumpum como funciona a «alternância» pra não se fazer nenhum...

Incrível!



Discriminações

Socialmente, a discriminação parecia haver chegado ao final do século e do milénio definitivamente proscria. Erro nosso e de toda a gente que, neste prodigioso mundo ocidental, julgava ter ideias claras, pelo menos no campo dos grandes princípios. O Governo de Cavaco Silva descobriu agora que isso da discriminação até pode ter as suas vantagens, nomeadamente no sector da Educação, onde lhe descobriu inesperada utilidade: a do «princípio da discriminação positiva». E o que é isso, para o Governo? Algo óbvio e, sem dúvida, fundamentado num outro princípio, o dos vasos comunicantes, que vai impor aos estudantes universitários «oriundos de famílias com posses» que paguem propinas a preços de custo, cujas reverterão a favor dos «alunos mais carenciados». E como vai o Ministério distinguir os «ricos» dos «pobres»? Fácil, facilimo, caros amigos: define os estudantes sem bolsa atribuída como «não carecendo da atribuição de quaisquer apoios por parte do Estado», pois

certamente serão «oriundos de famílias com posses» e, por isso, podem pagar os tais «preços de custo», utilizando depois as verbas assim arrecadadas na atribuição de «mais bolsas e isenções». É sabido que os estudantes universitários portugueses, na sua esmagadora maioria, não têm bolsa atribuída, mistério finalmente desvendado por este Governo — são provenientes de «famílias com posses». Ora se afinal somos quase todos ricos, é justo que ajudemos os nossos pobrezinhos, dando-lhes bolsas. E não nos preocupemos que o Governo trata disso... indo-nos à bolsa a nós, afortunados 10 milhões de ricalhaços (isto pelo censo antigo, que agora deve haver para aí uns novos-ricos que «também contam»).

Coligações

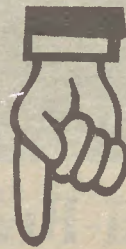
Diz Eurico de Melo ao «Expresso» de sábado: «Se Cavaco Silva meditasse nos graves problemas nacionais, os interesses do País acabariam por levá-lo a aceitar uma solução de governo de coligação».

«Responde» Cavaco Silva no «Diário de Notícias» do dia seguinte: «Para que o País não volte a ficar sem rumo, torna-se necessário evitar Governos de coligação». Perante isto, o País fica baralhado. Se Cavaco Silva, o dono do PSD, recusa governos de coligação, será que anda a meditar pouco ou, simplesmente, a afirmar-se nas tintas para o presumível «alter ego» do Partido, Eurico de Melo? E como é possível que o primeiro ache um governo de coligação algo que deixa «o País sem rumo» e, o segundo, algo que lhe guarda os «interesses»? Parece que as dificuldades de «coligação» começaram já. No interior do próprio PSD.

Confiança

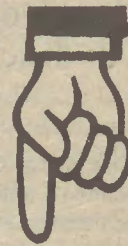
Carlos Borrego, o novo ministro do Ambiente, confessou logo à chegada que «aceitaria igualmente ser ministro de um executivo PS», explicando que «há coisas no PSD que admiro mais que no PS, e vice-versa». Isto é que é um ministro confiante à entrada e disponível para a partida. E vice-versa.

frases da Semana



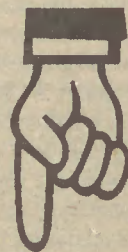
«Quando é que Cavaco Silva deixará aquela pose afectada e artificial? Será que ele é mesmo assim ou engoliu um cabide?»

*(Arons de Carvalho, no Expresso)



«A CEE precisa mais do turismo do que o turismo precisa da CEE»

*(Cardoso e Cunha, no VII Congresso de Turismo do Algarve)



«O leite de cabra não se faz nos arredores de Madrid ou em Lisboa»

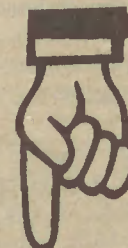
*(Macário Correia, na Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Alcútem)

«O direito ao silêncio tem hoje um valor incalculável»

*(Idem)

«Alcútem tem excelentes condições para vender silêncio, para vender sossego»

*(Idem)



«O que este Governo tinha a fazer em matéria de rádios, já fez»

*(Albino Soares, ao Semanário)

25 ABRIL

**Mais Democracia
Mais Justiça Social
para
um Portugal
Melhor**

Agenda

PCP 

O Partido Comunista Português



teve uma participação decisiva na fundação e construção do regime democrático iniciado com o 25 de Abril.

Tem lutado incansavelmente contra todas as tentativas de restringir as suas conquistas e as

liberdades democráticas. Bate-se pelo reforço dos direitos dos cidadãos, pelos direitos dos trabalhadores, pelo aprofundamento da democracia.

O PCP mantém-se fiél aos valores e conquistas do 25 de Abril e luta pela sua renovada presença na construção de um Portugal melhor.

dia da
liberdade



**abril 1974
1991**

**Desfile Marquês de Pombal-Rossio
15H00**



**COMEMORAÇÕES
POPULARES
17º ANIVERSÁRIO
25 DE ABRIL/1991**

PROGRAMA

24 Abril Noite **PASSAGEM DE ANO DA LIBERDADE**

21,30h. ESPECTÁCULO
com Grupo de Teatro NEFAP e BRIGADA VICTOR JARA
Momento Evocativo com cantos heróicos pelo Coral de Letras,
poesia de Abril e projecções audiovisuais

24,00h. FOGO DE ARTIFÍCIO

MANHÃ DE ABRIL

9,30h. CORRIDA DA LIBERDADE
Partida: ex-Pide/Chegada: Pr Liberdade
(Inscrições Sede Com. Promotora e Sindicatos)

10,00h. MANHÃ INFANTIL
nos Jardins do Palácio de Cristal
com a participação de animadores culturais

11,00h. HOMENAGEM À RESISTÊNCIA ANTIFASCISTA
Largo Soares do Reis (junto à ex-Pide)

25 Abril Tarde **GRANDE FESTA POPULAR**

15,00h. Com Gupo de Rock "ANDRÓMEDA" Arraial Popular com RANCHO DO PORTO e outros, Fanfarras, Bandas, Zés Pereiras, ...

CORTEJO/ DESFILE ALEGÓRICO

(Sede da Comissão Promotora:
Pr. Filipa Lencastre, 22, 7º, sala 113-tel. 2007670- Porto)

Baixa do Porto / 24 e 25 de Abril



Pedro Rocha expõe na Nasoni em Lisboa pinturas recentes

ENCONTROS GULBENKIAN DE MÚSICA

Começam na próxima terça-feira, dia 30 e prolongam-se até 1 de Maio os 15ºs. Encontros Gulbenkian de Música Contemporânea que nesta edição porão em relevo as relações Música-Cinema e a obra nesse domínio do compositor norte-americano Philip Glass, que se apresentará num recital de piano com obras suas no acto inaugural dos Encontros - às 18.30 de 30 de Abril, no Grande Auditório. Música contemporânea para cinema mudo (de Charlot, Murnau, Fritz Lang) será tocada ao vivo em concertos nos dias 6, 7 e 8.

Entre os músicos participantes noutros concertos refira-se a presença de uma pequena formação de «Les Percussions de Strasbourg», a Oficina Musical dirigida por Álvaro Salazar e o Grupo de Música Contemporânea de Lisboa dirigido por Jorge Peixinho.

No concerto de encerramento - dia 11 no Coliseu dos Recreios - será apresentada «Quodlibet», uma obra de Emanuel Nunes especialmente concebida para o espaço do Coliseu.



Pessoa em Espanhol

A Companhia Teatral do Chiado apresenta **El Banquero Anarquista** numa produção teatral espanhola que pode ser vista de 25 a 28 no Teatro S. Luiz.

Na mesma sala e em virtude do acidente de viação sofrido por Carmen Dolores e Mário Viegas foram suspensas as representações das peças em que os dois actores intervinham.

Tempo



Sábado, possibilidade de aguaceiros no Norte e Centro. Domingo, céu geralmente limpo, vento fraco.

Amadora prepara Assembleia

Prosseguem esta semana os trabalhos preparatórios da próxima 4ª Assembleia da Organização do Concelho da Amadora. São os seguintes os plenários anunciados, durante os quais se discutirá também, nomeadamente, a participação de cada célula e do conjunto da organização nas tarefas impostas pelas eleições legislativas que se avizinham: da organização da freguesia de Alfragide hoje; no dia 26 da freguesia da Buraca e no dia 27 de Fala-gueira/Venda Nova.

Convívio em Caxias

Um almoço-convívio comemorativo do 25 de Abril e do 1º de Maio realiza-se no próximo domingo na Associação Recreativa e Cultural «A Familiar» por iniciativa da Comissão de Freguesia do PCP de Paço d'Arcos.

Participa o camarada José Soeiro, que fará uma intervenção sobre o significado das duas datas e sua actualidade.

Plenário na Amora

Quadros nas comissões de freguesia e locais do PCP no concelho do Seixal reúnem-se em plenário no próximo

sábado a partir das 14.30, no auditório da Junta de Freguesia da Amora.

Colina da Graça

Na sequência da 1ª Assembleia da Organização da Zona Oriental de Lisboa passou a realizar-se mensalmente no Centro de Trabalho da Graça uma reunião dos camaradas organizados e residentes nas freguesias da Graça, Santa Engrácia, Santo Estevão, S. Miguel, S. Vicente de Fora e Sé, onde, a par da situação política e tarefas em curso nesse plano será sempre dado espaço à discussão do trabalho local e autárquico. A próxima reunião está marcada para sexta-feira às 21.30.

Construtores da Festa em festa

No sábado, dia 4 de Maio, realiza-se na Atalaia uma jornada de convívio organizada pela célula da Festa e aberta a todos os camaradas e amigos que habitualmente participam nos trabalhos preparatórios da Festa do «Avante!», assim como aos seus familiares. Vai estar presente o camarada Carlos Carvalhas.

A jornada tem início cerca das 10 horas com actividades desportivas e prolonga-se pelo dia fora: às 13 horas será servido o almoço no restaurante de apoio da Festa, seguido de uma sessão durante a qual intervirá o secretário-geral adjunto do PCP e de um espectáculo com Luísa Basto, João Fernando e Mário Gramacho.

O almoço consta de ensopado de borrego e custa 800\$00. Dada a capacidade limitada do restaurante, a célula da Festa

pede aos interessados que confirmem a sua participação com urgência para a Quinta da Atalaia - camaradas Fernanda ou Lídia, tel. 2210011 ou para o CT da Av. António Serpa - camaradas Margarida ou Vina, tel. 7930973.

Na Atalaia com Álvaro Cunhal

Conforme anunciamos na passada semana, os camaradas do Sector dos Transportes de Lisboa promovem no sábado um almoço-convívio no terreno da Festa do «Avante!» que contará com a presença do camarada Álvaro Cunhal. As inscrições podem ainda fazer-se através do tel. 769139 e na Livraria do Centro de Trabalho Vitória.

Televisão

Quarta, 24

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Medicamentos
14.00 Sem Legendas
14.55 Ponto Por Ponto
15.30 O Recado
(ver «Filmes na TV»)
17.20 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Canções para a Eurovisão 1991
20.20 Desenhos Animados
20.40 Tieta
21.40 Vamos Jogar no Totobola
21.45 O Jardim Onde Vivemos
(ver «Filmes na TV»)
23.50 24 Horas
00.25 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.10 Os Centuriões
12.25 Curso de Inglês
12.40 O Herói de Lian Xan Po
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora, Escolha!
15.50 Acores - Gente Nossa
16.40 Recreio do 2
17.10 O Jardim Inglês
18.00 Eterno Feminino
19.05 Direito de Amar
19.35 Via Rápida
19.45 Circo
20.00 Ruas de S. Francisco
20.50 O Que é Feito de Si?
21.00 Jornal das Nove
21.30 Joaquim Letria
23.00 Pop-Off
23.35 Universidade Aberta

Quinta, 25

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Os Intrusos
14.00 Sem Legendas
14.30 Ponto Por Ponto
15.20 As Irmãs Brontë
(ver «Filmes na TV»)
17.20 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Canções para a Eurovisão
20.30 Desenhos Animados
20.40 Tieta
21.40 Eternos Novatos
22.10 Twin Peaks
23.10 Crônicas do Sobrenatural
23.40 24 Horas
23.45 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.05 A Força Astral
12.30 Curso de Alemão
12.45 Jerry Lewis
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora Escolha!
15.50 Aventura
16.20 O Homem da Carabina
16.40 Recreio do 2
17.20 Tudo Menos Isso
18.00 Eterno Feminino
19.00 Direito de Amar
19.30 Via Rápida
19.40 Circo
20.00 Ruas de S. Francisco
20.50 O Que é Feito de Si?
21.00 Jornal das Nove
21.30 Basquetebol
22.50 O Beijo da Morte
(ver «Filmes na TV»)

Sexta, 26

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Festivais do Mundo

14.00 Sem Legendas
14.50 Ponto Por Ponto
15.30 O Gendarme de Nova Iorque
(ver «Filmes na TV»)
17.20 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Canções para a Eurovisão
20.30 Desenhos Animados
20.40 Tieta
21.40 Debaixo d'Olho
(ver «Filmes na TV»)
23.45 Querido John
00.15 24 Horas
00.50 Remate
01.15 Chapadão de Bugre

Canal 2

12.00 Notícias
12.05 Universo Juvenil
12.30 Curso de Inglês
12.45 O Caminho das Estrelas II
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora Escolha!
15.50 Médico Amigo
16.20 É já Amanhã
16.50 Recreio do 2
17.30 Charlot
18.00 Eterno Feminino
19.00 Direito de Amar
19.30 Via Rápida
19.40 Circo
20.00 Nunca Mais é Sábado
20.50 O Que é Feito de Si?
21.00 Jornal das Nove
21.30 A Tenda dos Milagres
22.15 Rotações
23.15 Os Mistérios de Dorothy
00.05 Ele Há Coisas!

Sábado, 27

Canal 1

09.00 À Mão de Semear
09.25 Canal Jovem
13.00 Encontro à Uma
13.55 Quem Manda Sou Eu
14.20 Fairground Attraction
15.25 Melodia Fascinante
(ver «Filmes na TV»)
17.50 Clive James
18.50 A Ilha do Sol
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.20 Desenhos Animados
21.30 Claxon
22.00 Casa Cheia
22.45 Os Noivos
23.45 Projecto Brainstorm
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Universidade Aberta
10.15 Circo
10.50 O Anel de Fogo
11.55 Forum Musical
13.10 Agarra o 2
14.25 Gigantes em Fúria
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Estádio
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.00 Arca de Noé
19.45 Outras Músicas
21.15 Estádio
23.30 O Amigo Giono
00.20 Prémios Emmy 1990

Domingo, 28

Canal 1

09.00 Canal Jovem
11.30 Missa
12.25 70 x 7
13.00 Notícias
13.15 Dick Turpin
13.40 O Mundo Animal
14.30 Mapa Cor de Rock
15.25 Desenhos Animados
15.40 A Lagoa Azul
(ver «Filmes na TV»)
17.30 Mãe à Força
17.50 Regresso ao Passado
18.55 McGyver
20.00 Jornal de Domingo
21.00 Kananga do Japão
22.25 Domingo Desportivo
23.55 Controvérsias

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 Tauromaquia
10.30 Regiões Magazine

11.30 Agarra o 2
12.30 Competir
13.00 Troféu
18.00 Vida Nova
19.00 Nós 2
20.00 Ana Karenina
20.50 Palavra Puxa Palavra
21.40 Artes e Letras - William Walton
22.25 Crime no Expresso do Oriente
(ver «Filmes na TV»)

Segunda, 29

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Vida Selvagem
14.00 Sem Legendas
14.50 Ponto Por Ponto
15.50 O Falcão Negro
(ver «Filmes na TV»)
17.20 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Desenhos Animados
20.40 Tieta
21.40 O Preço Certo
23.05 Vagas Revoltas
00.05 24 Horas
00.40 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.05 Benny e Cecil
12.30 Curso de Inglês
13.00 Músicas de África
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora, Escolha!
15.50 A Natureza das Coisas
16.40 Recreio do 2
17.30 O Livro dos Recordes
18.00 Eterno Feminino
19.00 Direito de Amar
19.40 Via Rápida
19.45 Circo
19.55 Pelé
20.50 Que é Feito de Si?
21.00 Jornal das Nove
21.30 Acerto de Contas
22.30 Ópera

Terça, 30

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Sem Legendas
14.30 Ponto Por Ponto
15.20 Com a Verdade me Enganas
(ver «Filmes na TV»)
17.20 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.20 Tieta
21.40 As Causas da Justiça
22.30 Primeira Página
23.30 A Mansão dos Marblehead
23.55 24 Horas
00.30 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.10 Os Novos Caça-Fantasmas
12.25 Curso de Alemão
12.45 Variedades no Apollo
13.35 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora, Escolha!
15.50 Documentário
16.20 A Minha Avó Yaya
16.40 Recreio do 2
17.10 Tribunal de Juri
18.00 Eterno Feminino
19.00 Direito de Amar
19.30 Via Rápida
19.40 Circo
20.00 Ruas de S. Francisco
20.50 Que é Feito de Si?
21.00 Jornal das Nove
21.30 Cinemazine
22.00 Hiroshima Meu Amor
(ver «Filmes na TV»)
23.30 Universidade Aberta

Hiroshima Meu Amor

«Hiroshima Mon Amour» (Fr/1959), realização de Alain Resnais, interpretação de Emmanuelle Béart, Eiji Okada. P/B, 88 minutos.

Alain Resnais

Considerado como o melhor cineasta da Nova Vaga francesa, entendida esta como a promoção de uma centena de novos realizadores de longa metragem depois de 1959. É exigente, inquieto, minucioso, respeitando por vezes em excesso os seus argumentos e, no entanto, cada um dos seus filmes traz profundamente a sua marca, a de um verdadeiro autor. Durante mais de dez anos, as condições da produção obrigaram-no a exprimir-se apenas pela curta metragem. Abordou a longa metragem com o mais ardente problema contemporâneo, a bomba atómica, a guerra e a paz em Hiroshima Meu Amor, cujo sentido profundo é este grito: «Como se pode fazer isto aos homens!» Colocando-se sempre na vanguarda do cinema moderno com um intelectualismo certo, refere-se constantemente às tradições populares, desprezadas pelas elites, desde o folhetim à banda desenhada. Talvez por isso que Hiroshima, que se julgaria reservado a um público de amadores esclarecidos, tocou um público muito vasto, em numerosos países.

In «Dicionário dos cineastas», Georges Sadoul

Filmes na TV



O Recado

Realização e argumento de José Fonseca e Costa (Portugal/1970). Interpretação de Maria Cabral, Paco Nieto, José Viana. Cor, 106 minutos.

Filme de estreia de José Fonseca e Costa na longa-metragem, rodado em 71 e apresentado em 72, saudado pela qualidade profissional que revelou e ainda hoje considerado por muitos o melhor filme do realizador, «O Recado» tem o grande mérito de ser um filme desse tempo e sobre esse tempo, quando o salazarismo se prolongava sob o nome de marcelismo e a PIDE continuava a reprimir e a matar. Se é facto que a história de desencanto e desistência que neste quadro conta, trai a realidade mais profunda que era, e com fortes raízes, a da resistência, inclusive nos meios intelectuais retratados, nenhum outro filme fez como este, antes do 25 de Abril, denúncia mais explícita do fascismo.

Quarta, 15.30, Canal 1

O Jardim Onde Vivemos

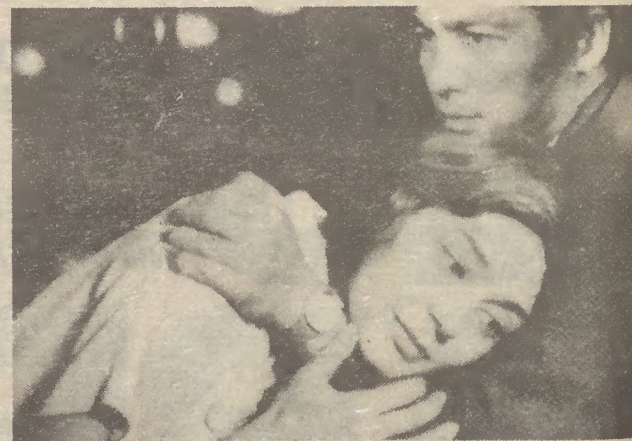
«Il Giardino dei Finzi-Contini» (It-RFA/1970). Realização de Vittorio De Sica, interpretação de Dominique Sanda, Lino Capolicchio, Helmut Berger. Cor, 91 minutos.

Este é o último filme de De Sica, que nele volta mais uma vez como um mestre, tantos anos (e tantas obras menores) depois do pós-guerra, à repressão fascista na Itália de Mussolini. A vítima é uma família da alta burguesia judaica. História de amor, terna e trágica, perpassada de lirismo e do humanismo que foi nos anos 40 um dos segredos de De Sica para fazer obras-primas.

Quarta, 21.30, Canal 1

As Irmãs Brontë

«Les Soeurs Brontë» (Fr/1979). Realização de André Téchiné, interpretação de Isabelle Adjani, Marie-France Pisier, Isabelle Huppert. Cor, 116 minutos.



Terça, 22.00, Canal 2

Da biografia de Emily, Charlotte e Anne Brontë e da forma como elas e a sua obra sobreviveram aos preconceitos e proibições humilhantes da era vitoriana e às tragédias familiares, partiu André Téchiné para uma reflexão sobre a literatura romântica e a criação artística, construindo um filme que é geralmente considerado a sua melhor obra, e passo importante na carreira das três protagonistas.

Quinta, 15.20, Canal 1



Gigantes em Fúria

«Sea Devils» (GBR/1952). Realização de Raoul Walsh, interpretação de Yvonne de Carlo, Rock Hudson, Maxwell Reed, Bryan Forbes. Cor, 87 minutos.

O itinerário recheado de perigos e armadilhas de uma espia inglesa que consegue obter os planos de Napoleão para invadir a Inglaterra, que é presa pela polícia francesa mas que acaba por ser heroicamente salva por um aventureiro por quem evidentemente se apaixonou, terá pouco rigor histórico. Mas o rigor narrativo é o habitual em Walsh, que construiu mais uma vez um grande filme de aventuras.

Sábado, 14.25, Canal 2

Melodia Fascinante

«The Eddy Duchin Story» (EUA/1955). Realização de George Sidney, interpretação de Tyrone Power, Kim Novak, Victoria Shaw. Cor, 118 minutos.

Mais uma história de um músico talentoso mas perseguido pela adversidade, segundo um modelo muito em voga nos anos 50. Eram os «dramas musicais». Carmen Cavallaro dobrando Tyrone Power ao piano e a beleza de Kim Novak foram os trunfos de Sidney para o razoável êxito que o filme obteve aquando da estreia.

Sábado, 15.25, Canal 1

Projecto Brainstorm

«Brainstorm» (EUA/1983). Realização de Douglas Trumbull, interpretação de Christopher Walken, Natalie Wood, Cliff Robertson. Cor, 102 minutos.

Com méritos notados noutros filmes como criador de efeitos visuais, Douglas Trumbull conseguiu provar com este «Brainstorm» que não é (só) de efeitos que vive o cinema.

Sábado, 23.45, Canal 1

Quatro anos depois de «Jogos de Guerra», o seu título mais famoso, John Badham realiza um filme que só lhe é aparentado pelas sequências de comédia: nem ficção científica nem efeitos especiais, antes uma convencional história policial, sem grandes mistérios, com dois grandes actores: Richard Dreyfuss e Emilio Estevez.

Sexta, 21.40, Canal 1

Debaixo d'Olho

«Stakeout» (EUA/1987). Realização de John Badham, interpretação de Richard Dreyfuss, Emilio Estevez, Madeleine Stowe, Forest Whitaker. Cor, 112 minutos.

Quatro anos depois de «Jogos de Guerra», o seu título mais famoso, John Badham realiza um filme que só lhe é aparentado pelas sequências de comédia: nem ficção científica nem efeitos especiais, antes uma convencional história policial, sem grandes mistérios, com dois grandes actores: Richard Dreyfuss e Emilio Estevez.

Sexta, 21.40, Canal 1

Cinema

	David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Ju Dou	—	★★★★★	—	★★★★
B Um Coração Selvagem	—	★★★	★★★★	—
C O Padrinho III	—	★★★	★★★★★	★★★★★
D Os Cornos de Cronos	—	★★★	—	—
E Danças com Lobos	—	★★★	★★★	—

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Zhang Yimou — **Forum Picoas/2** (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) — Lisboa.
- B — Real. David Lynch — **Amoreiras/8** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Quarteto/3** (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00), — Lisboa.
- C — Real. Francis Ford Coppola — **Império** (15.30, 18.30, 21.30), **Mundial/1** (15.00, 18.00, 21.30), **Turim** (15.00, 17.30, 21.30) — Lisboa.
- D — Real. José Fonseca e Costa — **Quarteto/2** (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) — Lisboa.
- E — Real. Kevin Costner — **Alfa/1** (14.15, 17.45, 21.15, 00.30), **Amoreiras/1** (14.15, 17.45, 21.15, 00.30), **Fonte Nova/3** (14.30, 17.45, 21.00), **Quarteto/4** (15.00, 18.30, 22.00), **São Jorge/1** (13.45, 17.30, 21.15) — Lisboa.



NAKED KISS / 1963

A Lagoa Azul
«Blue Lagoon» (EUA/1980). Realização de Randall Kleiser, interpretação de Brooke Shields, Christopher Atkins, Leo McKern, William Daniels. Cor, 101 minutos.

Cenários paradisíacos num filme que também serve para provar que bilhetes postais não fazem cinema.

Domingo, 15.40, Canal 1

Crime no Expresso do Oriente
«Murder on the Orient Express» (GBR/1974). Realização de Sidney Lumet, interpretação de Albert Finney, Lauren Bacall, Martin Balsam, Ingrid Bergman, Jacqueline Bisset, Jean-Pierre Cassel, Sean Connery, John Gielgud, Anthony Perkins, Vanessa Redgrave, Richard

Widmark, Michael York.
Cor, 126 minutos.

De um braçado de talentos - de Agatha Christie que escreveu o romance homónimo original, à constelação de estrelas que interpretam as várias personagens - se socorreu o talentoso Sidney Lumet para fazer um filme brilhante, matriz de outros filmes policiais adaptados de obras da mesma autora que jamais o igualaram. Com ele, Albert Finney ficaria como o melhor Poirot do cinema.

Domingo, 22.25, Canal 2

O Falcão Negro
«The Black Bird» (EUA/1975). Realização de David Giler, interpretação de George Segal, Stephane Audran, Lee Patrick. Cor, 98 minutos.

Pelo contrário, esta é uma versão execrável de (nem mais nem me-

nos...) «O Falcão de Malta», nome de duas obras-primas: do romance negro, de Dashiell Hammett, e do filme negro, de John Huston, que nele se inspirou.

Segunda, 15.50, Canal 1

Com a Verdade me Enganas
«The Awful Truth» (EUA/1937). Realização de Leo McCarey, interpretação de Cary Grant, Irene Dunne, Ralph Bellamy. P/B, 92 minutos.

McCarey tornou-se conhecido como realizador trabalhando com grandes cómicos como Laurel e Hardy, os irmãos Marx, Fields. Envereda mais tarde pela comédia ligeira mais ou menos reaccionária e é desse período este seu filme, cuja sobrevivência se deve em primeiro lugar ao talento e à popularidade do par Cary Grant-Irene Dunne.

Terça, 15.20, Canal 1

Teatro

ESTREIA

CLUBE ESTEFÂNIA

Rua Alexandre Braga, 24-A. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 16. **CORAÇÃO NA BOCA**, de Sam Shepard. Encenação de Carlos Fogaça e José Mora Ramos, interpretação de Virgílio Castelo, Natália Luísa, Xana, Ricardo Campos.

CASA DA COMÉDIA

Rua S. Francisco Borja, 24. Tel. 607299. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.30. **O ESPELHO DE DOIS REFLEXOS**, de Arthur Miller. Encenação de Fernanda Lapa, interpretação de João D'Ávila e Sara Lima.

CINEARTE

Largo de Santos, 2. Tel. 3965360. Bilhetes: 1000\$00. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **LIBERDADE EM BREMEN**, de R. W. Fassbinder. Encenação de Helder Costa, música de A. Vitorino de Almeida, interpretação de Maria do Céu Guerra e Rui Pisco, entre outros.

COMUNA

Praça de Espanha. Tel. 7260818. Bilhetes: de 800\$00 a 1000\$00. **TERRA**, de Abel Neves. Encenação de João Mota (Sala 1, de 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17). **A GRANDE ÁREA**, de Raymond Duthèrque. Encenação de Almeno Gonçalves, interpretação de José Meireles e Jorge Estreia (Sala 2, de 3ª a 6ª às 19, sáb. e dom. às 16). **II FESTIVAL DA OTITE**, de Carlos Paulo. Encenação de João Paulo e Cucha Carvalheiro, entre outros (Café-Teatro, sáb. às 23.30).

TEATRO ABERTO

Praça de Espanha. Tel. 7970969. Bilhetes: 1000\$00. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **O SUICIDÁRIO**, de Nicolai Erdman. Encenação de João Lourenço, interpretação de Mário Viegas e Irene Cruz, entre outros.

TEATRO CAPITÓLIO

Parque Mayer. Tel. 3466745. De 2ª a 6ª às 20.30 e 22.45, dom. às 16 e às 21.30. **AICAVAQUINHO**. Encenação de Camilo de Oliveira, interpretação de Camilo de Oliveira, Vera Mónica e Fernanda Baptista, entre outros.

TEATRO DO BAIRRO ALTO

Rua Ten. Raul Cascais, 1-A. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **COMÉDIA DE RUBENA**, de Gil Vicente. Encenação de Luís Miguel Cintra, interpretação do Teatro da Comucópia.

TEATRO MARIA MATOS

Avenida Frei Miguel Contreiras, 52. Tel. 897017. Bilhetes: de 1000\$00 a 1500\$00. De 3ª a 6ª às 21.30, sáb. às 17 e 21.30, dom. às 17. **AMIGOS**, de Alain Ayckbourn. Encenação de John David, interpretação de Graça Lobo, Armando Cortez e Henrique Viana, entre outros.

TEATRO MARIA VITÓRIA

Parque Mayer. Tel. 3475454. Bilhetes: de 50\$00 a 1500\$00. De 3ª a dom. às 20.30 e às 23. **AGRADE FESTA**. Encenação de Francisco Nicholson, interpretação de Flórcela Queirós e Henrique Santos, entre outros.

TEATRO VILLARET

Av. Fontes Pereira de Melo. Tel. 538586. Bilhetes: de 800\$00 a 1800\$00. De 3ª a dom. às 20.30, sáb. e dom. também às 16. **OS BANCÁRIOS TAMBÉM TÊM ALMA**. Adaptação de Raúl Solnado e Armando Cortez, interpretação de Raúl Solnado, Io Apolloni e Manuela Maria.

PALAVRAS CRUZADAS

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															

Horizontais 1-tipo (chul.); célebre compositor italiano (séc. XIX); fosso; 2-alegre; agasalhar; 3-tornava a ler; oceano; sacode; 4-ilusório; suave; mulher pequena; 5-oferecer; curral de gado; composição poética; 6-prep.; lareira; campo de aviação; brisa; 7-estância termal do concelho de Anadia; caverna; 8-art.; predo; medida agrária de superfície; nota musical; 9-prep.; prov. portuguesa; cruéis; 10-corpo aeriforme; cont. de prep. e art.; partia; lista; 11-párcos; antepassados; tumulto; 12-rezemos; praia de banhos do concelho de Caminha; 13-plano; floresta; perfume.

Verticais 1-grande porção de água salgada; oferecemos; colorido; 2-levantam; agarra; 3-ocultar; movimentos periódicos das águas do mar; 4-vagar; satélite da Terra; caruma; 5-nome que os egípcios davam ao Sol; pequeno carnívoro de pele muito apreciada; isolado; 6-nome de leira; patife; extremos de Sines; 7-calamidade; antiga possessão portuguesa na Costa do Malabar; 8-regato; sódio; infame; 9-troce; curso de água; 10-partia; idolatrava; cânhamos da Índia; 11-Bário (simb.); suporte; pedra de moinho; 12-vagatura; prep.; cilindro; 13-ponho em devido tom; hotel situado junto à estrada para automobilistas; 14-parreira; indivíduo que faliu; 15-lavra; não acertas; maior.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

Horizontais 1-mar; apático; vai; 2-orem; borra; vaca; 3-salas; soá; vilas; 4-velem; Belém; 5-nas; reparos; sal; 6-os; sádia; ri; 7-com; roa; Ana; 8-Apeles; uniria; 9-dá; ódio; irós; Br.; 10-ali; ossadas; dea; 11-ira; assas; Sir; 12-edita; ais; rigor; 13-roseta; famosa.

Verticais 1-mós; notada; Er; 2-aravas; páido; 3-reles; Ce; Iris; 4-mal; colo; até; 5-ser; medo; At.; 6-Pb.; mês; sisa; 7-aos; par; Ossa; 8-trovador; Ásia; 9-irá; ria; idas; 10-Ca; boa; uras; 11-vês; anos; rá; 12-vil; anis; sim; 13-vaies; ar; digo; 14-acamar; fberos; 15-ias; ligara; Ra.

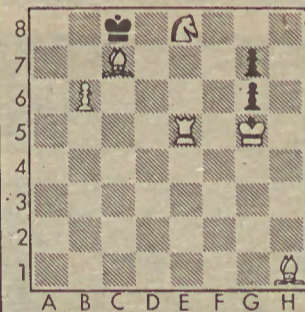
XADREZ

CCC - 24 de Abril de 1991

Proposição nº 300/A

Por: William Pierce -1876±

Pr.: [3]: Ps. g6, g7, Rç8
Br.: [6]: Pb6-C68-Bs.ç7, h1-T65-Rg5



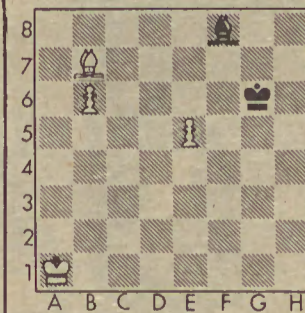
Mate em 3 lances

Proposição Nº 300/B

Por: Henri Rinck

British Chess Federation, 1916

Pr.: [2]: Bf8-Rg6
Br.: [3]: Ps. b6, e5-Ra1



Branças jogam e ganham

Soluções do Nº CCC

Nº 300/A (W.T.P.): 1. Ba8, Rd7; 2. b7, Rç6; 3. b8=C++
Nº 300/B (H.R.): 1. B64+, Rh6!; 2. b7, Bg7!; 3. b8=B, Rg5; 4. Ra2, Rf4; 5. e6+ e ganha.

A. de M. M.

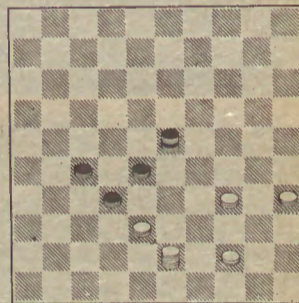
DAMAS

CCC - 24 de Abril de 1991

Proposição nº 300

Por: Pierre Lucot -1954

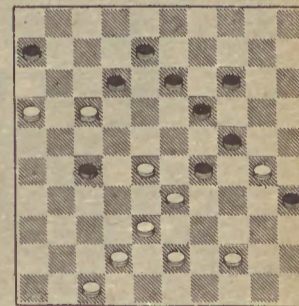
Pr.: [4]: (23)-27-28-32
Br.: [5]: 34-35-38-(43)-44



Branças jogam e ganham (3T)

Golpe Nº 300
Por: Pierre Lucot
In: L'Éffort, 1952

Pr.: [10]: 6-8-12-13-14-19-24-27-29-35
Br.: [10]: 16-17-28-30-33-38-42-43-44-47



Branças jogam e ganham

Pierre Lucot

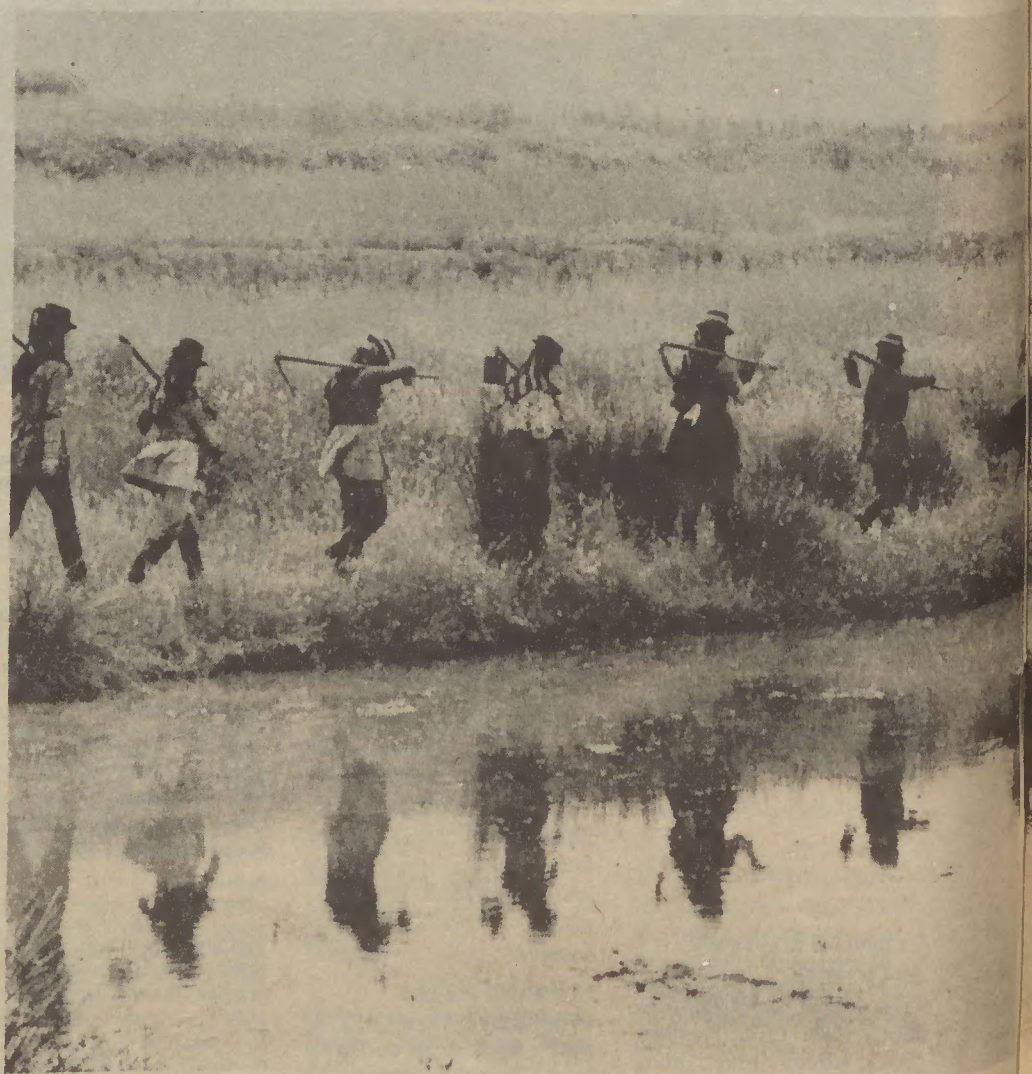
Com avançada idade, e quase só, desaparece Pierre Lucot, que dedicou uma vida inteira à causa damista...

Fundou a Federação Francesa do Jogo de Damas, foi co-fundador da Federação Mundial (F.I.), fundou e dirigiu a revista damista «L'Éffort», certamente a mais antiga ainda em publicação...

Soluções do Nº CCC

Nº 300 (P.L.): 1. 43-39, (23x49); 2. 39x1+
Golpe Nº 300 (P.L.): 1. 44-39, (12x21); 2. 39-34, (29x40); 3. 33-39, (24x22); 4. 43-39, (35x24) 5. 39-34, (40x29); 6. 38-32, (27x38); 7. 16x20, (24x15); 8. 42x2=D+

A. de M. M.



«Às vezes estão dez fotógrafos a retratar um acontecimento e há um que consegue tirar um boneco diferente e melhor que os dos outros. Não é das máquinas. É de saber olhar.»

COPYRIGHT BY EDUARDO GAGEIRO

Eduardo Gageiro. Repórter fotográfico. Português. Múltiplas vezes consagrado internacionalmente. Um olhar sobre o 25 de Abril de 1974. Em discurso directo para o «Avante!»

Antes

«Cheguei a pensar que este país nunca mais mudava, tive muitos momentos de desânimo embora soubesse que mais tarde ou mais cedo alguma coisa aconteceria... tive problemas com a censura, problemas por mandar fotografias lá para fora, estive *engavetado*... Como viajava muito passava a vida a contar o que via lá fora... era um bocado falabarro e depois os amigos vinham dizer-me que aquele fulano ali da mesa ao lado do restaurante onde estávamos era da PIDE, que eu não podia falar assim, que era preciso ter cuidado... como tudo isso me chocava! Mas a minha fotografia foi muitas vezes denunciante do regime.»

16 de Março

«Já antes, no 16 de Março, aquando do movimento das Caldas, estive lá, enviado pelo «O Século». Aliás fui apanhado por aqueles que, digamos, estavam a querer controlar os revoltosos camuflados num canavial. Eu não reparei e fui andando

naquela direcção a tirar fotografias aos militares do quartel e acabei por ser apanhado. Pedem-me o rolo, não dei. Sou conduzido aos oficiais que comandavam aqueles homens e, claro, no caminho troquei o rolo e entreguei-lhes um em branco.

Acabaram por ser publicadas no «Século» com legendas que não diriam tudo o que podiam dizer, mas havia a censura...»

25 de Abril

Já sabia que tipo de movimento era aquele, por informações recebidas de vários lados... Ia-se tentar, mais uma vez!

A malta dos jornais que tinha um mínimo de informação sabia já que o regime estava muito podre, que a sua queda era somente uma questão de tempo. Na noite de 24 para 25 fui alertado por uns amigos e às seis e pouco estava no Terreiro do Paço, embora os soldados não quisessem deixar-me passar, mas uma pessoa com alguma experiência claro que

consegue, como eu consegui, dar a volta a uma situação desse tipo. Uma das primeiras fotografias que tenho desse dia é precisamente a de um soldado, armado de G3, a dizer-me que eu não podia passar e que não podia tirar fotografias. Enquanto ele falava, eu tirei a fotografia. Julgo que tenho as primeiras, senão a primeira fotografia do movimento. Ainda há dias o então capitão Salgueiro Maia disse numa entrevista que eu fora o primeiro repórter fotográfico que ele viu.

Terreiro do Paço

Na parte central do Terreiro do Paço assisti e fui tirando fotografias à evolução dos acontecimentos.

Começa-se a dizer que há um movimento de tropas vindo do Cais do Sodré e oiço a tentativa de arquitectar um esquema para neutralizar o comandante desse grupo de tanques. Tenho essa cena totalmente fotografada e foi publicada no «Século Ilustrado» e em livros posteriores: oficiais à paisana que se armam com pistolas para tentarem prender o oficial que está a comandar essas tropas. Chegam os tanques do Cais do Sodré e os tanques do

Terreiro do Paço viram os canhões para eles. Muitos colegas meus começaram a fugir e colocam-se em lugares estratégicos, varandas, janelas, etc. Eu vou para trás das lagartas de um tanque...

E para mim acontece o momento culminante do 25 de Abril. Alguém do lado de lá grita «fogo!». Ninguém dispara! Os soldados vindos do Cais do Sodré, que tinham tanques muito mais poderosos, recusam-se a disparar.

É quando o Salgueiro Maia, de G3 em baixo, vai ter com o outro oficial, que mais tarde vim a saber chamar-se Pato Anselmo, para este se render. Eu vou atrás e o Anselmo diz-me: «Gageiro, se me tiras o retrato, matote!». É evidente que tirei-lhe a fotografia e ele não me matou. No fim acabam todos por aderir ao movimento e seguem em cortejo em direcção ao quartel do Carmo.

Carmo

Era onde estava o Marcelo Caetano, o Moreira Baptista etc. Tirei fotografias da chegada do povo todo ao Largo do Carmo, milhares de pessoas. O Salgueiro Maia exigia a rendição dos que estavam no quartel e nunca mais obtia resposta. Manda então evacuar o Largo do Carmo e virar os canhões para o quartel e dá um prazo limite para a rendição. O Marcelo Caetano manda dizer que não se queria render a um capitão, que se renderia a um oficial general e é quando foram buscar o general Spínola, que por sinal fotografei hoje mesmo para a capa do próximo número da revista para onde trabalho, a «Sábado».

PIDE

Uma fotografia que, quanto mim ridiculariza o regime e a própria polícia política. Muita gente não sabe que fui eu que a fiz: um pidge em cuecas. Houve uma altura em que eles ainda quiseram resistir, mas depois foram fugindo todos e lembro-me que, já madrugada, há um que tenta escapar num automóvel e há alguém que o identifica como sendo da PIDE, despem o fulano e deixam-no em cuecas... ele cheio de medo...

1º de Maio

O «primeiro 1º de Maio» foi o dia em que mais vezes me vieram as lágrimas aos olhos! Havia uma alegria, uma espontaneidade. As pessoas sentiam-se tão felizes!

Nesse dia não houve ideologias, as pessoas só estavam alegres por poderem falar abertamente, por se poderem abraçar. Tenho fotografias até de mulheres polícias, frades e padres católicos, ceguinhos, mulheres velhas e mulheres novas... foi talvez o dia mais espectacular a que assisti na minha vida.

A malta chorava! Vinham-me as lágrimas aos olhos com as coisas que via... Para mim, a fotografia mais significativa que nesse dia tirei, é quando os líderes partidários estão juntos com a população.

Na fábrica

Há algo que teve muita importância na maneira como encarei sempre a vida. O meu pai era dono de um pequeno estabelecimento, uma tasca, um pequeno restaurante, perto da Fábrica de Loíça de Sacavém. Desde muito miúdo habituei-me a contactar com muitos operários de lá.

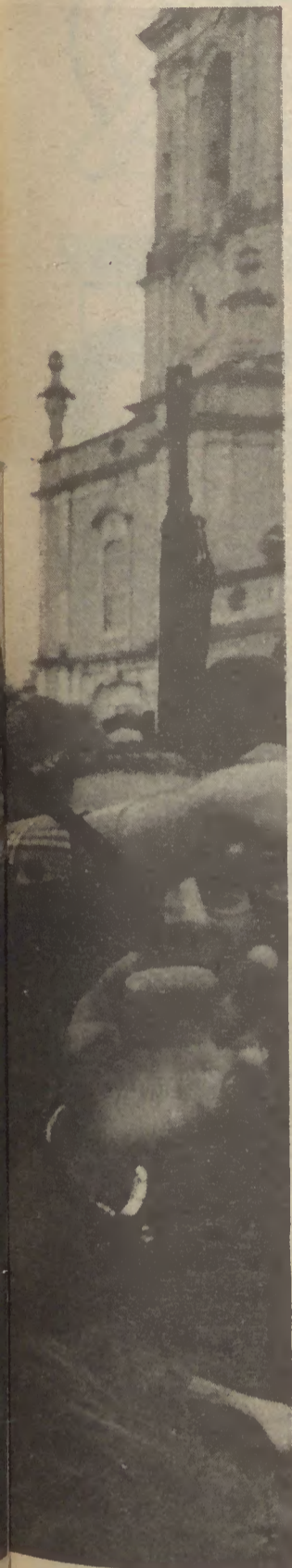
O meu pai, a determinada altura, achou que a via para a minha promoção social passaria por um emprego num escritório, coisa que ia contra toda a minha maneira de ser.

Felizmente fui para a Fábrica de Loíça de Sacavém, como pacote, e foi aí que acabei por ter a possibilidade de conhecer bem aqueles operários e, ao mesmo tempo, de andar pelas secções onde estavam os pintores e escultores. Isso deu-me pelo menos uma certa formação, uma certa noção da composição, das formas e também uma certa preparação artística que de outra maneira não teria. Por outro lado o contacto com aqueles velhos operários acabou por criar em mim uma maneira de ver a vida que seria certamente diferente se por ali não tivesse passado. Finalmente quando entrei para um jornal, que foi o Diário Ilustrado, dirigido então pelo Miguel Urbano Rodrigues, comecei logo a ter preocupações de denúncia de situações que se mantiveram ao longo de toda a minha vida de repórter fotográfico.

A máquina

A máquina fotográfica... é uma máquina. Conta quem está por detrás dela. A pessoa. Que tem sentimentos, formação de vida.

Às vezes estão dez fotógrafos a retratar um acontecimento e há um que consegue tirar um boneco diferente e melhor que os dos outros. Não é das máquinas. É de saber olhar.



ÚLTIMAS

a talhe de FOICE

Vai um tirinho?

Um, dois, esquerdo, direito, encolhe a barriga, estica o peito, um dois, esquerdo, direito...

Adeus banhas, adeus celulite, adeus sexo fraco. Os talons do país que se preparem; metade da clientela está em vias de desaparecer e com ela uma mão cheia de lugares comuns da nossa tradição.

As mulheres estão à porta dos quartéis. Mais um pouco e hei-las na tropa a desfilar a passo de ganso, cara à banda e olhar em frente.

Um dos últimos redutos masculinos está à beira de ruir.

A classe castrense está em vias de usar saias.

Mais um anito e pronto. Af estarão elas, as voluntárias, a apresentar-se ao serviço militar e prontas a demonstrar a bissexualidade das armas. Adeus gineceu, vulgo depósitos d'armamento, onde o levantamento duma «G-3» ou de um par de cartucheiras constituía uma viril apropriação pachorrentamente ratificada pelo sargento de serviço; a partir de então as armas casarão com os sexos que lá irão.

Adeus tralha freudiana a trazer à brasa da masculinidade a posse das armas e da sua utilização bélica - as espingardas deixaram de ser «mulheres» à espera do braço viril, para serem das mulheres e para o que der e vier.

Só que o que vem aí não é uma entrada das mulheres na tropa com todo o significado democrático de tal decisão, onde a presença dos dois sexos na instituição concretizaria a plenitude da igualdade de direitos e deveres numa actividade até agora exclusivamente masculina.

A novidade de as mulheres irem para a tropa assenta em razões velhas.

Vão, porque com o encurtamento do serviço militar obrigatório escasseará o contributo dos mancebos.

Vão, porque, na cabeça de quem manda, há tarefas de vocação feminina nas rizejas militares, como informática, enfermagem, transportes e coisas assim. Vão, porque até podem dar tiros, mas não podem ir à guerra porque, ainda na cabeça de quem manda, as mulheres devem dar gritinhos e tremer muito com o barulho das explosões. Como de resto se viu, por exemplo, na União Soviética ou no Vietname, em Cuba ou na Nicarágua, onde as mulheres, como se sabe, *gritavam imenso* quando mandavam abaixo aviões e tanques, pelotões de infantaria e esquadrões de cavalaria imensamente carregados de homens de barba rija.

O que nos vale é que as coisas começam sempre de uma maneira e acabam de outra, à revelia das vontades de quem decide divorciado das realidades e do sentir das massas.

Será no mínimo arriscado fazer previsões quanto à adesão das mulheres ao serviço militar em regime de voluntariado. Mas uma coisa é certa: uma vez desencadeado o processo, não faltará quem lhe tome o gosto.

A minha captoa dá licença? Até os dicionários vão ter de se adaptar aos novos tempos e deixar de referi-la como «a mulher do capitão». Nem os namoros vão escapar à novidade: *Saimos esta noite? Não posso, estou de plantão.*

Para já não falar nos fatídicos *ó simpático, vai um tirinho?*, ou nas desordens do Cais do Sodré em noites de folga da tropa.

Agora é que vão ser elas!

As mulheres, naturalmente. Sem voz grossa nem pelos no peito, a pedir meças aos machos latinos de cada vez que algum tenha a triste ideia de as mandar para casa cozer meias.

É claro que o reconhecimento das mulheres como seres com iguais direitos e deveres na sociedade não ficará resolvido com a entrada das mulheres na tropa, até porque a iniciativa, da forma como se apresenta, configura mais uma tentativa para resolver a escassez da oferta de trabalho seguro do que outra coisa qualquer. Mas uma vez desencadeado, quem poderá saber onde este processo vai parar?

Cá por mim, estou em crer que não tarda nada - mais coisa menos coisa - temos aí uma chefe de Estado Maior General das Forças Armadas. Vai uma apostinha?

AF

Lisboa mobiliza-se para o 25 de Abril

O 25 de Abril vai de novo encher a baixa lisboeta num desfile entre o Marquês de Pombal e o Rossio, a realizar por iniciativa de uma comissão promotora onde estão representadas numerosas personalidades independentes e de vários quadrantes da vida política, social e cultural do País.

Subscvem o apelo para a participação popular no desfile de Lisboa no 25 de Abril destacadas **personalidades independentes** como Alcina Bastos, António Galhordas, João Cunha e Serra, Henrique de Barros, Luísa Irene Dias Amado, Piteira Santos, Salgado Zenha, ou Nuno Teotónio Pereira, entre muitos outros, e **militares** como Carlos Fabião, Francisco da Costa Gomes, Pezarat Correia, Rosa Coutinho, Sanches Osório, Vasco Gonçalves, Vasco Lourenço, Otelio Saraiva de Carvalho ou Vítor Alves, também entre muitos outros.

Do PS, igualmente entre outros assinala-se os nomes de António Lopes Cardoso, António Guterres, Alberto Arons de Carvalho, António Campos, Gualter Basílio, Manuel Alegre, José Leitão, Raul Rego e Tito Morais.

Do PCP destacam-se os nomes de Carlos Carvalhas,

Domingos Abrantes, Carlos Brito, José Casanova, Luís Sá, Vítor Dias, Octávio Pato, Jerónimo de Sousa, António Dias Lourenço, António Abreu, Daniel Branco ou Eufrazio Filipe, para só referirmos alguns.

Mas há muitos outros nomes a destacar noutras forças políticas, nomeadamente Ivo Pinho, Isabel Espada e Marques Júnior, do PRD, Blasco Hugo Fernandes e Corregedor da Fonseca, da ID, Carlos Marques e Mário Tomé, da UDP, André Martins, de «Os Verdes», José Manuel Tengarrinha e Helena Cidade Moura, do MDP, Francisco Louçã, do PSR, etc.

Assinaram também o apelo figuras da **vida intelectual e artística** como José Saramago, Eunice Muñoz, José Cardoso Pires, Natália Correia, Dadid Mourão-Ferreira, José Barata-Moura, Fernando Lopes-Graça, Gil Teixeira Lopes, Maria de Medeiros, Teresa Vilaverde, Fausto, Carlos do Carmo, Fernanda Lapa, etc., etc.

Assinale-se ainda os nomes de numerosos **dirigentes sindicais**, nomeadamente Manuel Carvalho da Silva, Manuel Lopes, Florival Lança, Ulisses Garrido, e Barbosa de Oliveira.

PCP quer aumentos para os reformados

Uma proposta para que o excesso de cobrança do imposto petrolífero seja utilizado para aumentar de imediato as pensões mínimas dos reformados será entregue em breve pelo PCP na Assembleia da República, segundo foi afirmado por Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP, em declarações prestadas à agência LUSA.

Nessa entrevista, aquele dirigente comunista refere-se

igualmente a algumas questões sobre a convergência que o PCP defende com o PS para afastar o PSD do Governo e critica os socialistas por não responderem às propostas avançadas nesse sentido pelos comunistas: «o PS o que pretende é não assumir a partida alianças, o que faz crer que há gente no seu interior que concebe a hipótese de vir a fazer acordos com o PSD ou o CDS», referiu Carlos Carvalhas.

Governo contra Assembleias Distritais

Acusações ao Governo de Cavaco Silva por este pretender reduzir à insignificância as Assembleias Distritais foram feitas segunda-feira passada em conferência de imprensa do PCP onde se denunciou igualmente as tentativas de saquear o património destes órgãos autárquicos em efectividade de funções até que sejam criadas as Regiões Administrativas.

Nesta conferência de imprensa, cujo conteúdo divulgamos detalhadamente nas páginas interiores, esteve ram Abílio Fernandes, presi-

dente da Assembleia Distrital de Évora e da Câmara Municipal de Évora; João Amaral, deputado do PCP e presidente da Assembleia Municipal de Lisboa; António Raposo, presidente da Assembleia Distrital de Beja e presidente da Assembleia Municipal de Aljustrel, e ainda Manuel Conceição, secretário da Assembleia Distrital de Beja e presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria da Feira.

E a RTP?

A menos que um rebate de última hora ilumine os responsáveis pela programação da RTP, o 25 de Abril é ignorado nos dois canais. A única excepção conhecida é a do «Dramazine», o magazine de teatro de produção externa transmitido às quintas-feiras, que preparou para esta semana um balanço (necessariamente breve, num programa de 30 minutos) do que o 25 de Abril trouxe ao teatro. Pode ser que a RTP considere comemorativa a exibição na antevéspera de «Gestos e Fragmentos», um filme mais que discutível acerca das razões por que falhou a Revolução. Mas na 5 de Outubro devem, nesta altura, lembrar-se, pelo menos, de que foi com o 25 de Abril de 1974 que ganharam a liberdade de esquecer algumas efemérides.

Almoço-convívio na Estufa Fria

Entretanto realizou-se no passado domingo, na Estufa Fria em Lisboa, um almoço-convívio para comemorar o 17.º aniversário do 25 de Abril, que reuniu muitas centenas de pessoas, entre elas algumas figuras destacadas da Revolução

dos Cravos, como Vasco Lourenço, Vítor Alves, os almirantes Rosa Coutinho e Vítor Crespo, o general Vasco Gonçalves, Salgueiro Maia, Pezarat Correia, Fisher Lopes Pires, Pinto Soares e Garcia dos Santos, entre outros.

A iniciativa foi organizada pela Associação 25 de Abril e reuniu 750 pessoas.

25 ABRIL

ESPECTÁCULO

Fausto

com
percursionistas
convidados

4

VIDEOWALL

Rossio 24 de Abril 22 horas

Câmara Municipal de Lisboa

Ver artigo
sobre o tema na pág. 10